

## EXPEDIENTE



A Revista Imersão é um periódico on-line da Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso - FCGBA. Trata-se de uma publicação semestral teórico-científica cuja finalidade é promover, selecionar e socializar as produções científicas e reflexões críticas sobre experiências realizadas em Gestão, Saúde e Educação no diálogo com as Ciências Humanas, privilegiando abordagens interdisciplinares.

### FACULDADE DE CIÊNCIAS EDUCACIONAIS CAPIM GROSSO

Ausinete da Silva França  
Diretoria Geral  
Albert França Santos  
Diretor Administrativo  
Maria Antônia Santos  
Diretora Pedagógica

A Revista IMERSÃO - Revista Científica do Sertão Baiano foi criada no ano de 2020, com o objetivo de oferecer oportunidades a graduandos, docentes e pesquisadores que desenvolvem estudos científicos das áreas de Educação, Gestão e Saúde em diálogo com a grande área de Ciências Humanas, a apresentarem suas pesquisas. Ao enviar seu artigo, o autor declara ter pleno conhecimento de todas as regras que regem a submissão e seleção dos artigos para publicação na Revista.

### FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Bibliotecário:  
João Paulo Santos de Sousa CRB-5/1463

I32 IMERSÃO: Revista Científica do Sertão Baiano / Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso. Ano II. Volume IV, Número III, Jul/Dez de 2021. – Capim Grosso: FCG, 2021.

Semestral  
ISSN: 2675-5882  
Disponível: [www.fcgba.com.br/revista](http://www.fcgba.com.br/revista)

1. Educação. 2. Multidisciplinaridade. 3. Práticas educacionais. 4. Desenvolvimento. 5. Saúde. I. Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso.

CDD – 370

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso -Rua da Floresta, SN – Planaltino, CEP 44.695-000 – Capim Grosso -BA

[www.fcgba.com.br/revista](http://www.fcgba.com.br/revista)  
[revista@fcgba.com.br](mailto:revista@fcgba.com.br)  
(74)3651-1543



## **Equipe Editorial**

### **EDITOR**

Prof. Dr. Francisco Alves de Queiroz - UFRB/FADBA/ FCGBA

<http://lattes.cnpq.br/1005809062790476>

### **CONSELHO EDITORIAL E AVALIADORES**

Me. Daniel Muniz Rocha Nascimento – Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso <http://lattes.cnpq.br/7955690372256824>

Me. Éden Santos de Castro – Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso  
Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3651347955192589>

Prof. Dr. Hélio Ponce Cunha – Universidade Estadual de Feira de Santana  
<http://lattes.cnpq.br/5559401418714606>

Prof. Dr. Ivo Pedro Gonzalez Junior – Universidade Federal da Bahia  
<http://lattes.cnpq.br/9172835049817642>

Prof. Dr. Ricardo Costa da Silva Souza Caggy – Faculdade Adventista da Argentina  
<http://lattes.cnpq.br/6254826561789427>

### **REVISÃO GRAMATICAL E NORMALIZAÇÃO**

Profa. Dra. Sonia Lima Azevedo

### **EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E REVISÃO**

F Alves Queiroz Consultoria

Paloma Reis Soares

Uma revista da



## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>I</b>	
<b>SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL: REFLEXÕES ACERCA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO TRATAMENTO DOS PACIENTES PORTADORES DE TRANSTORNO MENTAL NO CAPS - <i>Lucas Fábio Nunes Neres</i>.....</b>	<b>14</b>
<b>II</b>	
<b>PRECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO NO SISAL: UM ESTUDO DE CASO - <i>Israela Lima dos Santos , Gilvânia Santos Carneiro, Alex Diego de Souza Queiroz</i>..</b>	<b>34</b>
<b>III</b>	
<b>ALCANCES E LIMITAÇÕES NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID1-19 NO NÚCLEO DE APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA – NAEPI, MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO-BA - <i>Naiara Gonçalves dos Santos, Denise Ferreira de Oliveira Silva Lima, Daniel Neves dos Santos Neto</i> .....</b>	<b>57</b>
<b>IV</b>	
<b>FORMAÇÃO DE CIDADES NO INTERIOR DA BAHIA - <i>Francisco Alves de Queiroz, Hélio Ponce Cunha</i>.....</b>	<b>77</b>
<b>V</b>	
<b>DISTÚRBIOS PSICOLÓGICOS DECORRENTES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - <i>Ana Caroline Sousa Silva</i>13, <i>Marina Rios Santiago</i>.....</b>	<b>90</b>
<b>VI</b>	
<b>RACISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: TECENDO ALGUMAS DISCUSSÕES - <i>Ana Claudia Valverde Santos, Carolina Araújo Santos de Queiroz, Tiago Alves Barbosa</i> .....</b>	<b>105</b>



## APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento dos saberes contemporâneo possui uma raiz tão profunda que se data desde os primeiros passos da vida em sociedade. Conhecer a raiz dos conhecimentos que tanto usufruímos no hoje é primordial para compreender a estrutura sociopolítica e cultural que compartilhamos e defendemos. Nesse sentido, explorar as suas entranhas, percorrer o caminho do início nos permite um vislumbre para tecer mudanças de parâmetros que não nos abarcam mais.

A raiz dos nossos conhecimentos foram moldados por pessoas, por classes, cores, por um foco que por vezes parece alheio e invisual diante das prerrogativas atuais. Quando nos aprofundamos no caminho da História, nota-se um conhecimento moldado pelo eurocentrismo, pela branquitude e pelo elitismo. Portanto, como se estabelece os saberes de povos e regiões que não se enquadram nesse padrão? A resposta é simples: apagado, esquecido e ignorado. Mediante a isso, a presente revista se propõe a revogar a presença do sertão baiano e da população que o compõe no meio científico. Se propõe a estudar e compartilhar nuances de um lugar que a minoria ocupa e constrói sua cultura.

Nesse sentido, há em cada linha escrita dessa revista a oportunidade de difusão da capacidade e realidades daqueles que antes não eram vistos pela massiva opressão de um sistema que segrega e inferioriza. Os autores aqui presentes dão voz e vez àqueles que não conseguem mais se impor, assim demonstram a sua própria realidade e, conseqüentemente, procuram através de discussões científicas propor soluções ou ferramentas que minimizem os dados da construção de um saber milenar e unilateral.

E por essa via, o quarto volume da Revista Científica do Sertão Baiano – Imersão, a qual traz como temática “As entranhas do conhecimento: caminhos e práticas a respeito do saber contemporâneo”, lança-se como uma grande oportunidade de difusão da pesquisa e do conhecimento daqueles e para aqueles que sugestionam a construção de um presente crítico sobre os vastos privilégios e contextos que a nossa realidade abarca para que, dessa forma, se possa projetar um amanhã que valorize a ciência e que faça dela veículo para alcançar a equidade social. Nesta perspectiva, a presente revista compõe direções científicas e multidisciplinares que visam tecer rumos para a consolidação de um futuro que contemple a pluralidade das realidades.



A Revista Imersão enquanto um periódico on-line da Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso (FCG-BA), propõe a tornar público a cada semestre os escritos teórico-científicos produzidos por pesquisadores, cuja finalidade é a de selecionar, promover e socializar as produções científicas e reflexões críticas sobre experiências realizadas nas áreas de Economia e Gestão, Saúde, Educação, perpetuando um diálogo estrito com as Ciências Humanas.

O periódico é contemplado por seis artigos científicos, com caráter multidisciplinar. Os quais abordam áreas da Economia, Psicologia, Educação, Saúde pública, Direito e Desenvolvimento Regional. Todavia, consistem em trabalhos científicos, empíricos e fundamentados que estão sendo ofertados à crítica da comunidade científica.

A Revista Imersão inicia o seu quarto volume trazendo à tona como primeira temática a relação entre o Serviço social e a Saúde mental. Permeando a discussão sobre a importância da instituição familiar no processo terapêutico de um portador de transtorno mental, em especial, quando este é paciente do CAPS. Neste sentido, coloca-se em pauta neste artigo a grande importância de um sistema de políticas públicas voltado à saúde mental, traçando um olhar a respeito de como se configura a constituição familiar diante a um parente com o aspecto psicológico fragilizado. Dessa forma, elaborando uma discussão sobre o fator socioeconômico e o trabalho coletivo.

Ao estabelecer um olhar multidisciplinar, o segundo artigo configura-se como um estudo de caso que analisa como atua uma empresa de telecomunicação na região do sisal, a fim de constatar o fator da precificação. A intenção apontar mecanismos para que uma empresa deste porte e na respectiva região possa melhorar o gerenciamento, a visão de custo-benefício, a contabilidade e a geração de lucros. Nesse sentido, compreende-se como um trabalho primordial quanto ao incentivo e manutenção de empreendimentos na região sisal baiano.

O ano de 2020 trouxe consigo um árduo contexto que afetou várias esferas sociais, em especial, o sistema de saúde, econômico e educacional. Trata-se da pandemia ocasionada pela lastração do Covid-19. A partir deste contexto, o próximo escrito científico, precisamente o terceiro, carrega uma importante abordagem sobre o sistema educacional durante a pandemia.

Isto posto, o terceiro escrito busca analisar os impactos ocasionados pela Pandemia, na rotina dos profissionais, na assistência e no aprendizado dos usuários do Núcleo de Apoio a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva – NAEPI. Deste



modo, a intenção é explanar e discutir a respeito dos impasses vivenciados por aqueles que desenvolvem e se beneficiam deste serviço, além de tecer sobre a própria dificuldade que o município tem de oferecer uma assistência educacional adequada ao parâmetro imposto pela pandemia.

Dando seguimento, o quarto artigo retoma o aspecto multidisciplinar, logo traça uma discussão a respeito do direito à cidade, principalmente, nos municípios do interior baiano. Quanto a este aspecto, a pesquisa busca analisar a formação das cidades do interior, trazendo à luz da ciência a falta de gerenciamento e planejando urbano nessas localidades, em consequência, gera-se problemas públicos em relação à saneamento básico, má gestão e ocupação solo, mobilidade e demais outros fatores quanto ao aspecto socioeconômico.

O quinto artigo retoma à área da Psicologia. À vista disso, propõe-se a compreender os possíveis distúrbios psicológicos que advindos de uma relação abusiva, precisamente, da violência doméstica. Por esse viés, o escrito discorre aspectos sócio-históricos a fim de explicar a estruturação dessas violências decorrente do sistema patriarcal. Ademais, revisar o poder das políticas públicas diante de um quadro tão agravante, salientando a problemática social, a qual viola a vida das mulheres.

E por fim, o último artigo dessa edição fecha este ciclo abordando um tema que se faz eloquentes desde o período colonial, em vista disso, pode-se dizer que os mecanismos coloniais de submissão ainda permanecem ativos. Isto posto, o racismo é um exemplo desta perspectiva, o qual é responsável por gerar o epistemicídio dos povos africanos e por designar a marginalização ao povo preto.

Dessa forma, o artigo *Racismo na educação básica: tecendo algumas discussões*, intenta abordar as relações étnicos-raciais no âmbito educacional na perspectiva de produzir de posturas que combatam o racismo e que proporcione uma educação equalitária, política e transformadora.

Agora leia, divirta-se, analise e critique.

*Professor Dr. Francisco Alves de Queiroz Editor.*



***A teoria sem a prática vira "verbalismo", assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.***

**Paulo Freire**



## SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL: REFLEXÕES ACERCA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO TRATAMENTO DOS PACIENTES PORTADORES DE TRANSTORNO MENTAL NO CAPS

*Lucas Fábio Nunes Neres<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente artigo científico busca discutir a participação da família no tratamento dos pacientes com transtorno mental e usuários dos serviços do CAPS. A realidade cultural e socioeconômica do Brasil, por muitas vezes, não permite o que realmente se espera da reforma psiquiátrica como um molde no tratamento do paciente portador de desordem mental. Nesse sentido, os equipamentos e as redes utilizadas no atendimento dos pacientes usuários do CAPS, devem incluir os membros familiares e destacar a grande importância que eles têm no processo de recuperação do indivíduo com transtorno mental. As famílias são peças fundamentais no tratamento desses indivíduos, pois são os principais cuidadores. A presente pesquisa trata-se de uma revisão de literatura descritiva, com intuito de buscar fundamentações necessárias e consistentes para consecução das análises.

**Palavras Chaves:** Serviço Social, Saúde Mental, Transtorno Mental, Família.

### ABSTRACT

This scientific article seeks to discuss the participation of the family in the treatment of patients with mental disorders and users of CAPS services. The cultural and socioeconomic reality of Brazil, many times, does not allow what is really expected of the psychiatric reform as a model in the treatment of patients with mental disorders. In this sense, the equipment and networks used in the care of patients using CAPS should include family members and highlight the great importance they have in the recovery process of the individual with mental disorder. Families are fundamental parts in the treatment of these individuals, as they are the main caregivers. The present research is a descriptive literature review, in order to seek necessary and consistent grounds for carrying out the analyzes.

**Keywords:** Social Work, Mental Health, Mental Disorder, Family

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Educacionais de Capim Grosso – FCG. Pós-graduando em Neuropsicopedagogia - FASB E-mail: [fabioninenine@hotmail.com](mailto:fabioninenine@hotmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9744-8564>.

## 1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em saúde mental, surgem desentendimento com relação ao que é exatamente saúde e doença, visto que alguns autores julgam que a doença é a escassez da saúde, e por outro lado, outros afirmam que existem muitos elementos e fatores que podem desenvolver uma enfermidade. A reforma psíquica no Brasil refletiu de maneira significativa no processo de tratamento da pessoa portadora de transtorno mental, levando uma nova visão sobre a responsabilidade da família junto ao sujeito com transtorno mental, além de direcionar novas demandas ao profissional assistente social.

Um de muitos logros conquistados com a reforma psiquiátrica foi o procedimento de desinstitucionalização do sujeito com transtorno mental, tal procedimento foi muito importante para inclusão do assistente social na saúde mental. Contudo também trouxe para as famílias a incumbência na criação de uma nova história na vida do sujeito com transtorno mental. Bisneto (2011) sustenta que a história do Serviço Social na saúde mental é frisada por regras e antinomias que maleficiaram no bom desenvolvimento entre a teoria e prática em meio a atuação do profissional de Serviço Social em clínicas psiquiátricas, labores alternativos e em hospitais manicomiais brasileiros. Rosa (2013) diz que é preciso um processo intensivo frente as famílias do indivíduo com transtorno mental, concedendo ao meio familiar a sensação de plena capacidade em prosseguir com sua responsabilidade como cuidadora.

O trabalho do assistente social na saúde mental, tem que levar sempre em consideração os laços familiares. A família precisa ser inserida aos cuidados, objetivando o revigoramento de vínculos, visto que é necessário o rompimento de uma visão completamente errônea de que o sujeito portador de transtorno mental é "louco" e que deve ser apartado de sua família, para o bem estar desta. Mesmo com o objetivo de vínculos familiares, é preciso que a família usuária e os especialistas/ou os profissionais da saúde mental, trabalhem em conjunto, objetivando a inserção do sujeito portador de transtorno mental na sociedade, acabando com o preconceito e garantindo os direitos da pessoa portadora de transtorno mental.

O tratamento de pessoas com transtorno mental, por um certo período, circunscreveu há um molde hospitalocêntrico, ao qual no mesmo existiam práticas que corroboravam o preconceito, a estigmatização e a segregação. No transcorrer dos

anos e com o tentamento de atenuar a inquietude das pessoas com transtorno mental, modificações começaram a acontecer fazendo ressurtir um novo modelo de cuidar, baseando-se na reinserção social e liberdade.

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), tem um atendimento aberto e direcionado a comunidade local, através de uma equipe com multiprofissionais, que prestam atendimentos aos sujeitos com martírio e transtorno mental grave e insistente. O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) tem em seu quadro de funcionários/ou servidores multiprofissionais estruturado por psicólogos, psiquiatra, pedagogo, técnico em enfermagem, enfermeiro, assistente social, e equipe de serviços gerais.

Com a ampla diversidade de pessoas que sofrem de transtorno mental, consideramos esses indivíduos multifacetados, levando em consideração também o fato de os mesmos serem doentes, ao que se expede uma mudança nos conceitos e atuação em saúde mental. Segundo Amarante (2008), é importante para o CAPS, prestar o devido acolhimento aos indivíduos que se encontram em um momento de crise e ao restante das pessoas envolvidas (Amigos, família, entre outros), de uma maneira que possa ser desenvolvida uma rede de relações com a equipe e os indivíduos que estão dentro deste meio.

Os conceitos assimilados no íntimo do grupo familiar são importantes na formação da identidade do sujeito, tendo uma função importante, pois o mesmo conduz a vida de cada um dos membros da família. Isso posto, na família se compreende não somente valores, como também comportamentos, que serão reflexivos ao decorrer da vida na sociedade (KALINA et al., 1999; SCHENKER, 2008).

Sendo assim, o presente artigo estabeleceu como problema de pesquisa: Quais as principais influências que a participação familiar proporciona no processo de tratamento dos usuários com transtorno mental atendidos pelo centro de atenção psicossocial (CAPS)?

Em conformidade com o problema de pesquisa, estabelece-se o seguinte objetivo geral: Analisar as principais influências que a participação familiar proporciona no processo de tratamento dos usuários com transtorno mental atendidos pelo centro de atenção psicossocial (CAPS). Nesse contexto, para alcançar o objetivo geral de pesquisa, os objetivos específicos do presente trabalho são: Conceituar o processo de tratamento dos usuários com transtorno mental, Conceituar participação familiar, Discutir a presença da participação familiar no processo de tratamento dos usuários

com transtorno mental e Identificar as influências que a participação familiar proporciona no processo de tratamento dos usuários com transtorno mental atendidos pelo centro de atenção psicossocial (CAPS).

### **1.1 Processo de tratamento dos usuários com transtorno mental**

O processo de tratamento do usuário com transtorno mental, envolve o chamado "cuidar", que nada mais é uma prática social estabelecida pelo homem onde são englobados diversos significado. Nesse sentido, o "cuidar", está presente desde o nascimento do ser humano, onde por toda via sua durabilidade é por toda vida, cooperando diretamente na produção da sociabilidade, consciência, cultura e linguagem. Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sobre a resolução nº 08/2019:

A assistência em saúde mental e seus serviços devem garantir acesso a cuidados sem qualquer forma de violação dos direitos humanos, abolindo tratamentos cruéis e degradantes, maus tratos, contenções físicas e químicas, perda de direitos civis, ou que estimulem a discriminação, o preconceito e o estigma (BRASIL, 2019, Art 2).

Diante disso, o tratamento do usuário com transtorno mental, parte primeiramente da compreensão no que se refere as necessidades individuais e coletiva dadas em diversos contextos históricos e principalmente nas realidades sociais, culturais e políticas. Segundo Brasil (2019), o sujeito ao qual está sobre o tratamento focado em saúde mental deve de todas as formas ser direcionado há um processo de conquista da cidadania e seus requisitos básicos, melhor dizendo, o indivíduo deve ter um tratamento visando a integralidade, universalidade, e completo acesso aos direitos sociais, como o seu direito a saúde, educação, lazer, assistência social, previdência, trabalho, moradia e renda.

Sabe-se também que a participação da família no tratamento do usuário é fundamental. Segundo Tanaka et al (2009), no andar da intervenção, a família torna-se uma das principais peças da recuperação do indivíduo, pois a mesma consegue extrair ótimos resultados no que se refere a adesão aos tratamentos medicamentosos e conseqüentemente terapêuticos.

Por outro lado, o processo de tratamento tem um alinhamento direto com a Política Nacional de Saúde Mental, com as ações de prevenção, tratamento e

promoção a saúde, que são baseadas em comprovação científica. Os portadores de transtorno mental, contam com abordagens multifatoriais, que requerem uma abordagem interdisciplinar, onde cercam diversas áreas governamentais (Assistência Social, Saúde, Justiça e trabalho).

## 1.2 Trajeto histórico da Saúde Mental no Brasil

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2001), as atribuições da Saúde Mental são definidas através do desajuste emocional, na maneira de pensar, ou através de reações angustiantes, que de alguma forma poderá prejudicar ao longo da vida do sujeito. Ou seja, os problemas da Saúde Mental, são enfermidades que podem interferir na proatividade do desenvolvimento social do indivíduo.

A Política Nacional de Saúde Mental, preconizada na Lei 10.216/01, procura firmar um paradigma na atenção de Saúde Mental aberto e comunitário assegurando a liberdade da população portadoras de transtornos mentais aos serviços factuais, disponibilizando cuidados baseados em auxílios comunitários. Esse paradigma oferece uma conexão de serviços e dispositivos diversificados tais como: CAPS, SRT, Centros de Convivências e Cultura, suporte de atenção integral e Programa de Volta para Casa. A partir do início da internação de pessoas que sofrem de transtornos mentais no Brasil, precisamente no século XIX, os cuidados direcionados as pessoas portadoras de transtornos mentais refletiu em internações em hospitais de cunho psiquiátrico especializados, localizados nos maiores centros de desenvolvimento econômico do país.

Com início dos anos setenta principia as renovações que procederam um paradigma compenetrado na população e substitutivo no modelo de um hospital especializado, enquanto o Movimento de Reforma Sanitária pelejou por evolução nas melhores condições no desenvolvimento de saúde da população, buscando a reformulação do sistema de saúde vigente no Brasil, sendo estimulado através de questionamentos no âmbito da saúde e através de outros movimentos sociais (OLIVEIRA, 1987).

Segundo Vital (2007), expõe de maneira paralela ao Movimento da Reforma Sanitária, corroborando uma nova sugestão ao sistema de saúde e, singularmente, a saúde mental, tem-se o movimento pela Reforma Psíquica, com intenção de desconstruir os dispositivos de assistência vigente, sugerindo novas maneiras de

atendimento. A reforma psíquica no Brasil, foi bafejada na vivência dos italianos, que tinham inferências de que “quando dizemos não ao manicômio, estamos dizendo não à miséria do mundo e nos unimos a todas as pessoas que no mundo lutam por uma situação de emancipação” (BASAGLIA, 1982, p. 29). Conforme afirma Amarante (2003), o propósito da Reforma Psíquica é

[...] não só tratar mais adequadamente o indivíduo com transtorno mental, mas o de construir um novo espaço social para a loucura, questionando e transformando as práticas da psiquiatria tradicional e das demais instituições da sociedade (2003, p. 58).

Desta forma, a reforma psíquica objetiva, além de apurar a excelência em um atendimento, elaborar mecanismo e meios para tratar o indivíduo tracejado na inclusão comunitária, abandonando a convicção de que os "malucos" ou "loucos", precisariam ser apartados para tratamento (AMARANTE, 2009). O princípio deste remodelamento político no Brasil sucedeu pelo aparecimento do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental e, sobretudo, do estímulo procedente da experiência Italiana coordenado por Franco Basaglia (AMARANTE, 1988). Com isso, objetivou eliminar o padrão unicamente hospitalocêntrico de atenção em saúde mental e estabelecer outra dialética de assistência, como conservá-los em suas relações sociais, sem afastá-los da instituição, com o objetivo de buscar tratamento, apoio assistencial e recuperação.

Através da Constituição Federal de 1988, é fundado o Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo circunstâncias institucionais para inserção de novas políticas de saúde mental, em meio delas, a saúde mental. Dando ênfase no processo de Reforma Psíquica, no ano de 1989, o Projeto de Lei de Paulo Delgado, que nos dias de hoje é Lei Federal 10.216 de 06 de abril de 2001, tem como objetivo regulamentar os direitos e acesso do cidadão com problemas de saúde mental. Com a aprovação da lei, foi proporcionado o aumento integral dos Centros de Atenção Psicossocial.

Diante disso, o padrão de atenção comunitário surge como primeira escolha de atendimento e atribui aos Centros de Atenção Psicossocial a incumbência de promover a readaptação de pessoas com problemas de saúde mental. Os Centros de Atenção Psicossocial, procuram sempre trazer inovações no tratamento em saúde mental, com intuito de banir o padrão hospitalocêntrico. Em meio de muitas funções realizadas no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), uma delas é desenvolver

trabalhos em conjunto com as Equipes de Saúde da Família, com o foco de estabelecer uma vida comunitária aos usuários e levar autonomia aos mesmos.

Após 10 anos da aprovação da Lei 10.216/2001, afamada como Lei Paulo Delgado, ao qual essa lei permitiu abertura de sistemas substitutivos de um padrão hospitalar manicomial, em 2011, surgiu novos modelos substitutivos como Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os CAPS e alguns outros.

### **1.3 Família e transtorno mental**

Segundo Pimenta e Romagnoli (2008), afirmam que antes da Reforma Psíquica o sujeito portador de transtorno mental, era observado ou tido como louco, sendo apartado da convivência social e de uma rotina produtiva, coabitando longe da sociedade e de sua família. De acordo com Pimenta e Romagnoli (2008), no mesmo momento em que se defendia o pensamento de que a família teria de ser defendida de seu familiar doente, o conjunto familiar era apontado como o principal problema no desenvolvimento da loucura ou problema psíquico.

Desse modo, a conexão entre a pessoa portadora de transtorno mental e seu familiar era mediado através das agências estatais e por médicos, que tinha a responsabilidade de levar o tratamento até chegar na cura, levando também assistência e, possuindo também a tutela do paciente. O encargo da família era apenas identificar a afonésia do seu familiar doente e mandar para o asilo, disponibilizando informações relevantes no andamento do tratamento e, em alguns momentos visitava o paciente, esperando a recuperação do mesmo.

De acordo com Santin e Klafke (2011) a Reforma Psiquiátrica no Brasil beneficiou a saúde mental com várias mudanças, alterando também a conexão da família com o portador de transtorno mental, visto que com a desinstitucionalização dos doentes, a família começa a ser incorporada no cuidado. O envolvimento e a conexão da família como cuidadora da pessoa com transtorno mental, passou por diversos momentos, que se modificam através da realidade econômica e sociocultural no decorrer do tempo.

Segundo Soares e Munari (2007, p.358) a confirmação de uma enfermidade crônica ou de uma deficiência infundável no âmbito familiar é observada como uma situação de luto e conflito, sucedendo "[...] um desequilíbrio entre a demanda de ajustamento e os recursos disponíveis para lidar com a questão". Ambas as autoras salientam que para ajustar a harmonia entre o doente e a família, é necessário superar

o período mais crítico, que vai depender de como cada família vai saber resistir com o estágio do paciente com transtorno mental e maneira que ela vai achar para estabelecer um novo autocontrole.

Soares e Munari (2007) ponderam que o momento mais complicado para as famílias com portadores de transtorno mental, é na transformação do sujeito, na pessoa que o mesmo se torna, é como se o ente querido tomasse forma de uma pessoa irreconhecível. Outra inquietação da família é nas atitudes diárias do mesmo, como por exemplo; nos maus hábitos diários, na agressividade, no retraimento, na falta de higiene, o fato de não querer cooperar com pessoas que querem somente ajudar. Tudo isso pode despertar nas famílias insegurança, medo, remorso e a sensação insuficiência, debilidade e fraqueza, diante da realidade enfrentada.

Rosa (2013, p.134) afirma que no começo de 1990 a família começou a ser mirada “[...] como usuário de serviços e como sujeito político do processo de reforma psiquiátrica brasileira, em curso no país, como política oficial”. A autora afirma que a desinstitucionalização da pessoa portadora de transtorno mental deu-se como base a política de assistência psiquiátrica norteada pelos direitos da pessoa portadora de transtorno mental e pela formação de uma nova conexão entre a afonésia e a sociedade. “Essa mudança no modelo assistencial exige uma outra relação entre os serviços destinados à assistência psiquiátrica e o grupo familiar, principalmente com os cuidadores-familiares, manifesto na sua incorporação como parceiros dos novos dispositivos” (ROSA, 2013, p. 134).

## **2 SERVIÇO SOCIAL**

O Serviço Social está amplamente direcionado aos preceitos humanitários que luta constantemente para superar as conexões sociais dominantes, desempenhando um papel muito importante no processo de reintegração dos sujeitos portadores de transtorno mental aos serviços substitutivos, tendo em mente não só atender eles, mas também prestar suporte e atendimento aos seus familiares. Os parâmetros do Serviço Social têm origem no século XIX, no processo da Revolução Industrial e, em seguida, o capitalismo também, surgindo intensas alterações na sociedade contemporânea (SANTOS, 2010).

Segundo Silva & Silva (2007), o Serviço Social no Brasil, a partir das primeiras escolas no ano de 1930, eleva-se sobre a persuasão norte-americana, tendo como sustentação a doutrina católica, constituído por setores opulentos da sociedade,

sendo a atuação profissional alicerçado no comprazimento, caridade e em atos filantrópicos. No ano de 1936 teve o surgimento da primeira escola de Serviço Social em São Paulo e a segunda escola surgiu no ano de 1937 no Rio de Janeiro, sendo assim as duas primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. Três sustentáculos estabelece a formação do profissional assistente social; formação e conhecimento científico; formação e conhecimento técnico e formação moral e doutrinário.

No momento da formação científica é extremamente importante o conhecimento nas disciplinas como por exemplo: Psicologia, Sociologia, Filosofia e Biologia, desenvolvendo praxes da objetividade; já na formação técnica há um propósito na preparação do lecionado quanto aos seus atos no combate dos males em meio a sociedade; já na formação moral e doutrinária tem como objetivo o absorvimento dos conceitos pertinentes à profissão (SILVA & SILVA, 2007).

Vista como profissão, seu meio institucional se coaduna “à criação das grandes instituições assistenciais estatais e paraestatais, especialmente na década de 1940, período marcado pelo corporativismo do Estado e por uma política a favor da industrialização” (SILVA & SILVA, 2007, p. 3). Com o passar do tempo e melhorias alcançadas pela categoria, o Serviço Social começou a desempenhar um papel muito significativo no que se refere aos cuidados direcionados aos portadores de transtorno mental, seus familiares e na sociedade. Na prestação dos serviços sociais, o profissional assistente social opera em frente aos elementos da questão social, aonde um dos seus aspectos é o adoecimento.

O profissional assistente social principiou o desenvolvimento na área da saúde cognominado Serviço Social Médico. As competências facultadas para esse profissional se embasavam na triagem, no momento da elaboração de ficha, na divisão e distribuição de um auxílio econômico para possibilitar a locomoção dos pacientes à instituição de saúde e a adaptação do paciente junto à instituição (IAMAMOTO, 1998).

A inclusão do profissional assistente social na área da saúde foi alicerçada em fundamentos direcionado em um atendimento através do comprazimento e filantropia. Esses arcaísmos mesmo não sendo hegemônicos são levados rente com a profissão; muitos atendimentos estão baseado entorno deste modelo (TESARO, 2010). Segundo Montañó (2007), nos seus estudos referentes a essência do Serviço Social exhibe duas teses antagônicas referente a natureza da profissão: panorama endógeno e panorama histórico e crítico.

No panorama endógeno ao Serviço Social está concernente à evolução, organização e práticas direcionadas à caridade e filantropia das mulheres afamadas como damas da caridade (mulheres ricas) provenientes da igreja católica, por meio do humanismo, tendo como foco questões morais e instruções conservadora alicerçada no Neotomismo. Nesse sentido, a atuação profissional está ligada diretamente ao conflito individual ou também coletivo dos trabalhadores, com o intuito de garantir as relações de solidariedade que estabelecem a sociedade.

O panorama histórico e crítico foca no trabalho e na forma de produção capitalista como base da profissão, compreendida como subproduto de uma súmula de projetos políticos e econômicos estabelecida no meio da sociedade capitalista como um componente que tem sua participação na reprodução das relações de classe e na incongruência nelas vigentes.

Congruente a tudo isso, os dois panoramas tem uma diferença básica entre elas sendo que a visão conservadora à profissão é observada a partir dela mesma, onde o tratamento teórico facultado ao Serviço Social permite uma autossuficiência histórica relacionado às classes, nas lutas de classes e na sociedade; no histórico e crítico à profissão é compreendida como subproduto da súmula de projetos políticos e econômicos estabelecido no meio da sociedade capitalista como um componente que tem sua participação nas relações de classes e incongruências nelas vigentes.

## **2.1 Serviço Social na Saúde Mental**

O Serviço Social está introduzido na saúde mental aproximadamente desde 1940, referenciado como serviços sociais psiquiátricos. Segundo Vasconcelos (2000), os profissionais de serviço social já labutavam juntamente com as famílias, desenvolvendo trabalho prático junto ao Centro de Orientação Infantil e Centros de Orientação Juvenil. As atividades desenvolvidas, se davam através de levantamento de dados sociais sobre as famílias dos sujeitos, alta médica e encaminhamentos. O trabalho era exíguo e os profissionais assistentes sociais exerciam trabalhos voltados ao "serviço social clínico" em que prevaleciam enfoques higienistas (VASCONCELOS, 2000).

Segundo Bisneto (2011), afirma que na década de 1970 o Serviço Social brasileiro presenciou o Movimento de Reconceituação, que contrariou os métodos utilizados na saúde mental, levando à uma dificuldade na prática e articulação na

psiquiatria e nas novas concepções da profissão. “Os paradigmas em Serviço Social que tentavam orientar a prática nos anos 1970 não conseguiram estabelecer uma metodologia de atuação em Saúde Mental” (BISNETO, 2011, p. 28).

Segundo Rosa (2006), expõe que a primeira metodização do Assistente Social na Saúde Mental surgiu em torno de 1905, nos Estados Unidos da América, juntamente com o Serviço Social Psiquiátrico, enquanto já era existente uma certa preocupação no que se relaciona à reinserção social das pessoas portadoras de transtorno mental e o labor contrário ao estigma já existente contra eles. Pode-se perceber que a ingerência do Assistente Social já tinha inclusa a família e a comunidade que os cercavam.

As práticas profissionais do assistente social na área da saúde mental não acontecem de uma maneira isolada, mas articula-se a outros profissionais, como Psicólogos que tem o papel importantíssimo na reinserção do usuário portador de transtorno mental em seu meio de convívio. Nessa época também já tinha uma certa preocupação no que se refere a obter informações sobre o portador de transtorno mental, como informação sobre o emocional, sobre a situação econômica e físicas.

Em meados de 1930, ao qual a política de saúde foi estruturada, principia a criação de políticas sociais afim de responder às necessidades dos trabalhadores, Vital (2007) expõe que a saúde foi sistematizada em dois setores: o setor da saúde pública, até o ano de 1960, que foi responsável pela prevenção e promoção, com destaques nas campanhas de cunho sanitário e na fundação dos serviços direcionados ao combate às endemias, concentrando-se na formulação de condições sanitárias para a população e, a medicina previdenciária, sublinhada pela formulação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's), ao qual cambiaram para Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP's) inauguradas no ano de 1923. Os principais meios utilizados pela saúde pública, entre 1930 a 1940 foram

ênfase nas campanhas sanitárias, coordenação dos serviços estaduais de saúde, pelo Departamento Nacional de Saúde, em 1937; interiorização das ações para as áreas de endemias rurais; criação de serviços de combate às endemias; reorganização do Departamento Nacional de Saúde, em 1941 (BRAGA e PAULA, 1986 apud VITAL, p. 6).

Na década de 40, diante da formação dos primeiros profissionais assistentes sociais no Estado do Rio de Janeiro, os mesmos passaram a fazer parte da equipe profissional que trabalhavam na área da saúde e, especialmente na área da saúde

mental (BISNETO, 2007). No trajeto desse processo, o Serviço Social passou diversas vezes por desvalorização e, conseqüentemente diminuindo a grande relevância da atuação profissional do assistente social.

De acordo com Silva & Silva (2007), o Serviço Social operava de uma maneira subalterna aos cuidados médicos e, também visando sempre os trabalhos desenvolvidos na instituição, onde consistiam das seguintes formas; pesquisa e levantamento de dados relacionados à realidade social e familiar dos pacientes, realização e confecção de atestados sociais; e encaminhamentos. Visava também atender pacientes e membros familiares com relação às necessidades emergentes como por exemplo; contatos, roupas e recursos financeiros exíguos.

Os profissionais assistentes sociais em determinadas instituições, atuavam e colaboravam em campanhas no sentido de arrecadar capital financeiro, objetivando auferir cigarros, roupas e vinténs de necessidade imediata dos internos. O fazer profissional dos assistentes sociais limitava-se somente em serviços burocráticos e consuetudinário, sem nenhum meio interventivo inovador no dia a dia dos pacientes e seus familiares.

A Saúde metamorfoseou-se no principal campo de absorvência profissional datado no ano de 1948, quando uma nova conceituação de saúde, criado pela Organização Mundial de Saúde (OMS): “Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não mera ausência de doença ou enfermidade”, começou a focar diretamente os aspectos biopsicossociais, tendo como necessidade determinar o requerimento de outros profissionais para atuarem no setor, dentre eles, o profissional assistente social.

Na psiquiatria brasileira o trabalho do assistente social teve seu início através da assistência aos trabalhadores, a fim de diminuir as manifestações sociais em meio ao capital e o trabalho. A prática profissional em manicômios aconteceu posteriormente. A motilidade militar no ano de 1964, é marcada por uma adjunção entre uma assistência remetida ao enfermiço mental indigente e uma nova etapa na qual é ampliada a cobertura e massa dos trabalhadores e seus dependentes (SILVA & SILVA, 2007).

No período da ditadura militar, conforme as autoras afirmam, o maior empecilho era a pobreza que precisava urgentemente ser dominada, pois o mesmo poderia levantar muitas contestações da sociedade, especialmente com a junção na rede previdenciária, por meio do atendimento aos trabalhadores e seus dependentes.

Dessa forma, o profissional assistente social foi requisitado pelo Estado absolutista para trabalhar como realizador de políticas públicas no campo da saúde mental.

Segundo Vital (2007), a política de saúde mental no ano de 1964 até 1974, beneficia a iniciativa privada, admitindo um novo molde de prática clínica e assistência médica de cura, menosprezando práticas preventivas de caráter coletivo.

Com o surgimento de clínicas e hospitais psiquiátricos particulares, a atuação profissional do assistente social aumentou gradativamente tendo em vista o grande volume de privatização nessas clínicas e hospitais psiquiátricos. Nesse sentido, mesmo assim, ainda não tinha uma demanda certa exposta pelos empregadores. Nas clínicas e hospitais psiquiátricos os profissionais assistentes sociais, foram admitidos com a finalidade de cumprir a exigência feita pelo Ministério da Saúde, contudo os salários eram extremamente baixos e os profissionais não tinham uma função definida (SILVA & SILVA, 2007).

De acordo com Bisneto (2007), a inclusão do profissional de Serviço Social dentro dos hospitais psiquiátricos foi exigida pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), datado no ano 1973, demonstrando a grande importância que é ter uma equipe interprofissional prestando atendimentos aos portadores de doença mental.

Na década de 70 surgem realizações impactantes para a saúde mental e da mesma forma para o Serviço Social: o Movimento de Reforma Psiquiátrica trouxe transformações e um novo molde de tratamento psiquiátrico, levando uma maior liberdade nos serviços de atenção psicossocial, de acordo com as demandas impostas por cada usuário e, sempre buscando uma estrutura embasada em um Projeto Profissional fundamentado na teoria social de Marx.

Segundo Vital (2007) no período de 1974-1979, o Serviço Social na área da Saúde não se modificou, mesmo com o processamento organizativo da categoria, do conhecimento teórico e do movimento geral da sociedade. Permaneceu o cunho conservador com uma visão voltada para a psicologia das relações sociais, sendo o sujeito culpabilizado por seu convívio social ou seu estado de saúde, tendo o profissional de Serviço Social como responsabilidade, recuperar o sujeito através de ação mobilizadora.

Nas décadas de 80 e 90, através das transformações realizadas por meio da Reforma Psiquiátrica, o campo da saúde mental reivindicou atuações mais comprometidas a fim de trazer meios proponentes no que se refere à

desinstitucionalização, da retirada da atenção em saúde mental do manicômio, concedendo ao portador de doença mental a total condição de indivíduo, merecedor de receber uma atenção relacionada aos direitos sociais (SILVA & SILVA, 2007).

Bisneto (2007, p.120) expõe que “algumas variáveis típicas na caracterização dos usuários de estabelecimentos psiquiátricos que podem trazer implicação para a prática do Serviço Social”, sendo feito levantamento de alguns questionamentos como a hegemonia de sujeitos pertencentes a camada dominada: usuários com baixo grau de conhecimento escolar e moradores de ruas. Mesmo as instituições psiquiátricas não fazendo distinção de classe social, são as pessoas mais pobres e com menos poder econômico que prevalecem, trazendo com eles mesmos não somente as emergências resultantes de sua condição social, mas também principalmente suas questões ocultas que podem ser facilmente percebidas e, nesse sentido tendo o profissional assistente social a responsabilidade de descobri-las, pois é nesse sentido que a lei n. 10.126/2001, tenciona em seu Artigo 1º:

Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

A atuação do assistente social junto as famílias dos portadores de transtorno mental, tem que estar sempre alinhado ao fortalecimento de vínculos com o membro que precisa de atenção e desvelo especial, o que em muitas das vezes deriva um certo distanciamento e repugnância e, dessa forma vindo a prejudicar ambos os lados/partes. Se colocar à disposição das famílias no sentido de ouvi-las, é importantíssimo principalmente para dar a impressão que os problemas delas levados em questão, está sendo levados a sério e que está sendo dada a devida atenção e, conseqüentemente despertando uma certa confiança nas famílias.

Esse é um processo a ser percorrido objetivando algo maior, no qual a diferença está pautada no planejamento do assistente social no sentido de elaborar meios interventivos junto as famílias e o sujeito, não deixando se levar aos limites institucionais e alguns outros desafios impostos e que devem ser superados ou que, de alguma forma venha conceder mudanças efetivas na realidade dessas famílias vítimas de exclusão social.

O profissional que presta ajuda à família deve pensar que a mesma tem de ser respaldada nos conceitos já estabelecidos no meio familiar e não nos do profissional; quando se passa a considerar o doente mental nos seus

contextos familiar e social, atribui-se ao seu distúrbio mental um significado cultural, ou seja, “diferente” para aquela determinada família sustentada por uma cultura diferenciada (OLIVEIRA & COLVERO, 2001, p. 199).

A família tem um papel importantíssimo no processo de tratamento do portador de transtorno mental, possibilitando o acolhimento, proteção, tal como contribuição afetiva e cuidados diferenciados. Referente aos conceitos do papel familiar, Rosa (2003) relata que a mesma deve ser colaboradora corresponsável nos delineamentos terapêuticos dos Serviços de Saúde Mental. O profissional tem por sua obrigação superar as fraquezas que ainda existem na área da saúde mental:

[...] reconhecer seu próprio valor, saber o que está fazendo, criar um discurso profissional, publicar idéias, lutar por seus princípios, fazer alianças, se expor profissionalmente em Saúde Mental. É claro que o profissional de campo precisa contar com a colaboração de seus colegas de academia: a universidade também deve desenvolver esse discurso profissional com pesquisas, aulas, extensão, publicações, conferências entre outros recursos (BISNETO, 2007, p. 145).

De acordo com a Abade (2001), o profissional Assistente Social colabora no que se relaciona uma visão completa sobre o tratamento terapêutico individual do sujeito de uma maneira que venha garantir ao cidadão dignidade frente ao tratamento, transformando-o em um sujeito social com deveres e direitos. A pessoa portadora de doença mental em meio ao convívio social em qual vive, precisa cotidianamente de ajuda, assistência e apoio cônsono, para que o mesmo possa exercer sua cidadania em qualquer momento ou circunstância de sua vida, fazendo com que o sujeito seja capaz de lutar por conquistas e conservação dos direitos fundamentais.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo consiste em pesquisa aplicada em revisão de literatura, de forma descritiva. A revisão de literatura ela é caracterizada por uma análise de pesquisas relevantes que servem como amparo para uma eventual decisão, possibilitando uma síntese de conhecimento de um referido tema ou assunto, como também observar brechas do conhecimento ao qual precisam ser preenchidas com a efetuação de novos estudos (LAKATOS, 2009).

Para a elaboração deste artigo, foi seguido seis etapas. Na primeira etapa, teve a eleição do tema e da questão norteadora. Essa primeira etapa é importantíssima,

pois ela permite uma construção na revisão muito bem elaborada. Já na segunda etapa, foi estipulado um método de inclusão e exclusão. Na terceira etapa, foi o momento de extrair informações e resultados consistentes. Na etapa seguinte, teve uma análise através de uma leitura de forma sistemática e crítica. Na quinta e sexta etapa, teve a finalização e apreciação dos resultados e discussões, e após tudo isso, foi apontado uma síntese de todo conhecimento assimilado.

As amostras levantadas para dar auxílio sobre essa revisão, teve como objetivo a literatura acadêmica com relação ao tema, sendo essas pesquisas tipificada por um contorno atemporal, tendo como bases os dados da *Scientific Eletronic Library - SCIELO* e *Google Scholar – Google Acadêmico*. Os descritores usados foram Serviço Social, Saúde Mental, Transtorno Mental, Família. Na primeira filtragem foram encontrados 18 artigos, mas através de uma leitura muito criteriosa restaram apenas 5 artigos que tiveram relação com os resultados que corroboram sobre a influência da participação da família no tratamento dos usuários portadores de transtorno mental no CAPS.

Os resultados foram observados e apontados a partir de uma tabela, com a intenção de classificar os artigos observados, ressaltando como resultados a influência da participação da família no processo de tratamento do usuário no CAPS. A maneira de inclusão será: artigos que estejam escritos em 100% português, com o período de 2011 a 2020. A forma de exclusão será: artigos que não tem relação ao tema ou que não colabore com os objetivos da pesquisa.

#### **4 RESULTADOS**

As pesquisas que foram encontradas exteriorizam a influência da participação da família no tratamento de pessoas com transtorno mental no Centro de Atenção Psicossocial, mostrando sua grande relevância no processo de recuperação do mesmo. O quadro 1 traz a base de dados ao qual os artigos foram encontrados, expondo de maneira sistemática os presentes artigos que foram utilizados para elaboração dos resultados, no que se refere a: título, periódico, autor, ano e resultados das pesquisas.

**Quadro 1- Artigos utilizados, quanto título, periódico, autor, ano e resultados**

TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR	ANO	RESULTADOS
A FAMÍLIA E O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL	Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 34, jan/jul. 2011.	SANTIN, Gisele; KLAFFE, Teresinha Eduardes.	2011	Os serviços que são voltados para Reforma Psiquiátrica, são procedentes particularmente da família, pois a mesma é importantíssima e fundamental no decorrer do tratamento do indivíduo com transtorno mental.
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO TRATAMENTO DA PESSOA PORTADORA DE TRANSTORNO MENTAL USUÁRIA DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS I	Acervo de Recursos Educacionais em Saúde (ARES).	BRASIL, Ângela Maria de Oliveira Moura et al	2020	É importante a inclusão da família no processo de recuperação do usuário, pois este estudo mostrou que, a família extrai uma melhora significativa no quadro terapêutico, mas tudo isso em um trabalho conjunto com a equipe multidisciplinar.
SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE A PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL E SUA FAMÍLIA.	<b>Serviço Social em Perspectiva</b> , v. 3, n. 2, p. 99-112, 2019.	DE SOUZA, Leidiany Melo; BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra.	2019	Este estudo mostra que a reforma psiquiátrica trouxe avanços no tratamento do usuário, bem como também uma nova visão do papel da família quanto cuidadora. Continuando, o referido artigo também traz, a real necessidade do assistente social se aperfeiçoar profissionalmente, para que possa ver a família com novos olhos e assim, prestando também assistência e orientação, para que a mesma possa saber como lhe dar no processo terapêutico do doente mental.
SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE MENTAL E O APOIO ÀS FAMÍLIAS.	Revista Serviço Social em Perspectiva Montes Claros, Edição Especial, março de 2018. Anais do I Encontro Norte Mineiro de Serviço Social	PRATES, Tharcísio Barbosa de SOUZA; Prates, Tathiane Paraiso da Silva; MARTINS	2018	A busca da inclusão familiar no processo de tratamento do indivíduo usuário do CAPS, ajuda substancialmente, pois esse artigo mostra que há melhora significativa na condição do dia a dia, na saúde e dentro e fora da casa da pessoa com transtorno mental. Congruente a tudo isso, é sabido também, que o trabalho em junção com a equipe de saúde é essencial para ter êxito.
A representação social de familiares nos centros de Atenção Psicossocial.	Escol. Nery	MIRANDA, F. A. N.	2011	A inclusão da família cuidadora no tratamento dos usuários do CAPS, beneficia na recuperação do indivíduo e principalmente na reabilitação social.

Fonte: Elaboração Própria

Vários estudos mostram frente e antigo conceitos, que o doente mental precisa ser apartado de seu convívio familiar ou ter seu internamento imediato. No olhar de Santin e Klafke (2011), a Reforma Psiquiátrica trouxe diversos benefícios para a saúde mental, sendo o principal desses benefícios, a conexão fortíssima entre a família e o sujeito com transtorno mental. Desse modo, parece lógico afirmar que, segundo os conceitos da autora, a conexão entre a família cuidadora e o sujeito, possibilita uma alta confiança no decorrer do tratamento e assim levando um sentimento de tranquilidade ao doente. Na mesma linha de argumentação é possível dizer que a família se torna diretamente o pilar principal na recuperação do indivíduo, sendo que a mesma consegue trazer bons resultados na intervenção profissional, medicamentosa ou terapêutica (TANAKA et al, 2009).

A participação da família no Centro de Atenção Psicossocial sendo a mesma vista como cuidadora, possibilita meios e estratégias exitosas para uma boa formulação de intervenção e tratamento por parte dos profissionais residentes no CAPS, e assim levando bons resultados no processo de cura no indivíduo. As

estratégias formuladas são visadas no intuito de orientar e preparar a família a lidar com seu ente querido, levando uma sensação de acolhimento sobre a pessoa doente mental (MOURA, et al 2020).

Como parte das estratégias da equipe profissional na inclusão da família como objeto de cuidado no processo de tratamento do doente mental na atenção psicossocial, inclui a escuta, acolhimento, e nisso tendo o assistente social como um dos principais autores também na elaboração das estratégias, pois o assistente social vai traçar meios de intervenção junto a família através da orientação social, análise da dinâmica da família, atendimentos e realização de visita domiciliar (BRANDÃO; SOUZA, 2019).

Segundo Miranda (2011), a família tem de ser classificada como unidade cuidadora, no qual os membros interagem, identificando problemas de saúde e apoiando-se mutuamente em busca da solução dos casos. Nesse sentido, a participação da família não pode ser limitada somente em momentos predeterminados, levando em conta que a experiência familiar no que se relaciona enfermidade permite que os mesmos participem efetivamente em todas as situações que envolva o cuidado em saúde.

Na pesquisa de Prates e Souza (2018) os resultados apontaram que a participação e a inclusão da família no processo de recuperação do usuário no CAPS, possibilitam uma progressão substancialmente no dia a dia, na saúde e por fim dentro e fora da casa do doente mental. Nesse sentido através da pesquisa das autoras pode-se afirmar, que a inclusão familiar pode facilitar a regressão dos sintomas clínicos, sobretudo também, melhorando as relações interpessoais e assim incentivando o indivíduo usuário a participar das atividades desenvolvidas no CAPS.

Entende-se que a família é um grande coligado no processo de reabilitação psicossocial, tendo em vista que essa reabilitação relacionada a colaboração da família vai facilitar muito na reinserção social do usuário, com acesso a saúde do núcleo familiar levando em consideração as dimensões pessoais, sociais, biológicas e políticas que cercam a vida cotidiana (MIRANDA, 2011).

A família é vista como uma base master da sociedade contemporânea, contribuindo não somente na constituição do ser humano, como também na socialização e proteção, sendo que fica mais claro e evidente que a família é uma peça importante no processo de tratamento no CAPS, necessitando ser sempre incluída no tratamento compartilhado e principalmente no apoio psicossocial.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carência das pessoas portadoras de doença mental, assim também como os seus familiares são diversificados e também incongruente com relação as etapas da doença, o que indica uma emergente necessidade de diversas ações e serviços que concedem um atendimento qualificado ao doente mental, e assim entendendo o real significado da atuação dos profissionais de saúde em especial do assistente social, tendo como foco o acesso e garantia dos direitos sociais aos portadores de doença mental, como também a sua família.

Diante disso e, com base no referido artigo, entendeu-se que laborar com familiares de usuários da saúde mental, é algo que ainda está em uma fase de evolução. Fica claro também, que ainda é necessário continuar novas pesquisas para uma melhor compreensão sobre o assunto, tendo em vista que o tema falado não tem uma repercussão ao qual deveria ter, pois esse estudo é apenas um recorte da realidade vivida diariamente por usuários, familiares e profissionais da saúde que atuam diretamente na saúde mental. Congruente a tudo isso, é através de novas pesquisas que poderá acompanhar o avanço para sociedade de modo geral.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. (Coord.). **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

ABADE, Flávia. **Caracterização do trabalho do Assistente Social em equipe: interdisciplinar de Saúde Mental no Centro de Atenção Integral à saúde de Santa Rita – Cais – RS**. 10º CBAS, Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL, Ângela Maria de Oliveira Moura et al. **A importância da família no tratamento da pessoa portadora de transtorno mental usuária do centro de atenção psicossocial–caps i**.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Lei nº. 10.216**, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretaria de Atenção à saúde. Legislação em Saúde Mental. 5. ed. ampl. Brasília: 1990-2004.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRAUN, L. M.; DELLAZZANA-ZANON, L. L.; HALPERN, S. C. **A família do usuário de drogas no CAPS: um relato de experiência**. Revista da SPAGESP, v. 15, n. 2, p. 122-140, 2014.

DE ASSIS VIEIRA, Maria Augusta et al. Perspectivas e desafios para a reinserção da pessoa com transtorno mental na sociedade. **Ciências Gerenciais em Foco**, v. 9, n. 6, 2018.

DE SOUZA, Leidiany Melo; BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra. SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE A PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL E SUA FAMÍLIA. **Serviço Social em Perspectiva**, v. 3, n. 2, p. 99-112, 2019.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo. Cortez. 1998.

KALINA, E. et al. **Drogadição hoje: indivíduo, família e sociedade**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MIRANDA, F. A. N. A representação social de familiares nos centros de atenção psicossocial. Esc. Anna Nery. v. 15, n. 2, p. 354-360, 2011.

OLIVEIRA, Márcia A. Ferreira; COLVERO, Luciana de Almeida. A saúde mental no programa saúde da família. In: BRASIL. Instituto para o desenvolvimento da saúde. Universidade de São Paulo. Ministério da Saúde. **Manual de enfermagem**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001, cap. 6, p. 197-210.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) (2001). Organização Panamericana da Saúde. Relatório sobre a saúde no mundo 2001: **Saúde mental – nova concepção, nova esperança**. Genebra: Organização Mundial da Saúde.

## II

# PRECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO NO SISAL: UM ESTUDO DE CASO

*Israela Lima dos Santos<sup>2</sup>, Gilvânia Santos Carneiro<sup>3</sup>, Alex Diego de Souza Queiroz<sup>4</sup>*

## RESUMO

Este estudo foi realizado em uma empresa do setor de telecomunicações atuante como provedor de acesso à internet na cidade de Riachão do Jacuípe-Ba. Teve como objetivo tentar evidenciar a relevância da formação do preço de venda para o crescimento da organização. Para alcançar esse objetivo, utilizou-se uma abordagem qualitativa através do estudo de caso e aplicação de um questionário, contendo questões objetivas e subjetivas. Os dados foram analisados a partir das respostas obtidas no questionário. Os resultados apontaram que a empresa utiliza a contabilidade para fins meramente gerenciais, não fazendo distinção entre custos, despesas e investimentos. Observou-se que o preço de venda é formado de modo empírico baseado na experiência do gestor no mercado. Constatou-se que o preço de venda possui relevância significativa para o crescimento da organização, uma vez que, de acordo com os resultados obtidos a empresa vem aumentando sua carteira de clientes e consequentemente os lucros, através dos preços de venda dos serviços ofertados no mercado.

**Palavras-chave:** Setor de Telecomunicações; Formação do Preço de Venda; Crescimento Organizacional.

## ABSTRACT

This study was carried out in a company in the telecommunications sector acting as an internet access provider in the city of Riachão do Jacuípe-Ba. Its objective was to try to highlight the relevance of the formation of the sale price for the growth of the organization. To achieve this objective, a qualitative approach was used through the case study and application of a questionnaire, containing objective and subjective questions. Data were analyzed from the answers obtained in the questionnaire. The results showed that the company uses accounting for merely managerial purposes, not making a distinction between costs, expenses and investments. It was observed that the sale price is formed empirically based on the manager's experience in the market. It was found that the sale price has significant relevance for the growth of the organization, since, according to the results obtained, the company has been increasing its customer base and consequently the profits, through the sale prices of the services offered in the market.

**Keywords:** Telecommunications Sector; Formation of the Sale Price; Organizational Growth.

<sup>2</sup> Faculdade Regional de Riachão do Jacuípe. Email: iza.ls@outlook.com

<sup>3</sup> Faculdade Regional de Riachão do Jacuípe - cont.gilvaniac@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal da Bahia – alexdiegofsa@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-9659-8312>

## 1 INTRODUÇÃO

No atual mercado, diante dos avanços tecnológicos trazidos pela globalização e dos consumidores cada vez mais exigentes, as empresas que atuam no setor de telecomunicações, precisam estar preparadas para atender a estas demandas. E, para isso, estão em constante busca de ferramentas que possibilitem sua continuidade no mercado perante este novo cenário. Uma destas ferramentas é a formação do preço de venda, que as tornam mais competitivas no segmento em que atuam. O objetivo deste artigo é tentar evidenciar a relevância da formação do preço de venda para o crescimento da organização pesquisada, demonstrando os fatores que influenciam diretamente neste processo.

As empresas de telecomunicações são fundamentais no desenvolvimento da sociedade, seja no ambiente empresarial ou social. Para manter-se no mercado buscam ferramentas que além de auxiliar os gestores com informações e dados que irão contribuir para a formação dos preços de venda de maneira mais precisa, permitam a potencialização dos lucros da organização. Uma das principais ferramentas é a contabilidade de custos.

Ciambelli Junior (2017) destaca que a contabilidade de custos possui duas funções essenciais para a organização: uma é ser ferramenta no controle das atividades fornecendo dados que permitam a análise em diferentes períodos, possibilitando comparativos entre orçamentos previstos e realizados assim como o controle dos gastos; a outra função é auxiliar os gestores no processo de tomada de decisão. Este auxílio permite que os gestores visualizem com maior nitidez a entrada e saída de recursos fazendo com que as decisões sejam mais eficazes na organização. Além disso, se antecipa as consequências que os impactos econômicos poderão trazer a organização, seja no curto ou longo prazo.

Em vários segmentos do mercado devido à concorrência acirrada, os valores cobrados pelos bens ou serviços prestados, são estabelecidos com base nos preços dos concorrentes, sem a exata apuração dos seus custos e despesas incidentes desde o processo inicial até a entrega do produto ou serviço ao consumidor. Essa assertiva é confirmada por Ciambelli Junior (2017. p. 52) que destaca: “Sabemos que o preço de venda de um bem ou serviço não pode ser muito maior que os preços de seus concorrentes, por isso podemos dizer que os preços de venda são determinados diretamente pelo mercado”.

No entanto, conhecer os custos que englobam a prestação do serviço, os processos internos, identificar quais os elementos estão ligados a composição do preço, são fundamentais para a formação do preço de venda dos serviços de telecomunicações. Neste contexto as informações de custos é o mecanismo de maior relevância neste processo de apuração do preço. As empresas que fazem a apuração dos custos condizentes com sua realidade, determinam com maior precisão o valor que o bem ou serviço deve ser disponibilizado no mercado, possibilitando o crescimento da organização.

De acordo com Santos (2005, p. 147) “A preocupação em formar preços está ligada às condições de mercado, às características da concorrência, aos custos, ao nível de atividade e à remuneração do capital investido (lucro)”. Desta maneira, os mais diversos aspectos do mercado devem ser considerados para que a organização obtenha o resultado desejado. Sendo necessário identificar quais os fatores externos que influenciam direta ou indiretamente na formação do preço de venda e posteriormente incorporados ao valor final do serviço.

Na construção deste trabalho, foi realizada uma pesquisa em uma das três empresas que atuam como provedor de acesso à internet na cidade de Riachão do Jacuípe, buscando responder ao seguinte questionamento: Existe relação da formação do preço de venda para o crescimento da organização?

Espera-se que com os resultados desta pesquisa seja possível evidenciar a relevância da formação do preço de venda para o crescimento da organização, uma vez que, a definição do preço é fator determinante para alavancagem dos lucros e desenvolvimento da entidade. O setor de telecomunicações, de acordo com Albuquerque (2017), é um setor que contribui diretamente para o PIB (Produto Interno Bruto), inclusão social e bem-estar da população, e tem crescido de forma significativa diante das preferências dos consumidores.

Diante desta afirmativa considerou-se como justificativa para construção deste artigo, a relevância da formação do preço de venda para o desenvolvimento e continuidade das empresas que atuam no setor de telecomunicações, que contribuem diretamente para o crescimento social e econômico da sociedade. Além disso, pretende evidenciar que a utilização das informações e conceitos de custos, possibilita a organização subsídios para tomada de decisão.

Na realização deste trabalho seguiram-se as seguintes etapas: identificar quem são as pessoas ou setores responsáveis pela formulação dos preços dos serviços

ofertados; verificar as ferramentas que são utilizadas nesse processo de formação de preço; observar se a empresa utiliza as informações e conceitos de custos na definição do preço; além de identificar quais os principais fatores que influenciam diretamente nesta decisão.

Os métodos adotados para a coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica e um estudo de caso. A pesquisa bibliográfica permitiu extrair assuntos pertinentes ao setor de telecomunicações, os conceitos de custos e a formação do preço de venda nas organizações. Para o estudo de caso aplicou-se um questionário com abordagem qualitativa, objetivando verificar se existe relevância na formação do preço de venda com o crescimento da organização.

Conforme os resultados obtidos na pesquisa, foi possível constatar que existe relação na formação do preço de venda com o crescimento da organização, visto que, os preços de venda dos serviços ofertados pela empresa são atrativos diante da realidade econômico do local a que está inserida, o que tem permitido um aumento significativo na carteira de clientes e nas suas receitas e em consequência o crescimento da organização.

Ao decorrer desta pesquisa não foram encontrados trabalhos acadêmicos sobre a formação de preço no setor de telecomunicações. Portanto, sugerem-se estudos futuros relacionados a este setor, com objetivo de desenvolver métodos que contribuam para formação do preço de forma que possibilite às empresas do setor mais competitividade e assim, sua continuidade não seja ameaçada, uma vez que a má formação do preço afeta a situação econômico-financeira e consequentemente sua participação no mercado.

Este trabalho está subdividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda seção o referencial teórico, que foi a base para o desenvolvimento desta pesquisa dando enfoque nos principais fatores que interferem na formação do preço e os estudos relacionados a este tema.

A metodologia utilizada bem como sua aplicação encontra-se na terceira seção. A quarta seção apresenta o estudo de caso e os resultados encontrados na empresa pesquisada e por fim, na última seção são feitas as considerações finais sugerindo a realização de trabalhos acadêmicos relacionados ao setor de telecomunicações.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico deste artigo é composto por cinco estruturas temáticas que foram utilizadas no planejamento e construção deste artigo e que determinam os conteúdos abrangidos. Assim, definem-se parâmetros a serem seguidos na estruturação do tema de pesquisa. As cinco estruturas temáticas são as seguintes: a contabilidade de custos; a formação do preço de venda; o setor de telecomunicações; e as micros e pequenas empresas no Brasil; e os estudos anteriores.

### 2.1 A Contabilidade de custos

Segundo Martins (2010), a contabilidade de custos com o passar das décadas deixou de ser uma mera auxiliar na avaliação de estoques e de lucros, para uma importante ferramenta no processo de controle e tomada de decisões. Dessa forma as empresas comerciais, instituições financeiras e prestadoras de serviços, que utilizavam apenas para efeito de balanço passaram a explorá-la com maior aproveitamento de suas técnicas. De acordo com Rosa (2010), essa nova Contabilidade de Custos adaptada às exigências de competitividade, dinâmica e voltada para o ambiente interno e externo, possibilitou aos gestores contarem com um novo e moderno processo de geração de informações, o qual se transformou em uma vantagem competitiva para que possam orientar suas ações.

Horngren, Datar e Foster (2004) complementam que essa nova contabilidade de custos é mais do que números. Ela fornece informações essenciais aos administradores sobre os mais diversos assuntos, desde fornecer informações para o planejamento de novos produtos até a avaliação da aceitação desse produto no mercado. De acordo com Morgan e Rosa (2006), na execução de um serviço, muitas empresas fazem uso de outra ferramenta, que poderia ser uma despesa, mas no caso específico dos serviços, muitas vezes trata-se de um diferencial de mercado, que é a mão-de-obra. Comparando-se à produção de um bem, é nesse momento que o gasto se torna um custo. Elas ressaltam ainda que, esse serviço não voltará a ser um ativo sob a forma de estoques. O que pode ocorrer é a execução continuada de um serviço, como é o caso dos serviços de telecomunicações, mas a título de comparação, não há estoque. O momento da realização do serviço ocorre da mesma forma que o momento da venda na indústria, e, por isso, o gasto torna-se despesa.

## 2.2 Formação do preço de venda

De acordo com Sardinha (1995) o preço pode ser definido como a quantidade de dinheiro que o consumidor desembolsa para adquirir um produto, e que a empresa recebe em troca da cessão. Este preço será o valor monetário que cobrirá os gastos incidentes no produto e garantirá à empresa a margem de lucro desejável.

Domingues et al. (2017), afirma que o momento da fixação de preço para vender produtos, mercadorias e serviços é crucial para a sobrevivência e a prosperidade do negócio, portanto a fixação do preço de venda está diretamente relacionada com todo o planejamento da empresa, razão pela qual devem ser consideradas as características do segmento de atuação, perfil dos clientes, a estrutura da empresa, os custos e despesas envolvidos na produção e comercialização dos produtos, mercadorias e serviços, a qualidade e a garantia dos produtos, mercadorias e serviços, bem como a intenção de retorno do capital investido.

Ciambeli Junior (2017) destaca em seu artigo que “é primordial para uma empresa conhecer seus vários custos, analisar e utilizar os melhores métodos e técnicas para formação de seus preços, e por fim transformar esse montante de informações em estratégias e políticas que direcionem os caminhos e decisões que ela vai seguir, visando um futuro de prosperidade.” No trabalho de pesquisa realizado por Domingues et al. (2017), observou-se que “com relação à precificação de seus produtos, mercadorias e serviços, as empresas adotam o critério de calcular os custos diretos e acrescentar uma margem entre 20% e 50%.” Entretanto esta decisão é de forma empírica, mais baseada na intuição e percepção do gestor, que em conhecimentos de seu Contador. Para determinação do preço de venda de acordo com Gama et al (2018, p. 16) três métodos devem ser observados: os custos, a concorrência e o consumidor. “o primeiro método é baseado nos custos, sendo considerado o mais tradicional nas organizações. Posteriormente, é analisada a concorrência e as características do mercado, sendo o preço estabelecido com base no valor percebido pelo mercado consumidor.”

Hernandez, Oliveira e Costa (2012) ressaltam que para a empresa manter-se competitiva no mercado, deve considerar o preço do produto ou serviço de seus concorrentes, visto que ela não poderá competir com preços mais altos que os

praticados no mercado. Caso o preço esteja em desacordo aos praticados no mercado, eles sofrerão influência direta dos clientes, pois a alteração destes preços pode gerar diversas reações, como a diminuição do consumo, deixar de consumi-lo ou substituí-lo por outro semelhante. Os gastos com o produto ou serviço deverão ser incorporados na formação do preço visando recuperá-los e obter o lucro almejado. O outro fator influenciável ao preço de venda é o governo, em razão das constantes mudanças na economia, incentivos fiscais, subsídios, criação ou ampliação de tributos entre outras formas de interferências.

Entretanto, Sardinha (1995) ressalta que a formação do preço de venda deve considerar não somente o mercado, mas também a continuidade da empresa a partir de decisões sobre as políticas de preços e gestão de custos. Ele salienta que os baixos preços possibilitam aumento nas vendas, mas, podem ocasionar problemas relacionados à qualidade e entrega do produto ou serviço. Enquanto, preços elevados geram diminuição de vendas, ociosidade e desperdício operacional.

A Identificação dos custos e a formação do preço de venda nas empresas prestadoras de serviços são mais complexas do que nas empresas do setor industrial. Morgan e Rosa (2006) menciona que os serviços são mais difíceis de serem padronizados, e por isso sua gestão é mais complexa: é o cliente que inicia o processo através de sua solicitação. Por esta razão, frequentemente nesse tipo de empresa a mão-de-obra é o recurso determinante para a eficácia da organização; e produção e consumo simultâneo dos serviços: os serviços são criados e consumidos ao mesmo tempo, e por esse motivo, não podem ser estocados. Em razão disso, a capacidade produtiva que for colocada disponível e não for utilizada será desperdiçada.

No setor de serviço de acordo com Fess, Reeve e Warren (2008, p.21) “o “produto” de uma empresa é a prestação de serviço, a administração concentra-se nos custos de mão-de-obra e nos custos indiretos”. O custo de qualquer material ou suprimento usado na prestação do serviço a um cliente é normalmente pequeno e considerado gasto indireto, enquanto no setor industrial todo material e mão de obra utilizada na produção é um custo direto.

### **2.3 O setor de telecomunicações**

A Lei Nº 4117 de 27 de agosto de 1962, institui o código Brasileiro de Telecomunicações e em seu Art. 4º descreve quais são os serviços denominados de telecomunicações:

“(...) constituem serviços de telecomunicações a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético. Telegrafia é o processo de telecomunicação destinado à transmissão de escritos, pelo uso de um código de sinais. Telefonia é o processo de telecomunicação destinado à transmissão da palavra falada ou de sons.”

De acordo com Prazeres et al. (2015) nos anos entre 1980 e 1990 devido à crise fiscal enfrentada pelo país, a privatização de alguns setores e empresas públicas foi a solução encontrada para a obtenção de recursos financeiros. Dentre essas empresas e setores, um dos setores que menos geravam retornos financeiros e necessitava de reorganização e expansão da infraestrutura, era o setor de telecomunicações, que por isso foi totalmente privatizado.

Prazeres et al. (2015) evidencia a relevância que a privatização deste setor gerou para a economia e o país. Segundo eles, mudanças significativas ocorreram no setor, tais como a introdução da concorrência, da regulação e a reorganização da estrutura de propriedade das empresas do setor, que em sua maioria tornaram-se companhias abertas. Isso permitiu uma maior flexibilidade na captação de recursos, com a finalidade de expandir e universalizar os serviços por meio do aumento do nível de investimentos, possibilitando atingir as metas impostas pelos órgãos reguladores e manter-se no mercado em meio ao ambiente competitivo. Falco (2010) enfatiza a importância do setor de telecomunicações para o desenvolvimento tecnológico e estratégico do Brasil, e ressalta ainda que na nova ordem mundial este segmento é estratégico para o desenvolvimento econômico e humano, sendo plataforma fundamental para a segurança nacional e fomentador de pesquisas e novas tecnologias, cada vez mais mutáveis.

A utilização das informações de custos é fundamental para o desenvolvimento e crescimento do setor de telecomunicações, que de acordo com Hernandez, Oliveira e Costa (2012, p.310) “trata-se das áreas mais promissoras e futurísticas em termos de geração de empregos e de fortunas, principalmente em países como Brasil, com sua imensa extensão territorial e ao atraso tecnológico em diversas áreas”. Os investimentos no setor são nítidos. Prazeres e et al. (2015) demonstra que no período pós-privatizações houve um aumento significativo do nível de investimentos. No ano

de 1998 o gasto anual com investimentos girava em torno de 12,30 bilhões, já em 2013, esse gasto ultrapassava os 26 bilhões de reais.

Além dos gastos com investimentos, este setor é responsável pelo crescente desenvolvimento do país. Nascimento (2017) afirma que o setor de telecomunicações e, em especial o de banda larga, é um dos que mais tem crescido no mundo. Ele apresenta dados estatísticos da União Internacional de Telecomunicações (UIT), os quais demonstram que o número de acessos de banda larga fixa no mundo saltou da casa de apenas dois mil acessos ao final de 2000, para cerca de 840 milhões de acessos no final de 2015. Este constante crescimento de acordo com dados da Telebrasil (2015), gerou em 2014 uma Receita Operacional Bruta de R\$ 234,1 bilhões, sendo o valor mais alto da história do setor de telecomunicações e equivalendo a 4,2% do PIB nacional.

Nesse contexto, ainda de acordo com Nascimento (2017), os provedores regionais representam um importante fatia desse mercado, tendo em vista que são os responsáveis por levar o acesso à internet em banda larga aos locais onde as grandes operadoras nacionais ainda não chegaram, ou se chegaram, passaram a enfrentar esses novos competidores que de modo competente procuram atender à demanda como desejada pelos usuários. Segundo Pádua (2017) os provedores regionais surgiram a partir da mudança comportamental dos usuários, que passaram a exigir uma melhor qualidade no serviço e atendimento, devido à grande necessidade do acesso. Nascimento (2017) afirma ainda que conforme dados cadastrados na Anatel, esses provedores regionais já representam mais de 11% do mercado. Sendo mais de dois mil pequenos provedores de internet e quase uma centena de operadoras de pequeno e médio porte.

## **2.4 Micro e pequenas empresas no Brasil**

De acordo com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) em 2014 aproximadamente 9 milhões de empresas eram consideradas micro e pequenas empresas e geravam mais da metade dos empregos formais daquele ano. Já eram as principais geradoras de riqueza no comércio no Brasil (53,4% do PIB deste setor). No PIB da indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproximava das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) tinha origem nos pequenos negócios.

O órgão ainda define microempresa como aquelas empresas cuja responsabilidade está limitada a participação no capital social, podendo contratar até 19 empregados se for indústria e no comércio até 09 colaboradores e que aufera receita bruta anual de no máximo R\$ 360.000,00. As empresas de pequeno porte, as EPP's, possuem as mesmas características das microempresas, as exceções são o número de funcionário, que na indústria é de 20 a 99 e no comércio e serviço de 10 a 49 e seu faturamento anual, que deve ser superior a R\$ 360.000,00 e até R\$ 4.800.000,00. A empresa de médio porte o seu faturamento anual em 2018 é de 4,8 milhões a 300 milhões.

Segundo Kassai (1997) os micros e pequenos empreendedores encontram dificuldade e evitam procurar ajuda de pessoas capacitadas para dar andamento ao seu negócio por crer que ninguém está interessado em estudar os problemas de uma pequena empresa, ou ainda, por uma questão econômica, já que isso pode representar uma elevação nos custos para a empresa. Entretanto, isto pode ser um diferencial para alavancar seu empreendimento e mudar o porte de sua empresa.

## 2.5 Estudos anteriores

Na revisão da literatura, não foi encontrado estudos anteriores sobre a formação do preço no setor de telecomunicações, porém encontrou-se de outros setores em que foi possível verificar a relação da formação do preço de venda com o crescimento da organização como também os aspectos que compõem o preço nas organizações. O estudo realizado por Sales e Campos (2017) teve como objetivo identificar os recursos utilizados e apurar os custos para Gestão da formação do preço de venda em projetos de buffet no sul de Minas Gerais. Para realização do trabalho adotou como metodologia a entrevista com os profissionais que atuam na área. Os autores identificaram que o preço de venda é formado com base em práticas de gerenciamento que podem ser utilizadas em qualquer tipo de projeto através de normas, métodos e procedimentos.

Já o trabalho desenvolvido por Leal e Rocha (2015) que teve como objetivo identificar e analisar os principais fatores que influenciam na determinação do preço de venda em pequenas empresas participantes do Programa Empreender - Uberlândia - MG, e para isso utilizou a aplicação de questionário como metodologia de pesquisa, constatou que os fatores que mais influenciam a decisão dos gestores

na formação do preço de venda são os consumidores, os concorrentes e os custos envolvidos.

Buscando analisar a gestão de custos e o processo de formação de preços das agroindústrias paraibanas, Callado et al. (2005) realizou uma pesquisa empírica com 20 empresas do setor e verificou-se que a maioria das organizações possui um sistema de custos, ou ferramentas para estruturação de custos, sendo que o responsável pelos registros dos custos do processo produtivo é o gerente geral. O resultado obtido na pesquisa realizada, foi que o *mark-up* é aplicado sobre o custo de produção sendo o principal critério utilizado na formação do preço de venda.

Carvalho et al. (2008) abordou o tema Gestão de custos e precificação: estudo de caso em uma empresa de pequeno porte de produção por encomenda, tendo como objetivo estudar o processo de formação de preço de uma pequena empresa do Rio de Janeiro cuja produção se faz por encomenda, a partir de seu processo de estimação de custos. Observou-se que a empresa registrou resultados satisfatórios ao longo dos anos, porém notou-se a necessidade de utilizar ferramentas adequadas de apoio à gestão de custos para que seu crescimento não seja comprometido, fruto de um sistema de precificação equivocado. Maciel, Rocha, Almeida (2005, p.07) destaca que a prática de decidir o preço de venda de forma empírica, mascara os custos e ocasiona alguns problemas, dentre os principais são

“... preço de venda abaixo do real, o que diminui os lucros da empresa; preço de venda acima do real, o que dificulta as vendas; fabricação de produtos que dão pouco lucro em detrimento de outros mais rentáveis, ocasionando má alocação dos recursos; esforço de venda não orientado para produtos mais lucrativos; dificuldades para fixar ações para redução de custos e despesas e eliminação de atividades que não agregam valor para o produto.”

Desta forma o lucro da empresa será afetado e em consequência a ameaça ao crescimento ou a estabilidade econômico-financeira, será notória em razão do lucro e rentabilidade menor.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta seção apresenta a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, que teve como objetivo tentar evidenciar a relação da formação do preço de venda para o crescimento da organização.

#### 3.1 População e amostra

Este trabalho de pesquisa foi realizado na cidade de Riachão do Jacuípe, interior da Bahia, localizado a aproximadamente 200 quilômetros da capital Baiana. De acordo com o IBGE a cidade possui 34784 habitantes distribuídos na zona urbana e zona rural. Para atender a esta população a cidade conta com três empresas atuando no setor de telecomunicações. Das três empresas que prestam serviços de telecomunicações na cidade, específico como provedor de acesso à internet, duas delas atuam há mais de cinco anos e uma instalou-se recentemente, a cerca de um ano. No processo de escolha da empresa para realizar a pesquisa, utilizou-se como critério a empresa que além de atuar há um bom período na cidade, também ofertava o menor preço, com o intuito de estudar os fatores que influenciam na formação do preço e verificar se a organização tem crescido com os preços praticados.

A empresa escolhida iniciou suas atividades no setor de telecomunicações na cidade de Riachão do Jacuípe, em dezembro de 2013 e expandiu para outros municípios da Bahia como Queimadas e Santa Bárbara, sendo referência em preço dos serviços ofertados na região. A organização é constituída sob a forma de Eirelli (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada), optante pelo Regime do Simples Nacional e enquadrada como microempresa. Atualmente conta com uma equipe de oito funcionários.

### **3.2 Métodos utilizados**

Após a escolha da empresa, adotou-se como método de pesquisa o estudo de caso, pois possibilita um estudo aprofundado e detalhado sobre o objeto da pesquisa. A coleta dos dados foi feita através da aplicação de um questionário, composto por 31 questões, contendo perguntas objetivas e subjetivas que foi entregue ao gestor da empresa. No entanto, o mesmo foi respondido pela gerente administrativa que possui 30 anos de idade e é graduada em Administração de Empresas. Neste questionário buscou-se obter informações sobre a empresa tais como, número de funcionários, forma de tributação, fatores de sucesso, entre outras informações relevantes. Foram abordados pontos relativos à importância e utilização da contabilidade na organização e a formação do preço de venda. Abordou-se esses assuntos para que se alcançasse o objetivo do trabalho e respondesse ao problema desta pesquisa, ou seja, para entender se existe relação da formação do preço com o crescimento da organização.

No processo de elaboração da pesquisa foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica em livros, artigos e em meios digitais dos mais diversos autores da contabilidade gerencial e de custos. A pesquisa bibliográfica de acordo com Fonseca (2002) “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *websites*”. Para melhor avaliar as informações coletadas no estudo de caso, a modalidade de pesquisa adotada foi a qualitativa, que segundo Godoy (1995) possibilita analisar de forma isolada e aprofundada os dados obtidos na pesquisa de campo, não sendo necessário a utilização de métodos e técnicas estatísticas. Além disso, a pesquisa qualitativa possui caráter descritivo e tem a figura do pesquisador como instrumento chave para alcançar os objetivos do estudo de caso.

#### **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Esta seção apresenta os resultados do estudo de caso realizado. A partir dos resultados da pesquisa fez-se uma análise com os estudos anteriores de forma a atender o objetivo deste trabalho, ou seja, tentar evidenciar a relação existente entre a formação do preço de venda e o crescimento da organização.

##### **4.1 Informações sobre a empresa**

A empresa tem uma forte predominância na cidade, por isso, o primeiro questionamento foi compreender os fatores que fazem o sucesso da empresa, para identificar relação com a formação do preço de venda dos serviços. A gerente administrativa respondeu que o principal fator é a qualidade dos serviços prestados, e que outros como agilidade no atendimento e o preço cobrado, também são fatores que contribuem para o sucesso da organização. Diante a resposta obtida observa-se que a empresa tem seus clientes como o sucesso da organização, pois destaca fatores que possibilitam a satisfação e o crescimento da sua carteira, como a qualidade dos serviços e o preço cobrado por eles. Esta percepção é confirmada por Oliveira e Santos (2014), que destacam o bom atendimento, o cumprimento com os prazos acordados, a qualidade dos produtos e a sinceridade, como os motivos que levam os clientes a voltarem para a empresa.

##### **4.2 A contabilidade de custos na organização**

A pesquisa buscou informações sobre o posicionamento da empresa em relação à Contabilidade e sua utilização dentro da organização. Foi questionado sobre a principal utilização da Contabilidade para organização. A empresa destacou que a utiliza para a realização do planejamento tributário. Nota-se que a forma de tributação é simples nacional, logo, a empresa utiliza a contabilidade para acompanhar os impostos incidentes sobre seu faturamento e, caso perceba ser mais vantajoso, mudará para outra forma de tributação que possa reduzir tais impostos.

Questionada sobre a existência de um setor de contabilidade na organização, a entrevistada revelou que existe um setor de contabilidade, mas que ele exerce apenas atividades gerenciais visto que a contabilidade da empresa é externa. Devido aos altos custos para a implementação de um setor de contabilidade dentro da organização, que possa realizar todas as atividades contábeis, é comum que as micros e pequenas empresas, façam a terceirização deste serviço. Segundo Eckert et al. (2014), uma das grandes vantagens de uma empresa fazer a contabilidade em um escritório contábil é pelo fato de o custo ser mais acessível. Se a empresa contrata um contador, terá gastos com o profissional contábil, que possui um salário alto e deve arcar com todos os encargos que a legislação trabalhista exige. Também terá gastos com a implantação do centro contábil, que se torna bastante oneroso.

Quando questionada sobre a utilização da contabilidade de custo, a entrevistada respondeu que a utiliza e inclusive possui um setor responsável pela apuração dos custos dos serviços prestados. Fazendo uma comparação com as duas respostas dadas anteriormente, percebe-se que este setor/pessoa atua com a Contabilidade Gerencial, pois o setor de Contabilidade existente na organização executa atividades gerenciais, ou seja, para fins de decisões administrativas.

Buscando verificar o entendimento da empresa sobre os conceitos de custos, questionou-se sobre a definição de custos para a organização. Verificou-se que a empresa não faz distinção entre custos, despesas e investimentos, uma vez que, considera custo como todos os desembolsos realizados ao longo de determinado período. Esse entendimento diverge dos autores de contabilidade que definem custos como sendo os gastos com a produção do bem ou serviço e as despesas como os desembolsos necessários para a geração da receita. Sobre o conceito de custo fixo e custo variável, foi possível perceber que a empresa considera todos os desembolsos efetuados mensalmente de forma constante, ou seja, sem modificação do valor como

custos fixos, já os custos variáveis, a empresa classifica como os pagamentos cujos valores são modificados a cada mês. Contudo, os conceitos mencionados pela empresa são contrários à literatura, que define os custos fixos como os gastos que independem da produtividade da empresa e os custos variáveis aqueles que estão diretamente relacionados ao volume de produção.

O questionário cita alguns exemplos de desembolsos, como custos, despesas e investimentos. Sendo eles: mão de obra técnica, energia elétrica, salário do administrativo, *link*, telefone, material para reparo, combustível, CMU (Computadores, Móveis e Utensílios), cursos de aperfeiçoamentos e material para construção de redes. Foi solicitado a entrevistada que apontasse aqueles dos quais são considerados como custos pela organização. Conforme visto anteriormente, a empresa define custo como todo o desembolso realizado pela organização, independentemente de sua aplicação. A resposta a este questionamento sobre os exemplos de custos, foi que todos os elementos mencionados são custos, mesmo aqueles que pela ciência considera-se como um investimento por fazer parte do imobilizado da empresa, ou uma despesa, a exemplo respectivamente de Computadores, Móveis e Utensílios e as despesas administrativas.

Na sequência fez-se uma pergunta sobre o acompanhamento dos custos, se a empresa executa análises periódicas para reduzi-los. A entrevistada afirmou que faz as análises e logo após identificar quais os custos mais impactantes, busca alternativas para reduzi-los. Em seguida foi interrogado quais as ferramentas são utilizadas para executar essas análises, se relatórios fornecidos pela Contabilidade, anotações ou sistema interno. A resposta obtida foi que as análises de custos são executadas por um sistema de informação utilizado pela empresa, e alimentado de acordo os acontecimentos diários.

### **4.3 A formação do preço de venda**

Após conhecer a opinião da empresa sobre a contabilidade de custos e a sua utilização, prosseguiu-se com o questionário buscando compreender como a empresa forma o preço de venda e a relevância do mesmo para o crescimento da organização. Relacionado a este assunto, a primeira pergunta foi saber qual o setor é responsável pela decisão do preço de venda. A entrevistada relatou que esta decisão é

competência da diretoria da empresa, ou seja, o gestor é o responsável por definir os preços de venda dos serviços na organização.

Foi questionado se na composição dos preços, a empresa acrescenta algum percentual de lucro. A resposta foi sim. Quis então a pesquisa saber em que se baseia esse percentual, se nos relatórios financeiros, nos concorrentes, na experiência profissional do gestor ou outro fator. Percebeu-se de acordo com a resposta que o percentual de lucro é baseado na experiência do gestor, ou seja, através do modo empírico, nos conhecimentos adquiridos ao longo de sua atuação no mercado. Normalmente, de acordo com Canever et al. (2012) os gestores irão definir preços iguais ou similares aos dos concorrentes e, em algumas situações, propor preços inferiores às alternativas disponíveis, isto porque, se basear apenas nos custos, encontrará dificuldades para vender seus produtos ou serviços e estará sem competitividade no mercado.

Na formação do preço vários fatores influenciam diretamente a decisão dos gestores. Na empresa pesquisada os principais fatores são a sensibilidade do consumidor ao preço e a tentativa de aumentar a participação no mercado. Questionou-se em que se baseia o processo de definição do valor dos serviços prestados. A empresa aponta aspectos econômicos e demográficos, pois considera fatores como a realidade econômica local a que está inserida, buscando vender seus serviços a preços compatíveis com a situação econômica do município.

A pesquisa desejou saber da entrevistada a opinião da mesma sobre a fala de Ciambelli Júnior (2017 p.52) quando afirma que “o preço é determinado diretamente pelo mercado”. A empresa concorda parcialmente com esta afirmação, ressaltando que a respectiva empresa faz a análise dos preços, e mesmo que esteja maior que seus concorrentes, são disponibilizados no mercado. Diante dessa ressalva, buscou-se verificar sobre a viabilidade econômica dos planos de acesso à internet, e qual o posicionamento da empresa caso verifique a inviabilidade de lucro com determinado plano de acesso, a entrevistada afirma que permanece com a oferta do plano, porém ajusta o valor cobrado.

#### **4.3.1 Formação do preço de venda x crescimento da organização**

Prosseguindo com o questionário e visando observar se o preço de venda dos serviços tem contribuído para a maximização dos lucros da organização, foi

questionado se a empresa notava alguma correlação entre o preço dos serviços ofertados e os resultados obtidos. A gerente administrativa declara que ter conhecimentos dos custos envolvidos na prestação do serviço, possibilita definir com maior precisão o valor exato a ser cobrado e com isso um aumento significativo nos resultados.

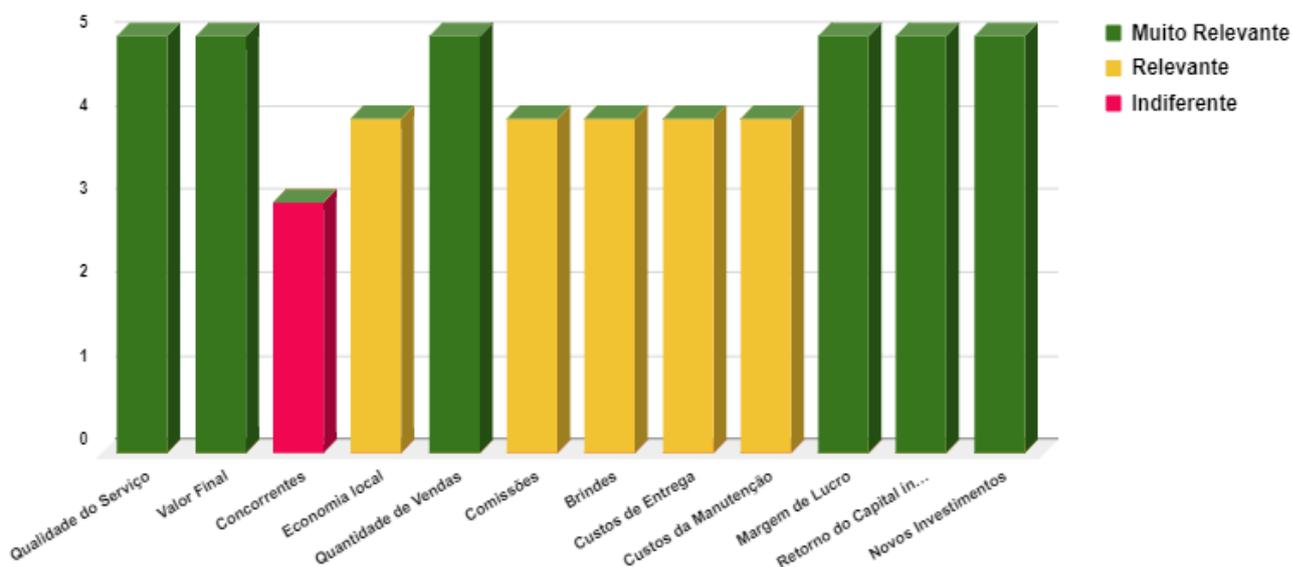
Nesta percepção Gama et al. (2018) enfatizam a importância de os gestores conhecerem os custos envolvidos na produção do seu bem ou serviço. Relatam que conhecendo os custos envolvidos neste processo, poderão estabelecer preços atrativos para os clientes, fazendo com que possa haver uma influência no resultado da empresa, ou seja, na maximização do lucro operacional o que poderá influenciar na conquista do mercado. Com objetivo de responder ao problema desta pesquisa, se existe relevância entre a formação do preço de venda e o crescimento da organização, solicitou a opinião da interrogada sobre este aspecto. A mesma reconhece não ter uma convicção sobre isto. Todavia, conforme declarações feitas ao longo deste questionário nota-se que há relevância em ambos, visto que, anteriormente, a entrevistada afirma que a definição do preço com maior certeza dos elementos envolvidos, permite considerável aumento no lucro da organização.

Sobre este assunto, de acordo com os estudos realizados por Maciel, Rocha, Almeida (2005) a formação do preço de venda está diretamente ligada ao crescimento da empresa, visto que, a má formação do preço, gera como consequência um lucro e uma rentabilidade menor, fazendo com que o crescimento e a estabilidade econômico-financeira da organização estejam ameaçados. Neste sentido Gama et al. (2018) complementam que a determinação do preço com apropriações inadequadas pode afetar sensivelmente o desempenho e crescimento da organização, isso porque prejudicará as vendas de determinados produtos e, inclusive, poderá reduzir a participação da empresa no mercado em razão dos preços praticados. A precificação de maneira incorreta, atinge diretamente a competitividade, o volume de vendas, a lucratividade das empresas, e em consequência impossibilita a continuidade e crescimento da organização.

Apesar da entrevistada afirmar não saber responder à pergunta, observa-se que o preço é fator determinante para o crescimento da empresa, haja vista, que o preço formado de maneira precisa, gera maior possibilidade de lucro, e consequentemente um resultado positivo em sua rentabilidade, permitindo desta forma, que a organização cresça no mercado que está inserido. Isso foi possível

perceber, em razão da afirmação, de que o preço ofertado, tem permitido obter um aumento significativo nos resultados. Considerando que existem diversos fatores que influenciam diretamente no processo de formação do preço de venda, o questionário apontou os principais fatores de acordo com a literatura, e solicitou a gerente administrativa que apontasse o grau de relevância de cada um dos fatores para sua empresa. O grau de relevância estabelecido para cada fator é apresentado no Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Grau de Relevância**



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018

Nota-se que no processo de formação do preço, a empresa prioriza aspectos como: a qualidade dos serviços prestados ao cliente, o valor final que será ofertado no mercado, a quantidade de vendas, a margem de lucro esperada, o retorno do capital investido e os novos investimentos pretendido pela organização.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou evidenciar a relação da formação do preço de venda para o crescimento da organização. Para isso foi desenvolvido um estudo de caso com a aplicação de um questionário, buscando um conhecimento mais amplo e detalhado para responder ao problema da pesquisa, a saber: existe relação na formação do preço de venda com o crescimento da organização?

De acordo com os resultados encontrados nesta pesquisa percebeu-se que a empresa não utiliza métodos para apuração dos custos, tampouco faz distinção entre custos, despesas e investimentos. Nota-se que as decisões são baseadas no método empírico, ou seja, na experiência profissional do gestor. Observou-se também que o principal objetivo da empresa é aumentar sua participação no mercado, garantindo o maior número de clientes na sua carteira. Outro aspecto relevante que se verificou na pesquisa, foi a influência de diversos fatores na formação do preço, tais como: fatores demográficos e econômicos, a sensibilidade do consumidor ao preço, a quantidade de vendas, a qualidade dos serviços prestados, a margem de lucro, o retorno do capital investido e os novos investimentos.

A empresa pesquisada utiliza apenas um sistema gerencial que permite a análise de todos estes fatores mencionados acima, que são a base para o gestor definir o preço dos serviços ofertados no mercado. Contudo este sistema não realiza a análise dos custos detalhadamente, conhecendo de forma aprofundada os elementos que compõem a formação do preço de venda, o que impossibilita a exata precificação dos serviços. Conforme os resultados desta pesquisa, percebe-se que existe relação na formação do preço de venda com o crescimento da organização, visto que, os preços de venda dos serviços ofertados no mercado pela empresa, são atrativos diante da realidade econômico do local a que está inserida, possibilitando um aumento na carteira de clientes e nas suas receitas e posteriormente o crescimento da organização.

Devido a existência de apenas três empresas que atuam no setor de telecomunicações em Riachão do Jacuípe, uma das principais limitações enfrentada para a realização deste trabalho, foi a inviabilidade de optar por outro método de pesquisa diferente do estudo de caso, que permitiria fazer um comparativo entre as empresas. Esta inviabilidade se dá pela proporção que uma única empresa representaria do total do setor. Outra limitação foi encontrar trabalhos acadêmicos sobre a formação do preço de venda nas empresas que atuam no setor de telecomunicações. Contudo encontrou-se artigos que abordam a formação do preço de venda em outros segmentos, possibilitando um comparativo com os resultados encontrados nesta pesquisa

Diante da relevância do setor de telecomunicações para economia e desenvolvimento social, sugere-se estudos futuros relacionados a este setor, com objetivo de desenvolver métodos que contribuam para formação do preço de forma

que possibilite às empresas do setor mais competitividade. A escolha do método adequado para formar o preço é fundamental para a continuidade da empresa no mercado.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. **O que muda no Simples Nacional a partir de 2018**. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/MEI/noticia/2017/12/o-que-muda-no-simples-nacional-partir-de-2018.html>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

ALBUQUERQUE, Débora. **A importância das telecomunicações para o crescimento econômico**. Disponível em: <<https://economiadeservicos.com/2017/02/09/a-importancia-das-telecomunicacoes-para-o-crescimento-economico/>> Acesso em: 30 mar. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES - TELEBRASIL. **O desempenho do setor de telecomunicações no Brasil séries temporais 9m15**. Disponível em: <[http://www.telebrasil.org.br/component/docman/doc\\_download/1529-09-12-2015-o-desempenho-do-setor-de-telecom-series-temporais-3t15?Itemid](http://www.telebrasil.org.br/component/docman/doc_download/1529-09-12-2015-o-desempenho-do-setor-de-telecom-series-temporais-3t15?Itemid)> Acesso em: 02 nov. 2017.

BORNIA, Antonio Cezar. **Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. **Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 1962. p. 10413.

BRITO, Flávio Augusto Pereira; MARTINS, Vidigal Fernandes. **Fatores que Influenciam a Formação do Preço de Venda: Um Estudo de Caso**. ed 5, v 1, nº 7, Abril/Junho 2013. Disponível em: <<http://linkania.org/master/article/view/123>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. et al. **Análise da gestão de custos e formação de preços em organizações agroindustriais paraibanas**. IX Congresso Internacional de Custos – Florianópolis, SC, Brasil - 28 a 30 de nov 2005. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1911/1911>> Acesso em: 19 jun. 2018.

CANEVER. et al. **Formação de Preços: um estudo em empresas industriais de Santa Catarina**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 14-27. 2012. Disponível em:

<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5390/4096>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

CARVALHO. et al. **Gestão de custos e precificação: caso de estudo em uma empresa de pequeno porte de produção por encomenda**. XV Congresso Brasileiro de Custos – Curitiba - PR, Brasil, 2008. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1171/1171>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

CIAMBELLI JUNIOR, Claudio. **Contabilidade de custos aplicada no preço de venda dos produtos**. Revista Gestão em Foco, ed. n° 9, p. 51-59. 2017. Disponível em: <[http://www.unifia.edu.br/revista\\_eletronica/revistas/gestao\\_foco/artigos/ano2017/009\\_contabilidade\\_custos\\_aplicada\\_pre%C3%A7o\\_venda\\_produtos.pdf](http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2017/009_contabilidade_custos_aplicada_pre%C3%A7o_venda_produtos.pdf)> Acesso em: 02 nov. 2017.

COLIATH, Gleubert Carlos. **A contabilidade como ciência social e sua contribuição para o capitalismo**. ENIAC Pesquisa, Guarulhos, v. 3, n° 2, p. 152-161, jul./dez. 2014. Disponível em:<<https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/157>> Acesso em: 05 nov. 2017.

COSTA, Rogério Guedes; OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ, Jose Hernandez Jr. **Gestão Estratégica de Custos: Textos, Casos Práticos e Testes com as Respostas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DATAR, Srinkant M; FOSTER, George; HORNGREN, Charles T. **Contabilidade de Custos**. 11. ed, v 1. São Paulo: Pearson, 2013.

DOMINGUES et al. **Gestão de capital de giro e formação do preço de venda praticado pelas micro e pequenas empresas**. Revista Ambiente Contábil – ISSN 2176-9036 - UFRN – Natal-RN. v. 9, n. 1, p. 77 – 96, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/8558>> Acesso em: 02 nov. 2017.

ECKERT et al. **Vantagens e desvantagens da Contabilidade Interna em relação à Contabilidade Terceirizada: um estudo multicaso**. REN - Revista Escola de Negócios, v.2 n.1, p.2-21, jan/jul, 2014. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/272493142\\_Vantagens\\_e\\_desvantagens\\_da\\_Contabilidade\\_Interna\\_em\\_relacao\\_a\\_Contabilidade\\_Terceirizada\\_um\\_estudo\\_multicaso\\_Advantages\\_and\\_disadvantages\\_of\\_Internal\\_Accounting\\_relative\\_to Outsourced\\_Accounting\\_A\\_mu](https://www.researchgate.net/publication/272493142_Vantagens_e_desvantagens_da_Contabilidade_Interna_em_relacao_a_Contabilidade_Terceirizada_um_estudo_multicaso_Advantages_and_disadvantages_of_Internal_Accounting_relative_to Outsourced_Accounting_A_mu)>. Acesso em: 26 junho de 2018.

FALCO, Luiz Eduardo. **O avanço das telecomunicações**. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-avanco-das-telecomunicacoes-imp-546036>> Acesso em 02 nov. 2017.

FESS, Philip E; REEVE, Jaes M; WARREN, Carl S. **Contabilidade Gerencial**. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GAMA et. al. **Formação de Preços na Cooperativa Agropecuária CALU: o Dilema da Produção do Leite**. REPeC, Brasília, v. 12, n. 1, art. 1, p. 6-21, jan./mar. 2018. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/1574/1314>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Riachão do Jacuípe: População**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/riachao-do-jacuipe/panorama>> Acesso em: 05 jun. 2018.

LEAL, Edvalda Araujo. ROCHA, Lucas Fernandes. **Gestão de preços: um estudo em pequenas empresas participantes do programa empreender – Uberlândia-MG**. RAGC, v.3, n.6, p.61-77 /2015. Disponível em:<[www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/download/568/418](http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/download/568/418)>. Acesso em: 19 jun. 2018.

MACIEL, D. B., ROCHA, J. S., ALMEIDA, S. F. **A importância dos custos e da formação do preço básico do produto na tomada de decisões em micros, pequenas e médias empresas: um estudo de caso numa indústria de confecções em Sanharó-PE**. In: Congresso Internacional de Custos, 9., Florianópolis, SC. Anais... Florianópolis: ABC, 2005. Disponível em:<<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/1877/1877>> Acesso em: 19 jun. 2018.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORGAN, Beatriz Fátima; ROSA, Mariana de Sousa. **Custos em Empresas Prestadoras de Serviços: o conceito de objeto de custo e a realidade das empresas**. Contab. Vista & Rev., v. 17, n. 4, p. 97-111, out./ dez. 2006. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/314>> Acesso em: 02 nov. 2017

NASCIMENTO, Juarez Quadros do. **O avanço dos provedores regionais de banda larga**. Disponível em:

<[http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&from\\_info\\_index=581&inoid=45289&sid=15](http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&from_info_index=581&inoid=45289&sid=15)>. Acesso em: 04 nov. 2017.

OLIVEIRA, Fagna Florindo de; SANTOS, Sonia Maria Rodrigues. **A arte de fidelizar clientes como diferencial competitivo**. FOCO: revista de Administração e Recursos Humanos da Faculdade Novo Milênio/FNM. v.7, n.2. Jul./dez.2014. Disponível em: <http://www.revistafocoadm.org/index.php/foco/article/view/121/88>. Acesso em: 26 jun. 2018.

PADUA, Luciano. **Em meio à crise, provedores regionais facilitam acesso à internet**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/em-meio-a-crise-provedores-regionais-facilitam-acesso-a-internet/#>> Acesso em: 04 nov. 2017.

PRAZERES, et al. **Fatores Determinantes do Endividamento**: um Estudo Empírico no Setor de Telecomunicações Brasileiro. Contabilidade, Gestão e Governança – Brasília. v. 18, n. 2, p. 139-159, mai./ago, 2015. Disponível em: <<https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/867>> Acesso em: 02 nov. 2017.

ROSA, Fernanda Flores da. **A Contabilidade de custos e sua relevância para a gestão**. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Ciências Contábeis) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27218>> Acesso em: 02 nov. 2017.

SALES, Carlos Eduardo Rios; CAMPOS, Carlos Roberto. **Gestão para formação de preço em projetos de buffer no sul de Minas Gerais**. Revista IPecege v.3, n.3, p. 56-64, jun, 2017. Disponível em: <https://revista.ipecege.com/Revista/article/view/120>. Acesso em: 19 jun. 2018.

SANTOS, Joel José dos. **Análise de Custos**: um enfoque gerencial com ênfase para custeamento marginal. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

SANTOS, Joel José dos. **Análise de custos**: remodelado com ênfase para sistema de custeio marginal, relatórios e estudos de casos. 4. ed São Paulo: Atlas, 2005.

SARDINHA, J. C. **Formação de preço**: a arte do negócio. São Paulo: Makron Books, 1995.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>.> Acesso em: 04 nov. 2017.

### III

## ALCANCES E LIMITAÇÕES NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID1-19 NO NÚCLEO DE APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA – NAEPI, MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO-BA

*Naiara Gonçalves dos Santos*<sup>5</sup>; *Denise Ferreira de Oliveira Silva Lima*<sup>6</sup>; *Daniel Neves dos Santos Neto*<sup>7</sup>

### RESUMO

O presente trabalho buscou identificar e analisar os impactos ocasionados pela Pandemia, na rotina dos profissionais, na assistência e no aprendizado dos usuários do Núcleo de Apoio a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva – NAEPI. A partir do desenvolvimento de uma pesquisa descritiva, baseada em estudo de caso, pautado na aplicação de questionários eletrônicos (google formulários), com perguntas objetivas e descritivas, direcionados à representante da Educação Especial no Município de Capim Grosso, aos Profissionais que atuam no NAEPI e aos familiares de crianças usuárias dos serviços ofertados. Dessa forma, a partir da compilação e interpretação dos dados, buscamos compreender os dilemas e desafios atuais vivenciados pelo município, pela equipe multidisciplinar, famílias e usuários quanto a necessidade de reinventar e se adaptar e seguir oferecendo orientação pedagógica e psicopedagógica, mesmo no contexto pandêmico, e assim, estimulando o desenvolvimento dos usuários dos serviços do NAEPI. O presente estudo mostrou o processo de adaptação do Atendimento Educacional Especializado - AEE durante a pandemia, período em que os alunos com necessidades especiais, precisaram passar por várias adaptações que não foram fáceis, e esse artigo nos permitiu refletir sobre os diversos desafios presentes nesse contexto direcionado as atividades desenvolvidas no NAEPI.

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado, Pandemia do COVID-19, Desafios;

### ABSTRACT

The present work sought to identify and analyze the impacts caused by the Pandemic, in the routine of professionals, in the assistance and learning of Naepi's users. From the development of a descriptive research, based on a case study, based on the application of electronic questionnaires (google forms), with objective and descriptive questions, directed to the representative of Special Education in the city of Capim Grosso, to the professionals who work at Naepi and to family members of children who use the services offered. Thus, from the compilation and interpretation of the data, we tried to understand the current dilemmas and challenges experienced by the municipality, the multidisciplinary team, families and users, the need to reinvent and adapt and keep offering pedagogical and psycho-pedagogical guidance, even in the pandemic context, and thus, stimulating the development of the users of Naepi's services. This study showed the process of adaptation of the AEE in the pandemic, a period in which students with special needs needed to go through several adaptations that were not easy, and this article allowed us to reflect on the various challenges present in this context directed to the activities developed at Naepi.

**Keywords:** Specialized Educational Attendance, COVID-19 Pandemic, Challenges.

<sup>5</sup>Especialista em Educação Especial pela Faculdade de Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso e-mail: [naiara15.gon@gmail.com](mailto:naiara15.gon@gmail.com)

<sup>6</sup> Especialista em Educação Especial pela Faculdade de Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso, e-mail: [deniseferreirafcg@gmail.com](mailto:deniseferreirafcg@gmail.com)

<sup>7</sup> Mestre em Educação e Diversidade (PPED/UNEB), e-mail: [danielnetto.ifba@gmail.com](mailto:danielnetto.ifba@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

O Atendimento Educacional Especializado - AEE, regulamentado sob o Decreto Nº 6.571/08, posteriormente revogado pelo Decreto nº 7.611, de 2011, dentre outras orientações, institui a implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas, bem como nos centros e núcleos de apoio a pessoas com deficiências. O AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação das pessoas com deficiência, tanto nas escolas quanto na sociedade, o que garante direitos estabelecidos na Constituição Federal e, posteriormente, em tantas outras Leis e Decretos que visam promover maior inclusão e participação ativa na sociedade de pessoas com deficiências, entretanto acima de tudo respeitando suas limitações.

O processo de implantação do AEE, foi e ainda é pautado em grandes desafios, principalmente, no contexto pandêmico em que estamos vivenciando desde o início do ano 2020. O que ocasionou grande impacto na sociedade em geral, causado pelo isolamento social, levando dentre tantas outras interferências na rotina, como o fechamento de escolas e centros ou núcleos de apoio a pessoas com deficiências.

Nesse sentido, a proposta do presente trabalho surgiu a partir de uma intervenção Neuropsicopedagógica realizada no Núcleo de Apoio a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva – NAEPI, do Município de Capim Grosso - BA. Na ocasião, percebemos que em nenhum dos dez encontros que tivemos no espaço, ocorreu atendimento com outras crianças com transtornos ou dificuldades na aprendizagem. Havia apenas atividades impressas à disposição dos pais, que pudessem ir até o local fazer a retirada e entrega das mesmas.

Ouvimos relatos sobre as dificuldades tanto relacionadas a recursos materiais, que segundo a coordenadora pedagógica do Núcleo, nos últimos tempos tem sido disponibilizado materiais em pouca quantidade, ou até não disponibilizado materiais específicos, porém necessários para os atendimentos, o que levou aos profissionais a adquirirem por conta própria e a confecção coletiva de recursos a partir de materiais recicláveis. Um outro desafio relatado é a falta de profissionais específicos, há lacunas na equipe multidisciplinar e na equipe operacional, justificada devido ao fim de uma seletiva municipal, e o atual processo para nova seletiva, um tanto quanto turbulenta entre os anseios do Município para contratar profissionais,

divergentes do Ministério Público que cancelou a seletiva e indicou a realização de Concurso Público.

Devido a essa situação, na ocasião havia vagas em aberto em todas as escolas municipais e no NAEPI, que no período não dispunha de assistente social, bem como um profissional responsável pela limpeza do espaço, que estava sendo realizada pela equipe multidisciplinar, pois não havia alguém com função direcionada a cuidar do espaço, então tornou-se uma obrigação de todos.

Nesse sentido, o presente trabalho, tem por objetivo geral, investigar os alcances e as limitações nos serviços de Atendimento Educacional Especializado - AEE, no contexto da pandemia do covid-19 no NAEPI, localizada no município de Capim Grosso – BA. Buscou-se identificar e analisar os impactos ocasionados pela Pandemia na rotina dos profissionais, na assistência e no aprendizado de usuários do NAEPI, como está sendo desenvolvido o atendimento remoto aos usuários e investigar as estratégias do poder público para melhorar o alcance do AEE no contexto da pandemia.

Consideramos que a presente pesquisa pode ser de grande relevância para a comunidade Capimgrossense ao revelar de qual modo a pandemia afetou o Atendimento Educacional Especializado – AEE e os usuários dos serviços no Núcleo de Apoio a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva – NAEPI do Município.

Espera-se que esta pesquisa seja vista e consultada como fonte de conhecimento, que foi produzido para trazer benefícios à sociedade, referente a análise e criação de novas políticas públicas inclusivas e estratégias pelo poder público, para que diante do exposto, possa de fato ampliar o oferecimento dos serviços de AEE com uma maior qualidade aos seus usuários, mesmo no contexto adverso da pandemia, que possa gerar reflexões, instigar novas pesquisas e favorecer tomadas de decisões mais eficazes para a educação especial.

## **2 METODOLOGIA APLICADA**

Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, fez-se a opção pelo método qualitativo. De modo geral, pesquisas qualitativas exigem a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação o que torna-se algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais foi possível construir a análise e chegar

à compreensão mais ampla do problema delineado. Esta opção permitiu o estudo local das relações dialéticas entre o contexto em que vivencia a sociedade atualmente e os alcances e limitações para um Atendimento Educacional efetivo.

Este estudo inspirou-se também nos pressupostos teóricos, epistemológicos e metodológicos das pesquisas de estudo de caso. Segundo Yin (2005), o estudo de caso pode ser tratado como importante estratégia metodológica para a pesquisa em ciências humanas, pois permite ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, revelando nuances difíceis de serem enxergadas “a olho nu”. Além disso, o estudo de caso favorece uma visão holística sobre os acontecimentos da vida real, destacando-se seu caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos.

Esta metodologia é desenvolvida a partir de etapas de levantamento de dados bibliográficos e de campo, seguidos pelo tratamento das informações direcionando ao levantamento de dados necessários para a compreensão da situação em pauta. A compilação e correlação dos dados possibilitando a interpretação integrada das informações, originando, a caracterização do espaço em estudo, bem como os perfil dos profissionais atuantes, além da visão de categorias representantes do oferecimento e da oferta do AEE no Município de Capim Grosso, bem como teremos um panorama atual de como a prestação de serviços e os atendimentos no NAEPI foram afetados com a Pandemia.

Os procedimentos metodológicos adotados para alcançar os objetivos propostos para essa pesquisa foram desenvolvidos em três fases: Na primeira fase foi desenvolvido o projeto baseado em uma experiência anterior, qual nos possibilitou analisar melhor o espaço e seus procedimentos, assim, foi possível apresentar uma proposta a ser desenvolvida, o problema, objetivos, fundamentação teórica e a opção metodológica para realização do estudo. Para a elaboração da pesquisa, realizou-se um levantamento teórico por meio de bancos de dados e revistas acadêmicas, Leis e decretos que explanem sobre o assunto apresentado.

A segunda fase agrega a elaboração e aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e dos questionários eletrônicos, a partir da plataforma Google formulários, escolhemos três grupos a serem aplicados questionários: sendo uma representante da Educação Especial no Município de Capim Grosso; sete profissionais que atuam no NAEPI e três mães de crianças que acessam dos serviços

oferecidos no núcleo. A construção de dados foi realizada no mês de dezembro do ano de 2021.

Quanto a terceira fase refere-se à elaboração do texto final a partir da análise dos resultados, evidenciando o posicionamento dos envolvidos, referente a prestação de serviços e suas perspectivas futuras no contexto pandêmico. Optou-se em utilizar-se da análise de conteúdo como uma das técnicas de tratamento de Bardin (2011), ao indicar que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: 1) pré-análise; 2) exploração do material e tratamento dos resultados; 3) inferência e a interpretação. Contemplando os resultados obtidos e as considerações acerca do objetivo proposto, foi elaborado o texto final, a partir da análise dos resultados, evidenciando o panorama atual da oferta do AEE no NAEPI.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação brasileira tem diante de si o desafio de possibilitar o acesso e a permanência dos alunos com deficiência nas salas de aula numa perspectiva de Educação Inclusiva, transformando as escolas públicas em espaços inclusivos e de qualidade que valorizem as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais e atendam às necessidades de cada aluno.

Inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que pode retornar à escola em algum momento. (MITTLER, 2003, p.236)

Atualmente, todos os envolvidos no processo educativo no segmento de profissionais, pais e as próprias pessoas com deficiência denominam como “inclusão” o novo paradigma, no sentido de incluir todos os indivíduos socialmente, inclusive no contexto educacional. O princípio básico do conceito de normalização é que pessoas com deficiência têm o mesmo direito de desfrutar das condições de vida mais comuns ou normais possíveis, participando de atividades educacionais, sociais e de lazer na comunidade onde vivem. A esta comunidade compete fornecer serviços capazes de compensar as deficiências de cada um e ao mesmo tempo ajudar o indivíduo a conviver com sua deficiência.

Em educação, normalizar significa oferecer, ao aluno com necessidades especiais, os mesmos recursos profissionais e institucionais que qualquer criança dita “normal” sempre teve, permitindo o seu desenvolvimento como estudante, pessoa e cidadã. (NOGUEIRA 2009, p. 88)

A normalização não implica em uma negação da deficiência, mas na aceitação da mesma assim como uma característica normal em qualquer sociedade. Com tudo isso, dificulta a eficácia da educação inclusiva que, por sinal, ainda caminha a passos lentos. Este discurso fica evidente quando Urbanek e Ross (2010, p. 49) dizem que

A escola é o que a sociedade lhe permite ser por meio da ação coletiva dos seus membros, não age independente dela, muito pelo contrário, ambas constroem uma identidade própria e inconfundível. Assim, a escola inclusiva será a escola construída por todos os atores do processo educacional. Urbanek e Ross (2010, p. 49)

É notória a dificuldade que a sociedade tem em incluir as pessoas com deficiência, no entanto, é necessário um trabalho em conjunto entre escola, família e sociedade, pois somente desta forma será garantido na prática a tão sonhada Educação inclusiva. Em 1961, o atendimento às pessoas com Deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº. 4.024/61, que aponta o direito a frequentar as classes comuns de ensino regular tendo o direito de frequentar centros especializados em horário oposto ao ensino regular. Diante disto Cardoso (2003, p.19) explicita que

[...] esta nova concepção não nega que os alunos tenham problemas em seu desenvolvimento. No entanto, a ênfase consiste em oferecer ao aluno uma mediação. A finalidade primordial é analisar o potencial de aprendizagem, como sujeito integrado em um sistema de ensino regular, avaliando ao mesmo tempo quais os recursos que necessita para que sua evolução seja satisfatória. O conceito necessidades educativas especiais remete às dificuldades de aprendizagem e aos recursos educacionais necessários para atender essas necessidades e evitar dificuldades. Cardoso (2003, p.19)

A educação das pessoas com deficiência trilhou um caminho que, em sua fase inicial, era eminentemente assistencial até chegar ao que hoje se chama de Educação Inclusiva. Desta forma, as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como cidadãos, com direitos e deveres de participação na sociedade.

A inclusão diz respeito a cada pessoa ser capaz de ter oportunidade de escolha e de autodeterminação. Em educação, isso significa ouvir e valorizar

o que a criança tem a dizer, independentemente de sua idade ou de rótulos. Mittler (2003, p. 17).

A inclusão propõe mudanças na sociedade, começando pela educação para torná-la possível e acolher todas as pessoas. Para isto o sistema deve adaptar-se as necessidades dos estudantes através de uma educação de qualidade, oferecendo um atendimento que contemple suas necessidades e especificidades.

É por isso que inserir um aluno com necessidades especiais em uma sala de aula regular não faz dela uma sala inclusiva. Essa somente será uma sala inclusiva quando puder atender e responder, com qualidade, às necessidades educacionais especiais de todos os alunos que nela se encontram. (URBANEK e ROSS, 2010, p.61)

Podemos perceber que a Educação Especial perpassa por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, sem poder substituí-lo, tendo como finalidade oferecer aos alunos serviços, recursos e estratégias de acessibilidade ao ambiente e aos conhecimentos escolares e profissionais. As escolas devem matricular todos os estudantes, independente das suas especificidades e garantir sua permanência, oferecendo-lhes uma educação de qualidade, devendo considerar suas necessidades específicas, pautando-se em princípios éticos, políticos e estéticos como o objetivo de assegurar:

I – A dignidade humana e a observância do direito de cada estudante de realizar seus projetos e estudo, de trabalho e de inserção na vida social, com autonomia e independência;

II – A busca da identidade própria de cada estudante, o reconhecimento e a valorização das diferenças e potencialidades, o atendimento às necessidades educacionais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;

III – O desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos. (BRASIL, 1996)

O sistema educacional brasileiro tem passado por mudanças significativas nos últimos anos, visando cada vez mais respeitar a diversidade, garantindo a convivência e a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais em escolas regulares, bem como a melhoria no Atendimento Educacional Especializado - AEE. São perceptíveis os desafios para a efetivação da educação especial e inclusiva que prevalecem atualmente. Por esse viés, claramente confirmados nas proporções das demandas e

na escassez dos recursos disponíveis, nas necessidades e desafios para formação continuada de professores e profissionais da equipe multifuncional dos centros de Atendimento Educacional Especializado.

Para a UNESCO (2021), a educação especial e inclusiva não é simplesmente tornar as escolas acessíveis. Trata-se de ser eficiente na identificação das barreiras e obstáculos que as pessoas com deficiências encontram na tentativa de acesso a oportunidades de educação de qualidade, bem como na eliminação das barreiras e obstáculos que levam à exclusão.

O Ministério da Educação (MEC) estabeleceu em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEI), através do Decreto Nº 6.571, 17 de setembro de 2008, posteriormente Revogado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Esses decretos refletem grandes avanços na luta pelo direito de uma educação inclusiva e de qualidade e que significou compreender a educação especial como aquela ofertada não mais de forma separada da escola regular, mais articulada, atuando com vista a ofertar recursos e serviços que objetivam a plena aprendizagem do aluno público-alvo da educação especial na classe comum, por meio do AEE.

O Decreto Nº 7.611, estabelece que a oferta de educação especial (AEE) deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino. Isso quer dizer que o ideal é que a escola comum tenha uma sala de recursos multifuncionais e uma equipe especialista para oferecer o Atendimento Educacional Especializado dentro da escola (BRASIL, 2011). Em seu Artigo 5º, compete à União

(...) prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (BRASIL, 2011, art. 5º)

No Artigo 1º, o dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - Garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - Aprendizado ao longo de toda a vida;

III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;

IV - Garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

V - Oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

VI - Adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;

VII - Oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e

VIII - Apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. (BRASIL, 2011)

Aos Municípios, compete seguir as orientações do Estado e da União e implantar de forma eficiente e eficaz o AEE, que deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas que são público-alvo da educação especial e, através deste, deve ser articulado com as demais políticas públicas.

Recentemente, nossa sociedade foi submetida a uma interferência de grande impacto em nossas atividades do cotidiano, mediante a imposição do isolamento social, ocasionado pela pandemia mundial da covid-19. Nesse novo contexto, de distanciamento, que ainda estamos vivenciando, escolas e centros de AEE, fecharam. Algumas adotando aulas remotas e/ou educação à distância. Com isso, grupos que já apresentavam graus de vulnerabilidade, assim fazendo-se necessário readaptar-se a uma nova rotina e a um novo contexto ambiental e social.

O Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Entretanto, mesmo sendo publicado em meio ao contexto Pandêmico, não se leva em consideração todas as mudanças e impactos ocasionados na sociedade devido ao isolamento. O Decreto, tem por objetivos as seguintes implementações:

Art. 9º A Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida será implementada por meio das seguintes ações:

I - Elaboração de estratégias de gestão dos sistemas de ensino para as escolas regulares inclusivas, as escolas especializadas e as escolas bilíngues de surdos, que contemplarão também a orientação sobre o papel da família, do educando, da escola, dos profissionais especializados e da

comunidade, e a normatização dos procedimentos de elaboração de material didático especializado;

II - Definição de estratégias para a implementação de escolas e classes bilíngues de surdos e o fortalecimento das escolas e classes bilíngues de surdos já existentes;

III - Definição de critérios de identificação, acolhimento e acompanhamento dos educandos que não se beneficiam das escolas regulares inclusivas, de modo a proporcionar o atendimento educacional mais adequado, em ambiente o menos restritivo possível, com vistas à inclusão social, acadêmica, cultural e profissional, de forma equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida;

IV - Definição de diretrizes da educação especial para o estabelecimento dos serviços e dos recursos de atendimento educacional especializado aos educandos público-alvo desta Política Nacional de Educação Especial.

V - Definição de estratégias e de orientações para as instituições de ensino superior com vistas a garantir a prestação de serviços ao público-alvo desta Política Nacional de Educação Especial, para incentivar projetos de ensino, pesquisa e extensão destinados à temática da educação especial e estruturar a formação de profissionais especializados para cumprir os objetivos da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida; e

VI - Definição de critérios objetivos, operacionalizáveis e mensuráveis, a serem cumpridos pelos entes federativos, com vistas à obtenção de apoio técnico e financeiro da União na implementação de ações e programas relacionados à Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. (BRASIL, 2020, art. 9º)

O Decreto citado divide opiniões de profissionais da área, principalmente ao apresentar implementações que vão de encontro com a Constituição Federal que determina que as pessoas com deficiência passaram a ter reconhecidos os direitos integrais à Educação, referenciados, posteriormente, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Na prática, esta política flexibiliza a oferta da educação nos sistemas de ensino para estudantes com deficiência em escolas ou classes regulares inclusivas, classes especializadas, classes bilíngues de surdos, segundo a demanda específica dos alunos. Nessa direção e sentido, ocorreram posicionamentos divergentes acerca do decreto assinado, incitados pelas entidades de classe das pessoas com deficiência e da ala que defende, de forma veemente, que há um retrocesso com as determinantes deste decreto.

#### 4 RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO DOS DADOS

O primeiro questionário a ser interpretado foi direcionado a representante da Educação Especial no Município de Capim Grosso. Além, das questões do formulário, foram passadas informações via ligação telefônica, nos permitindo, melhor compreender o posicionamento do Departamento de Educação Especial.

Mulher, negra, 51 anos de idade, de acordo a informações apresentadas no currículo na Plataforma Lattes, a entrevistada possui graduação em Pedagogia e Ciências da Religião, é Especialista em Gestão Escolar, Tecnologia e Educação e Alfabetização e Letramento. Tem experiência na área de Gestão escolar, e Coordenação Pedagógica em Educação infantil, anos Iniciais e finais e Educação de Pessoas Jovens, Adultos e Idosos - EPJAI. Atuou como Docente e Coordenadora Pedagógica em Instituições de Nível Superior no Município. Atualmente é Coordenadora Técnica Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Capim Grosso.

Ao ser questionada quantas salas de AEE há no Município, a colaboradora informou que a Rede Municipal de Ensino ainda está se adequando para implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas, recentemente 5 escolas foram contempladas por um programa de AEE, entretanto, ainda estão aguardando recursos para efetivação, mesmo sendo uma determinação estabelecida no decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Todos os 167 pacientes que precisam do AEE são direcionados para o NAEPI (que possui 6 salas) e para uma clínica particular conveniada a Prefeitura.

Referente aos profissionais que atuam no NAEPI, a colaboradora informou que há 2 psicólogos, 1 fonoaudiólogo, 1 Psicopedagogo, 2 professores e 1 coordenador. Justificou que no momento não há assistentes sociais na Equipe Multidisciplinar, devido ao cancelamento da seletiva da área de educação realizada esse ano pelo município, posteriormente cancelada pelo Ministério Público.

Ao ser questionada como avalia o quantitativo de profissionais e de recursos para Atendimento Educacional Especializado e se este quantitativo disponível é suficiente para atender a demanda dos pacientes em acompanhamento? A colaboradora respondeu “*Razoável, mas ainda precisamos de mais profissionais.*”

Segundo a colaboradora, com a Pandemia, os principais desafios para a efetividade da educação especial e o Atendimento Educacional Especializado,

referem se “A falta de acesso à internet e o distanciamento social uma vez que esses alunos precisam ser atendidos de forma individual.” Entretanto, durante esse período para atender aos alunos do AEE que não tem acesso à internet, está sendo disponibilizado aos pais *Kits pedagógicos*.

Nesse sentido, a colaboradora conclui que o município tem gerenciado a Educação Especial de modo a atender as necessidades dos seus usuários através do “apoio necessário pois dispomos de transporte destinado ao NAEPI, acompanhamento psicológico, psicopedagógico, fonoaudiólogo e materiais Pedagógicos”

O segundo grupo a colaborar com os questionários, representa os profissionais que atuam no NAEPI. Referente ao perfil dos 07 entrevistados, 100% são do sexo feminino. 51,1% dos colaboradores se consideram negros (Pretos ou Pardos), 28,6% consideram brancos e 14,3% não sabem ou preferem não informar. A média de idade do público em análise está entre 22 e 48 anos.

Referente ao vínculo trabalhista com Município, 57,1% são servidores efetivos, 28,6% são contratados temporariamente e 14,3% são terceirizados. Quanto ao tempo de atuação no NAEPI, 3 profissionais trabalham há mais de 5 anos, os demais oscilam entre 2 anos, 1 ano e o profissional com menos tempo no núcleo atua há 5 meses. Referente a formação a nível de graduação e pós-graduação as respostas foram as seguintes.

**Tabela 1 - Formação a nível de graduação e pós-graduação**

Ordem	Resposta do(a) entrevistado(a)
1	Graduanda em Letras/ Libras
2	Pedagogia, Especialização em Libras
3	Pedagogia, Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional
4	Não tenho nenhuma graduação
5	Pós-graduação
6	Pós-graduação completa
7	Graduanda

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021

Referente as formações continuadas na área da educação especial e inclusiva, a maioria dos profissionais afirmam já terem buscado cursos, e palestras relacionadas a Libras, AEE, Educação Inclusiva, Terapia ABA e equoterapia. No tocante as formações continuadas na área da educação especial e inclusiva realizadas em seu *lôcus* de trabalho no período de Pandemia, dois colaboradores

informaram “nenhuma” e outros informaram que são realizadas diversas formações, sendo citada palestras e orientações aos professores sobre adaptação curricular.

Referente público atendido no NAEPI, foram citados os seguintes: surdos, autistas, crianças com deficiências físicas, intelectuais, transtornos e dificuldades de aprendizagens. Foi citado que o atendimento e acolhimento é estendido aos pais, o que é de fundamental importância, já que muitas famílias precisam conhecer e conviver melhor ao decorrer do tempo com as particularidades de seus filhos, como no caso dos autistas. Quanto aos serviços oferecidos no núcleo, em unanimidade os colaboradores responderam que se trata de Atendimento Pedagógico/psicopedagógico individualizado, de acordo as necessidades do aluno. Os materiais utilizados nos atendimentos vão desde recursos, equipamentos tecnologias e materiais didáticos diversos, atividades xerocopiadas adaptadas, recursos lúdicos, jogos, brinquedos etc.

Dessa forma, foi questionado a respeito do nível de conhecimento da Legislação atual que normatiza a Educação Especial a nível de Brasil e 71,4% dos entrevistados responderam ter conhecimento médio, afirmando conhecer algumas Leis e Legislação relacionadas a Educação Especial; 28,6% afirmam ter muito conhecimento e está ciente da maioria e mais importantes Leis, relacionadas a Educação Especial. No ponto de vista dos profissionais do NAEPI os principais impactos ocasionados pela pandemia Mundial da Covid-19 percebidos no seu ambiente de trabalho, no aprendizado e no desenvolvimento dos usuários do AEE, os quais foram:

**Tabela 2 - Principais impactos ocasionados pela pandemia Mundial da Covid-19 no NAEPI**

Ordem	Resposta do(a) entrevistado(a)
1	“Os atendimentos presenciais seguem suspensos, então houve muito retrocesso nos avanços já alcançados”
2	“Muitos alunos regrediram os avanços que tinham adquirido ao longo dos anos de atendimento. Exemplo alguns surdos que já estavam no nível intermediário na proficiência das libras regrediram para o básico”
3	“Muitas dificuldades em adaptar o atendimento especializado através da modalidade remota.”
4	“Momento difícil!!! pois quando as aulas são presenciais o desenvolvimento é melhor, mas existe muita dificuldade ainda na interação do aluno e dos pais”
5	“Foram muitos, porém considero que atender um aluno com deficiência a distância é complicado, porque cada um tem uma necessidade”
6	“A devolutiva das atividades remotas e o aprendizado de forma virtual.”

7	“O ensino a distância, não tem o mesmo retorno, pois os pais têm dificuldades em auxiliar os filhos”
---	--

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Os profissionais informaram que os atendimentos aos usuários do NAEPI foram comprometidos, devido a adaptação a realidade de isolamento social atual, os agendamentos foram reduzidos. Atualmente, há de forma presencial apenas atendimentos psicológicos, os demais atendimentos têm sido desenvolvidos através da parceria direta com os pais e familiares dos pacientes, no processo de retirada dos *kits* no núcleo para realizarem as atividades com os filhos em casa, posteriormente devolvendo as atividades. Nesse sentido, foi citado pouco retorno dos pais, no tocante a colaboração e intermédio para os atendimentos online por vídeo conferência, que é a principal estratégia de alcance dos atendimentos.

Na perspectiva dos profissionais que acompanham diretamente o desenvolvimento das crianças que frequentam ou deveriam frequentar o NAEPI, as principais dificuldades e desafios que surgiram com a pandemia vão desde a falta do contato físico, bem como as limitações ao acesso às novas tecnologias, foi relatado a dificuldade dos profissionais em se adaptar e orientar as novas modalidades de atividades remotas. A suspensão da circulação do transporte específico para o NAEPI (um microônibus), também foi relatada, o que impediu e impede que muitos pacientes, sejam atendidos presencialmente, devido a distância ou a sua limitação específica não consiga se locomover até o núcleo.

Foi citado a falta de recursos materiais, pois o núcleo depende de outras instituições (Escolas e Secretaria de Educação) para se manter, há também a falta de recursos humanos, no momento não há Assistentes sociais e nem profissionais responsáveis pela limpeza do espaço. Por fim, foi perguntado aos profissionais, o que acham que pode ser feito a fim de melhorar os serviços oferecidos no NAEPI no período da pandemia e no pós-pandemia. As respostas foram as seguintes.

**Tabela 3 – Propostas de melhorias nos serviços oferecidos pelo NAEPI**

Ordem	Resposta do(a) entrevistado(a)
1	“Durante pandemia falta as adequações no setor e pós pandemia um melhor olhar por parte da gestão!”
2	“Reavaliação de cada alunos competências habilidades e um planejamento consciente com base nesse relatório preciso e detalhado”
3	“Receber mais recursos e materiais pra que possamos melhorar os atendimentos, contratação de mais mão de obra para melhor atender as crianças e etc.”

4	“Momento muito difícil, mas cada novidade que aparecer vai melhorar pra todos!!”
5	“Acredito se voltássemos para o presencial iria melhora.”
6	“Mais responsabilidades de alguns pais em realizar as atividades propostas e devolutiva das mesmas, e recurso para adaptar as atividades.”
7	“Maior recurso didático e ambiental.”

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Assim, fica evidente que tem sido um período de grande dificuldade para todas as partes e muitos profissionais demonstram se preocupar com a regressão no desenvolvimento da aprendizagem dessas crianças, mencionam a pouca efetividade do atendimento remoto.

O terceiro grupo que participou da pesquisa foi o de familiares de estudantes que acessa o NEAPI. Ao analisar o questionário destinado as famílias, dentre as mães que responderam às perguntas, 66,7 % se identificaram como sendo pretas ou pardas e 33,3 % não sabia ou preferiu não informar, as três tendo entre 29 e 34 anos de idade. A primeira família a responder faz acompanhamento no NAEPI desde 2014, a segunda família desde 2017 e a terceira família desde 2019.

Através do questionário foi identificado que os três pacientes em análise têm o diagnóstico de Autismo. Perguntamos as famílias quais os profissionais que atendem aos seus filhos e qual a frequência desse atendimento; as três respostas foram as mesmas: uma vez na semana com a Pedagoga. Nessa resposta fica evidente a falta dos demais profissionais para os atendimentos Educacionais Especializados. Questionamos sobre qual o nível de conhecimento da Legislação atual que normatiza a Educação Especial a nível de Brasil.

**Tabela 4 - Conhecimento da Legislação atual**

Ordem	Resposta do(a) entrevistado(a)
1	“Muito, pois conheço várias leis da educação especial, mas não conheço todas.”
2	“Médio, pois conheço algumas leis da educação especial, mas não a maioria delas.”
3	Pouco, pois quase não conheço as leis da educação especial.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021

A partir das respostas fica claro que o público atendido no NAEPI é diversificado, pois o nível de conhecimento também é distinto, o conhecimento dos direitos legais das pessoas com deficiência é de fundamental importância para que possamos cobrar na prática tais direitos. Perguntamos as famílias quais os impactos ocasionados pela pandemia Mundial da Covid-19 percebidos no cotidiano e no

aprendizado e no desenvolvimento do filho (a), nesse sentido, segue as principais respostas.

**Tabela 5 - Impactos ocasionados pela pandemia Mundial da Covid-19**

Ordem	Resposta do(a) entrevistado(a)
1	“Estresse diário, por ficar muito tempo em casa e um atraso no desenvolvimento porque nós mães não temos especialidades para ensiná-los em casa, como um profissional, prejudica muito na socialização.”
2	“O atendimento presencial tem maior agilidade e desempenho, para o desenvolvimento. O atendimento virtual dificulta bastante para o desenvolvimento da pessoa com deficiência.”
3	“Atrapalhou um pouco.”

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021

Através das respostas fica evidente que a dificuldade encontrada pela família é ainda maior quando nos referimos ao ensino remoto e, muitas vezes, essa dificuldade é agravada pela falta de preparação dos familiares e a mudança de rotina que a pandemia causou, além de ter que ensinar a atividade, precisa lidar com a especificidade que traz a deficiência. Cada criança tem suas características e suas diferenças, não existe um parâmetro para ser usado com todas as crianças e cada caso deve ser observado com um olhar singular. Quando perguntamos quais serviços foram oferecidos e como foram disponibilizados para o público de estudantes atendidos no Núcleo, foram dadas as seguintes respostas.

**Tabela 6 – Atuais serviços oferecidos pelo NAEPI**

Ordem	Resposta do(a) entrevistado(a)
1	“Atividades enviadas para o lar por quinzena, muito bem elaboradas, feitas de acordo a dificuldade de cada criança.”
2	“Atendimento pedagógico e multidisciplinar, com estimulação da coordenação motora onde as pessoas com deficiência têm mais dificuldade, e adaptação com coisas rotineira do dia a dia, como estimulação, pentear o cabelo, escovar os dentes.”
3	“Psicopedagoga.”

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021

As informações adquiridas durante a pesquisa mostram que as famílias têm dificuldade em acompanhar os atendimentos virtuais e realizar com seus filhos as atividades propostas em casa, no entanto, reafirmam a importância desse atendimento. Sabemos que a educação é um direito inalienável e incondicional de todos sem restrições (BRASIL, 1988), o que leva à constatação de que esse direito vai muito além da questão do acesso. Por fim, foi questionado como a falta dos

atendimentos presenciais afetou seu filho (a) e sua família. As devolutivas foram as seguintes.

**Tabela 7 – Impactos da suspensão dos atendimentos presenciais no NAEPI**

Ordem	Resposta do(a) entrevistado(a)
1	“A socialização, tanto aos ambientes, quanto os colegas.”
2	“A forma de se comunicar e ter mais interação na vida social.”
3	“Um pequeno atraso no aprendizado.”

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021

Nesse relato ficou evidente que a pandemia tem afetado diretamente os estudantes com deficiência, pois a falta de socialização com as demais pessoas e profissionais têm acarretado problemas em seu desenvolvimento. Entretanto, o Art. 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) assegura que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir à criança, jovem e adolescente, o direito à vida e à saúde, assim como à educação, porém, vida e saúde são primordiais. O novo Coronavírus ameaça a vida e a saúde de toda comunidade escolar. No entanto, o retorno ao ensino presencial será possível quando a ameaça à vida e à saúde não mais existir.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho visou apresentar um panorama acerca da atual oferta da Educação especial com ênfase no Atendimento Educacional Especializado no NAEPI, levando em consideração a nova realidade mundial que fez com que a sociedade como um todo adotasse novos hábitos e posturas: a pandemia do Covid-19. Com o ensino não foi diferente e a escola, núcleos e centros educacionais, mesmo depois de quase dois anos de isolamento social ainda estão em processo de adaptação e reinvenção deste novo modo de ensinar.

A análise de conteúdo dos relatos dos entrevistados possibilitou identificar muitos impactos que interferiram negativamente no AEE efetivo no NAEPI. Entretanto, mesmo com poucos recursos tanto materiais quanto recursos humanos, o núcleo tem buscado alternativas em alcançar maior número de pacientes. Fica evidente que os profissionais têm tido muitas dificuldades em adaptar-se ao novo modo de atendimento e acompanhamento, entretanto conclui-se que os pacientes são os mais prejudicados, pois além do isolamento, a grade maioria não pode acompanhar os atendimentos da forma que é ofertado atualmente, de maneira remota.

Observou-se algumas contradições entre o ponto de vista da representante do Município em contraponto aos relatos dos profissionais do NAEPI, por exemplo foi citado que o transporte exclusivo do núcleo está à disposição, entretanto foi relatado por profissionais que um dos desafios nesse período é a falta de transporte. Outra questão que interfere diretamente no alcance do atendimento no NAEPI é a colaboração da família, pois uma boa parte delas é insuficiente, o que pode se justificar ou não, devido ao isolamento, a falta ao acesso à internet, a falta de transporte com como foi citado acima.

De acordo com as famílias pesquisadas o atendimento prestado pelos profissionais do NAEPI é de fundamental importância, e possibilita readaptar suas rotinas e atividades para melhorar o aprendizado, desenvolvimento cognitivo das crianças, bem como, melhor interação no dia a dia em no convívio familiar.

A pesquisa também mostrou que o atendimento remoto no NAEPI está sendo a principal ferramenta para ampliar o alcance dos atendimentos oferecidos, entretanto, esse recurso se restringe a uma pequena parcela das famílias dos pacientes cadastrados no Núcleo. Assim, se considera necessário mediante o contexto atual, uma estratégia do poder público para melhorar o alcance das famílias aos atendimentos remotos, bem como a efetivação da disponibilidade de transportes e preenchimento das vagas em aberto na equipe multidisciplinar no NAEPI, visando assim promover a efetivação da igualdade de condições de acesso, permanência e participação, dentro do contexto emergencial que a pandemia nos trouxe.

Com isso, o presente estudo analisou e mostrou que o processo de adaptação do AEE na pandemia passou por vários desafios, desde o início do ano de 2020. Os alunos com deficiência precisaram passar por várias adaptações que não foram fáceis, e esse artigo nos permitiu refletir sobre os diversos desafios presentes nesse contexto direcionado as atividades desenvolvidas no NAEPI.

Assim, podemos concluir que a pesquisa atendeu o objetivo de investigar os impactos da pandemia no Atendimento Educacional Especializado podendo também observar ao longo da pesquisa processo de adaptação do AEE no contexto pandêmico, bem como sua efetivação e seus desafios. Diante disso, os resultados obtidos, mostram que ainda existem muitas incertezas sobre o desenvolvimento e aprendizagem dos pacientes do NAEPI, ressaltamos a necessidade do desenvolvimento de outras pesquisas que visem contribuir para uma melhor compreensão deste tema posteriormente.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611**, 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília: Poder Executivo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)>. Acesso em 08 de dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 10.502/20**, 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União: Brasília: Poder Executivo. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>>. Acesso em 07 de dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 394/96**. 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: Brasília: Poder Executivo. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 08 de dezembro de 2021

BRASIL. **Lei nº 8.069/90**. 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: Brasília: Poder Executivo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em 08 de dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto 10.502**. 30 de setembro de 2020. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP. Disponível em: ><https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf><. Acesso em 08 de dezembro de 2021.

CARDOSO, M. **Aspectos Históricos da Educação Especial: Da Exclusão à Inclusão – Uma Longa Caminhada**. IN: MOSQUERA, J. M; STOBAÜS, C. (Org.) Educação Especial: Em Direção à Educação Inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MAZZOTA, M. J. S., **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artimed, 2003.

NOGUEIRA, M. L. de L; OLIVEIRA, E. S. G. de; SÁ, MOURÃO, M. S. M. **Legislações e Políticas Públicas em educação Inclusiva**. 2ª Ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

ROBERT, K. **RESENHA LIVRE DE YIN**. Porto Alegre: Bookman, 2005. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuanc%2oes/article/viewFile/187/257#:~:text=estudos%2ode%2ocaso.Robert%2oK.,com%2ooutros%2otipos%2ode%2opesquisa>>. Acesso em 27 de dezembro de 2021.

UNESCO, **Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva** / Coordenação geral: SEESP/MEC; Secretaria de Educação Especial, 2003: Disponível em: ><http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie3.pdf><. Acesso em 08 de dezembro de 2021.

UNESCO: **Educação inclusiva no Brasil**. Disponível em: ><https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/inclusive-education><. Acesso em 08 de dezembro de 2021.

URBANEK, D.; ROSS, P., **Educação Inclusiva**. Curitiba: Fael, 2010.

#### IV

### FORMAÇÃO DE CIDADES NO INTERIOR DA BAHIA

*Francisco Alves de Queiroz<sup>8</sup>, Hélio Ponce Cunha<sup>9</sup>*

#### RESUMO

O presente texto analisa o direito à cidade nas cidades do interior da Bahia a partir de análises qualitativas e gerais, fruto da vivência e da relação etnográfica dos autores com as cidades objeto do estudo. O recorte para o estudo de caso foram as 16 cidades baianas acima de 100 mil habitantes, excetuando a capital Salvador. O texto faz uma descrição geral da formação das cidades baianas, seus atuais estágios de desenvolvimento urbano e as relações com o planejamento urbano. Traz aspectos conceituais sobre o planejamento urbano de autores contemporâneos e os relaciona com o objeto de estudo, principalmente nas áreas de desenvolvimento econômico, regional e urbano. O texto leva à conclusão que nas cidades estudadas as pessoas não conseguem exercer o direito à cidade e que tal situação foi intencionalmente produzida pelo modo de gestão pública e ocupação do solo urbano.

**Palavras-chave:** Urbanização. Direito à cidade. Planejamento.

#### ABSTRACT

The present text analyzes the right to the city in the cities of the interior of Bahia from qualitative and general analyses, fruit of the experience and the ethnographic relationship of the authors with the cities object of the study. The focus for the case study was the 16 Bahian cities with more than 100 thousand inhabitants, with the exception of the capital Salvador. The text makes a general description of the formation of Bahian cities, their current stages of urban development and the relationship with urban planning. It brings conceptual aspects of urban planning by contemporary authors and relates them to the object of study, mainly in the areas of economic, regional and urban development. The text leads to the conclusion that in the cities studied, people are not able to exercise the right to the city and that this situation was intentionally produced by the way of public management and occupation of urban land.

**Keywords:** Urbanization. Right to the city. Planning.

<sup>8</sup> Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano - PPDRU-UNIFACS, membro do GERURB – Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Urbano e do MEGA – Estudos e Pesquisas em Marketing, Estratégia, Gestão e Análise Regional. Professor da Faculdade Adventista da Bahia e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. [franciscoqueirozz@gmail.com](mailto:franciscoqueirozz@gmail.com).

<sup>9</sup> Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU-UNIFACS, Professor Assistente da UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana, Líder do grupo de pesquisa MEGA - Estudos e Pesquisas em Marketing, Estratégia, Gestão e Análise Regional; Membro do GERURB – Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Urbano. [helioponce@gmail.com](mailto:helioponce@gmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo discute o processo de urbanização vivenciado nos municípios da Bahia e as formas de direito à cidade, compreende por isso a liberdade de ir e vir, acesso a serviços e produtos, acesso a espaços públicos e instrumentos coletivos de consumo e aos instrumentos de uso público, sem deixar de considerar a qualidade de vida no que se refere a sustentabilidade ambiental, segurança pública e acesso a serviços de saúde e educação.

O direito à cidade vem sendo foco de diversos debates entre gestores públicos, acadêmicos e representantes do setor empresarial e vem se constituindo tema presente nas diversas discussões de políticas públicas. Ele incorpora e sintetiza um conjunto de direitos sociais e individuais de forma mais ampla. Ou seja, para que se consolidassem direitos do cidadão ao emprego, à saúde, à educação, à moradia, à mobilidade, entre outros é necessário que a sociedade compreenda o que é ter direito à cidade e quais os mecanismos podem construir ou degradar essa conquista.

Mas para quem é esse direito a cidade? Para todos! Para os menos favorecidos as dificuldades estruturais de se viver nas cidades são gritantes, mobilidade urbana precária, péssimos serviços de transportes públicos, moradias construídas em áreas de risco, ausência de saneamento, sem acesso a diversos instrumentos públicos de lazer, e muita dificuldade de acesso a serviços essenciais a vida, saúde e educação. As classes mais altas também estão perdendo o direito a cidade, vivem em enclaves urbanos que se tornaram<sup>10</sup> “presídios domésticos de luxo”<sup>11</sup>, os condomínios fechados, também não tem acesso a instrumentos coletivos de lazer, sentem-se ameaçados quando não estão dentro de seus carros e “fortes armados”, deixam de sair por ausência de estacionamentos e por dificuldades de mobilidade.

O modo como as cidades baianas surgiram e a maneira como são geridas permitiram a produção de espaços urbanos agressivos, segregadores e confusos. Este ensaio discute de maneira preliminar o direito as cidades observando a formação das cidades baianas refletindo sobre qual as funções de uma cidade; O que é direito a cidade e como isso ainda pode ser buscado mediante a realidade tão complexa nos

---

<sup>10</sup>Em geografia, um **enclave** é um território com distinções políticas, sociais e/ou culturais cujas fronteiras geográficas ficam inteiramente dentro dos limites de um outro território, no caso das cidades temos como exemplo os condomínios fechados.

<sup>11</sup> Considera-se “presídios de luxo” pois estão presos ao espaço do condomínio, só estão seguros e protegidos neste espaço, se privam de sair aos espaços públicos da cidade principalmente pela violência urbana e pela dificuldade de mobilidade.

municípios baianos. A Bahia tem 417 municípios, algumas centenas de municípios bem pequenos que foram emancipados em sua maioria através de situações políticas bem complexas.

Para efeito deste estudo, buscou-se na literatura moderna as definições de direito a cidade e visões diversas sobre o processo de urbanização, partindo de bases sociológicas e principalmente econômicas, aliadas a um conjunto de pensadores modernos do planejamento urbano. No aspecto empírico, buscou-se extrair da análise a capital Salvador e foram focados os 16 maiores municípios da Bahia em número de habitantes: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Itabuna, Juazeiro, Lauro de Freitas, Ilhéus, Jequié, Teixeira de Freitas, Barreiras, Alagoinhas, Porto Seguro, Simões Filho, Paulo Afonso, Eunápolis e Santo Antônio de Jesus. Foi verificado de maneira geral e preliminar as suas formações e seus atuais estágios de desenvolvimento urbano. Estes municípios estão espalhados por todas as regiões da Bahia: litoral, oeste, centro, sul e norte. Todas essas cidades e localidades foram visitadas e diversas informações aqui apresentadas foram coletadas sumariamente.

## **2 A QUESTÃO URBANA: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E O DIREITO À CIDADE**

O processo de urbanização sob a perspectiva da constituição econômica das cidades possui uma abordagem rica lastreada por diversas linhas de pensamento. Polèse (1998, p. 32) destaca uma relação existente entre o processo de urbanização e o desenvolvimento econômico. Para o autor, “a relação entre urbanização e desenvolvimento econômico, pelo menos no sentido do desenvolvimento econômico – urbanização faz parte das exceções. A urbanização é uma consequência incontornável do desenvolvimento econômico e nenhum país escapou, até hoje a esta lei .

A análise de uma estruturação urbana a partir do pressuposto da centralidade demanda uma análise sob diversas perspectivas. Neste sentido, destacam-se algumas linhas teóricas e seus autores, importantes na compreensão da estrutura urbana, que serão apresentadas de forma breve a seguir:

- a) A “natureza humana” constituía o padrão segundo o qual Robert Park considerava ideal para constituir um modelo de análise. Para Eufrásio (1999), o autor postulava que os aspectos da Geografia Física eram os elementos

- prioritários na estruturação de uma cidade. Só depois seriam levados em consideração os fatores culturais no processo de crescimento;
- b) A estrutura urbana, trazida por Roderick McKenzie é um modelo extraído a partir da análise das cidades americanas. Segundo Eufrásio (1999), a estrutura é dividida em classes de utilização do solo, formada por quatro processos: distribuição do comércio, crescimento da cidade, transição de distritos e segregação da população. Para Souza e Cidade (2010, p. 3) “McKenzie introduz, assim, a ideia da posição, havendo competição por ela a partir de fatores econômicos e da seleção funcional. Há assim, uma maior delimitação nos conceitos, em relação à Park [...]”;
  - c) A ecologia humana, postulada por Hawley aborda a concepção urbana como um organismo biológico, funcional, interdependente e emanando do centro. Para Gottdiener (1997) e Souza e Cidade (2010), em favor da sua análise organicista, é reduzida a atenção à questão espacial e aos conflitos inerentes à sociedade, aderindo à ideia de equilíbrio;
  - d) A sociedade pós-industrial como sociedade urbana é teorizada por Lefebvre (1999) com o pressuposto de que os espaços são organizados a partir das lutas de classe (concepção marxista). A urbanização é apontada como consequência do processo de industrialização;
  - e) A estrutura urbana organizada a partir da compreensão dos modos de produção. A abordagem de Castels (2000) aponta uma teoria sobre a estrutura social geral, em que o espaço urbano é concebido a partir dos modos de produção e se subdivide em sistema econômico (força de trabalho, meios de produção), sistema político-institucional (dominação-regulação e integração-repressão) e o sistema ideológico.

A formação dos espaços urbanos não deve ser vista como fenômeno isolado ou consequência de ações de curto prazo. Trata-se de um processo que deve ser aprofundado sob as perspectivas históricas, sociais e econômicas. Para Santos (1994), dentro da história do urbano está a história da cidade e suas atividades (emprego, classes, divisão do trabalho, cooperação, socialização na cidade). Ainda segundo o autor, dentro da história da cidade entram a história dos transportes, da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo e da centralidade.

O termo urbanização pode estar ligado tanto ao número de habitantes que residem na zona urbana de uma cidade, distinguindo-se das áreas rurais, quanto às condições de infraestrutura (urbana) oferecidas em uma cidade. Em uma outra linha, há ainda autores como Castells (2000) que entendem a questão urbana como uma diferenciação do sistema de valores, atitudes e comportamentos da sociedade. Obviamente, tais aspectos ligados à definição do tema trazem implicações nos aspectos econômicos e sociais (trabalho, renda, saúde, educação, moradia, mobilidade, etc.). Desta forma, partindo das consequências econômicas e sociais, é possível afirmar que o processo de urbanização assume diferentes significados nas economias desenvolvidas e nas economias subdesenvolvidas.

Em um entendimento prévio é possível inferir uma relação de causa-efeito entre *urbanização* e *desenvolvimento*. No entanto, essa questão merece algum aprofundamento. Castells (2000) trouxe em sua obra “A questão urbana” algumas induções que diferenciam bem o processo nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos: a) alguns autores, como Berry, afirmam em conclusões de pesquisa que quanto maior é o nível econômico e tecnológico, menor é o crescimento demográfico e que há uma correlação positiva entre nível de crescimento econômico e grau de urbanização; b) Gibbs e Martin afirmam que variáveis como a diversificação industrial (indicando divisão do trabalho), o desenvolvimento tecnológico e pluralidade de trocas exteriores das sociedades tem relação direta com a percentagem de populações em zonas metropolitanas; c) percebe-se, nas regiões subdesenvolvidas, uma aceleração do crescimento urbano superior à dos países desenvolvidos; d) nos países subdesenvolvidos, o processo de urbanização é muito diferente do que ocorre nos países desenvolvidos e não implica em crescimento e desenvolvimento econômico e social;

O processo de urbanização nos países subdesenvolvidos, segue então, uma lógica de aglomeração de pessoas nos centros urbanos, com a indústria liderando uma expectativa ilusória de grande absorção de mão-de-obra e com a geração de renda, da maioria da população, advinda de atividades secundárias. Lefebvre (1999, p. 35), em sua leitura marxista, afirma que,

Os elementos da sociedade capitalista chegam na história, exteriores uns aos outros: o solo, o proprietário, a natureza o trabalho, os trabalhadores desvinculados dos meios de produção, o capital, o dinheiro em busca do lucro, o capitalista, a burguesia[...]a sociedade retoma esses elementos que ela recebe separadamente; desenvolve-os, mede-os, reúne-os numa

unidade: **a produção ampliada, o sobre trabalho global, a mais-valia na escala da sociedade inteira** (grifo nosso).

O processo de urbanização também é um processo de alienação e dependência do trabalhador, uma vez que este, segundo Lefebvre (1999) não sabe que participa da produção da mais-valia, da sua realização e da sua distribuição. O trabalhador ainda se vê como distinto do processo produtivo. Concomitante à este processo de alienação há, no processo de urbanização crescente, a lógica e proporcional diminuição das concentrações populacionais nos meios rurais. Essa dicotomia cidade-campo é abordada em diferentes perspectivas: Na visão de Manuel Castells (2000) *a oposição cidade-campo manifesta a especificidade das relações de classe*, e a migração do campo para a cidade é consequência da *urbanização dependente* (da industrialização, dominante); A capacidade associativa da cidade, na leitura de Henry Lefebvre (1999) atrai o capital, que buscava independência em relação aos meios de produção ligados ao campo. O movimento natural do capital levaria à oposição crescente entre os modos de produção da cidade e do campo e a solução para tais conflitos seria *o fim da cidade* (e do campo), com a supressão da economia separada, da propriedade privada e da divisão do trabalho (não é a proposição de Lefebvre e sim sua leitura sobre as proposições de Marx e Engels em relação ao campo-cidade).

Sobre o **direito à cidade**, destaca-se para efeitos deste estudo, alguns pensamentos da professora Ermínia Maricato, que sugere a necessidade de um debate multidisciplinar e de maior participação popular para lidar com o assunto.

(...)para definir as cidades que queremos viver e deixar para as futuras gerações. Meio ambiente, transporte, mobilidade, saneamento, educação e saúde são algumas das áreas que se encontram numa discussão sobre a democratização da cidade, que passa, inevitavelmente, pela reforma política e democratização dos meios de comunicação. (MARICATO, 2003, p. 17).

Esta situação precária produzida pela segregação da moradia imposta pelo capital, aprofunda-se nas suas próprias características se auto reproduzindo em cada vez mais segregação e grandes problemas ambientais, a forma de expansão descontrolada das metrópoles e das cidades polo no Brasil (como as cidades objeto de estudo desse artigo) compromete a rede de esgotos, os rios, os mananciais, a flora e a fauna. "Os mais pobres não cabem nas cidades", e como precisam inevitavelmente de um lugar para morar, ocupam onde conseguem, ao redor das dezenas de Lagoas,

mananciais, encostas, aterros. A construção ilegal da moradia fora das áreas urbanizadas é determinada pelos baixos salários (Francisco de Oliveira, 1972) e pelo mercado restrito e excludente. Maricato (2003) traz que devido a esse problema estrutural "o Estado não tem o controle sobre o uso e a ocupação do solo urbano em toda sua extensão. Ainda segundo a autora, as cidades explodiram, pelos incríveis congestionamentos, pelo aumento fantástico dos preços dos imóveis e aluguéis, pelo aumento da frota de veículos. Em contraponto, os planos diretores ficaram nas gavetas e nos discursos. Túneis, pontes, viadutos, novas avenidas, foram instrumentos construídos aleatoriamente que mais prestaram a visibilidade que o marketing eleitoral explora e render dividendos para campanha eleitoral, do que, agregaram valor às condições de melhorias da vida urbana das pessoas. Indiscutivelmente nos últimos 20 anos no Brasil os salários melhoram, excetuando-se o último período de crise que ainda perdura. No entanto, empregos e melhores salários não são suficientes para produzirem melhores condições de vida nas cidades, o *trade off* disso é a produção de mais dificuldades na mobilidade urbana, pois as pessoas constroem novas residências, compram veículos, colocam empreendimentos e as cidades não se preparam para esse crescimento e que vem ocasionar o caos urbano.

### 3 FORMAÇÃO DE CIDADES NO INTERIOR DA BAHIA

Ao se levar em conta a disposição geográfica das cidades da Bahia, é possível perceber uma não peculiaridade na forma como foram construídas. A maioria delas se originaram às margens de grandes rodovias federais ou estaduais, em entroncamentos e pontos de encontros e passagens de pessoas e mercadorias.

O estado da Bahia tem 15,3 milhões de habitantes distribuídos em 417 municípios. Salvador, a capital, com quase 3 milhões de habitantes, representa 20% da população do Estado, Feira de Santana figura em segundo lugar com 622 mil habitantes e, em seguida, outros 15 municípios acima de 100 mil habitantes, com Santo Antônio de Jesus abrindo a lista com 102 mil. Existem 400 municípios abaixo de 100.000 habitantes, sendo que cerca de 370 municípios são abaixo de 50.000 habitantes. Um dado que chama ainda mais atenção é que 319 municípios do estado têm populações abaixo de 30.000 habitantes, e dessa quantidade, um número ainda mais preocupante, 107 municípios abaixo de 12 mil habitantes (IBGE, 2016). Tais números, no mínimo, permitem inferir que são muitos municípios (com toda a estrutura

administrativa) para pouca pujança econômica, ficando a maioria destes com baixos indicadores humanos e sociais.

Na formação e constituição dos Municípios baianos o planejamento urbano e a sustentabilidade foram aspectos praticamente desconsiderados, sendo as cidades criadas dentro de perspectivas das políticas locais e do coronelismo, baseado em aspirações próprias da comunidade local, sem perspectiva de um desenvolvimento econômico ou de racionalidade urbana. Distritos em conflitos com a sede do município foram emancipados e criou-se novos municípios sem as devidas condições de sustentabilidade.

Em observação aos programas e ações do governo nos últimos 30 anos para o desenvolvimento do estado, percebe-se que não houve ordenamento para a criação de regiões urbanas na Bahia, e por isso o capital concentrou a industrialização e as oportunidades de educação e emprego nas regiões metropolitanas no entorno de Salvador. Os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano - PDDUs só se tornaram instrumentos a serem considerados pelas administrações públicas municipais a partir dos Estatuto das Cidades<sup>12</sup>. Algumas cidades tiveram suas dinâmicas próprias e cresceram apesar da falta de planejamento, e isso deu principalmente por questões comerciais e por estarem às margens das grandes rodovias federais, além dos municípios litorâneos que se desenvolveram por conta da atividade turística.

Assim sendo, observando os 16 maiores municípios do Estado da Bahia, quatro deles (Lauro de Freitas, Camaçari, Porto Seguro e Ilhéus) apresentaram considerável dinamismo econômico e crescimento, por suas características naturais e turísticas, e todos os outros 12 municípios acima de 100 mil habitantes se desenvolveram por aspectos locais: rodovias federais e estaduais que possibilitam logística competitiva para recepção e escoamento de mercadorias. A quarta cidade de maior população, Camaçari seria uma peculiaridade nessa lista, pois apresenta característica de distrito industrial e possui uma zona litorânea bastante explorada turisticamente, além de sofrer forte influência da capital, por conta da proximidade.

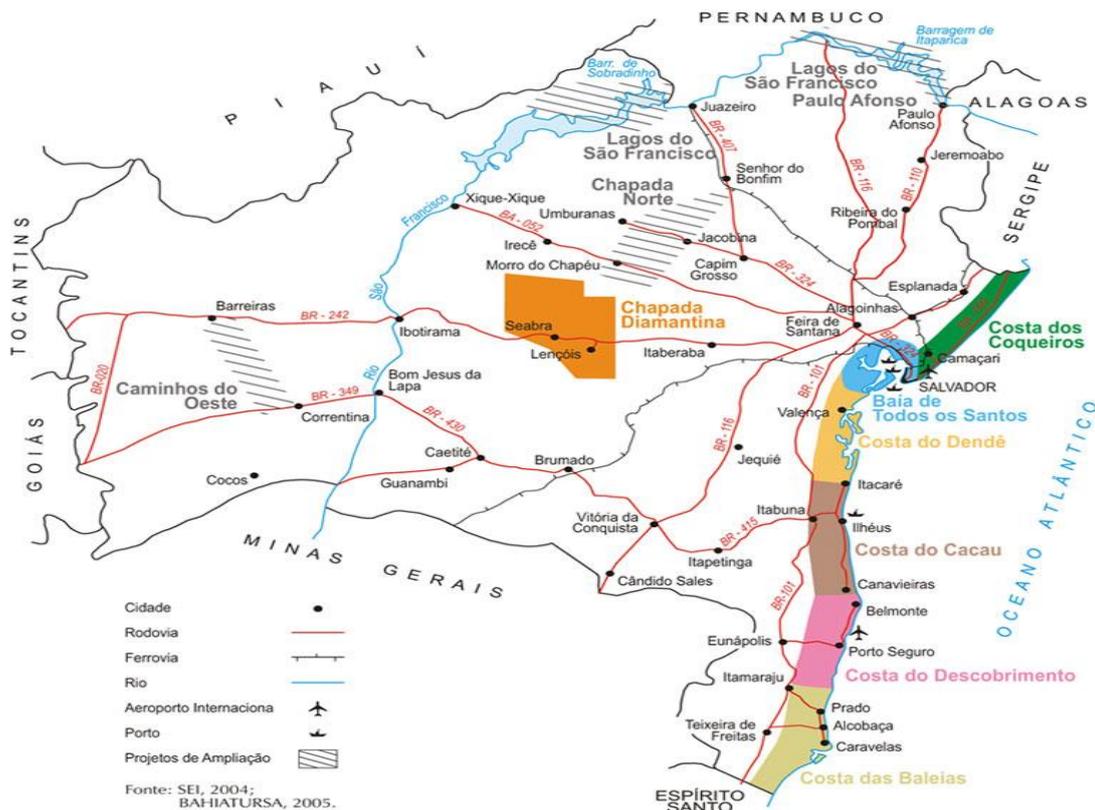
Ainda na questão do turismo destaca-se a Linha Verde, a Costa do Dendê, Costa do Cacau e a do Descobrimento com alguns raros nichos de desenvolvimento acima da média do estado. Cabe destacar que a ausência de políticas públicas

---

<sup>12</sup>O Estatuto das Cidades, lei 10.257 de 10 de julho de 2001, regulamenta a Política urbana da Constituição brasileira. Seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade. É um instrumento obrigatório para a captação de recursos federais.

estaduais e municipais deixaram de desenvolver algumas cidades com grandes potenciais turísticos, a exemplo de Jacobina que tem quase uma centena de cachoeiras em sua região, revelando potencial para o turismo de aventura e ecoturismo; a cidade de Tucano que tem uma fonte de águas termais, na localidade do Jorro, que poderia ser um polo bem desenvolvido para turismo interiorano, assim como Caldas Novas é em Goiás; a cidade de Paulo Afonso, com lago de Paulo Afonso à beira do São Francisco, que poderia permitir a prática de esportes aquáticos e do ecoturismo, entre outras. A lista de cidades completamente subaproveitadas economicamente neste segmento não para por aí na Bahia, cita-se ainda Juazeiro, Ibotirama e Xique-xique às margens do rio São Francisco. A figura 01, a seguir, traz o mapa turístico da Bahia e, haja vista a vasta extensão territorial do estado e suas potencialidades, percebe-se o evidente subaproveitamento neste setor.

**FIGURA 01: Mapa Rodoviário e Turístico da Bahia, 2016**



Fonte: SEI (2016)

Quer seja pelo potencial turístico, quer seja por questões locais (atividades comerciais, serviços, indústria e migrações), a maioria das cidades da Bahia se desenvolveu sem o devido planejamento urbano. Tal fato contribuiu /

contribui para a criação de zonas de favelas, zonas de riscos e dificultou a mobilidade e a dinâmica econômica desses municípios. Este trabalho estudou e analisou os PDDUs dessas cidades e em visitas as mesmas, percebeu dois pontos importantes: os planos diretores são legislações desatualizadas, sem funcionalidade, sem eficiência prática; e os planos diretores são apenas documentos que existem pela obrigatoriedade da Lei do Estatuto das Cidades.

As observações empíricas apresentaram cidades que mais atrapalham a questão de mobilidade urbana e da fluência de mercadorias e pessoas do que propriamente poderiam ajudar. Em Feira de Santana, por exemplo, os caminhões e carretas levam em torno de 60 minutos para atravessar um trecho de 18 km que corta a cidade. Juazeiro, Vitória da Conquista, Barreiras, Santo Antônio de Jesus, Itabuna e Teixeira de Freitas apresentam situações bem semelhantes. O que gera desperdício de energia, de combustível e de tempo além de provocar na população local um enorme desconforto pela grande frota de caminhões que atravessa a cidade.

Nas leituras dos históricos dessas cidades e dos seus PDDUs, possibilitadas por pesquisa documental e empírica através de visitas, foi possível produzir um diagnóstico genérico para o quadro urbano das mesmas: transportes públicos caóticos e não integrados, zonas favelizadas, dificuldades de acesso a serviços mais sofisticados de lazer e de saúde. Nas cidades litorâneas, apesar das belezas naturais e da estrutura para a atividade turística, há evidente carência no acesso da população nativa aos serviços de educação, transporte, moradia e saúde.

Esta organização da pobreza é uma produção política e histórica, uma intenção perversa capitalista. O instrumento de desenvolvimento que poderia ser utilizado, os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU), quando existentes, não foram construídos com a participação popular e sim de maneira obscura, em gabinetes fechados, como acontece na maioria das cidades do País. (MARICATO, 2003) (SANTOS, 1979).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na discussão geral e preliminar da formação das cidades baianas identificou-se, desde a emancipação dos municípios até os dias atuais, uma completa ausência de participação popular nas diretrizes das políticas urbanas, o que gerou cidades frias, violentas, caóticas, com índices de desenvolvimento baixos e dificuldade de mobilidade urbana. As cidades em questão, se olhadas de forma detalhista, são

marcadas pela favelização, pelo baixo grau de saneamento básico, ausência de uma eficiente rede de transportes e ainda pela degradação contínua de mananciais, matas nativas e a fauna local. O mais grave é que esta produção de miséria foi intencionalmente produzida historicamente para acumulação de riqueza e exploração do trabalho, sob a permissividade e compactuação do poder público.

Os Planos Diretores foram utilizados por grupos econômicos dominantes nos referidos municípios em prol da especulação imobiliária. Ou seja, a política que deveria ser para a criação e manutenção do direito à cidade foi utilizada como ferramenta de enriquecimento de uma pequena parte da sociedade e de segregação e exclusão dos grupos menos favorecidos. Nestes municípios, os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano além de serem uma ferramenta de enriquecimento de grupos, servem apenas como documentos de gavetas para captação de recursos no Governo Federal.

A sociedade e as gestões públicas precisam ultrapassar o conceito weberiano de cidade consumo e caminhar numa construção de local de vida humana, animal e de flora. Uma cidade onde homens pobres e ricos, aliado a natureza possam viver integrados com liberdade e dignidade e garantam a vida às gerações futuras. Precisa-se entender que as cidades nos seus atuais modelos de desenvolvimento estão num colapso urbano.

Não existe um caminho fácil mediante tantos anos de expropriação da natureza e do trabalhador, mas o direito à cidade ainda pode ser buscado mesmo diante de uma realidade tão complexa quanto essa dos municípios baianos. Isso é possível mediante um processo de envolvimento popular, educação ambiental e urbana e políticas que comecem a reverter a lógica de construção de cidades violentas e segregadoras.

A cidade é para todos e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano tem que ser construído nesta lógica, por todos, saindo das gavetas e dos gabinetes. No caso das cidades objetos desse estudo, as gestões precisam entender que são gestores de cidades polos, atrativas de uma população flutuante muito grande e que exerce força econômica em diversos pequenos municípios vizinhos. Os Planos Diretores devem levar em consideração as condições de vida e trabalho das pessoas e fortalecer redes urbanas. Os serviços de saúde, transportes, educação, lazer entre outros devem ser projetados observando os fluxos populacionais entre os pequenos municípios que sofrem atração do município polo. Pensar em rede, no local, mas agir

global tentando garantir a construção de cidades vivas, acessíveis e seguras para todos.

## REFERÊNCIAS

ALAGOINHAS. **Plano Diretor de Municipal de Alagoinhas**. LEI 12/2004.

BARREIRAS. **Plano Diretor Urbano Municipal de Barreiras**. LEI 651/2004

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2016.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

EUFRASIO, M. **Estrutura urbana e ecologia humana**: a Escola Sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Editora 34, 1999.

EUNÁPOLIS. **Plano Diretor Urbano, Sistema de Planejamento, Plano Regulador da Cidade e dá outras providências**. LEI 407/2001.

FEIRA DE SANTANA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal de Feira de Santana**. LEI 1614/1972.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1997.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br> >. Acessado em: 2017.

ILHÉUS. **Plano Diretor Participativo de Ilhéus**. LEI 3265/2006.

ITABUNA. **Plano Diretor Urbano Municipal de Itabuna**. LEI 2011/2008

JACOBINA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Relatório Final. Jacobina-BA: 1999.

JEQUIÉ. **Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Jequié**. LEI 1/2007.

LAURO DE FREITAS. **Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Lauro de Freitas**. LEI 1330/2008.

LEFEBREVE, Henry. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MARICATTO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. São Paulo: Estudos Avançados 17, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira**: crítica à razão dualista. **Estudos CEBRAP**. N. 2. São Paulo: CEBRAP, 1972. p. 3-82.

PAULO AFONSO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental Municipal de Paulo Afonso**. LEI 905/2000.

POLÈSE, Mario. **Economia urbana e regional**. Coimbra – Portugal: APDR, 1998.

PORTO SEGURO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal de Porto Seguro**. LEI 651/2006.

SANTO ANTONIO DE JESUS. **Conselho da Cidade de Santo Antônio de Jesus e dá outras Providências**. LEI 1233/2014.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1979.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SIMÕES FILHO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal de Simões Filho**. LEI 724/2016.

SOUZA, S. M. C.; CIDADE, L. C. F. O centro e a centralidade na estrutura urbana: um debate teórico. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS: CRISE PRÁXIS E AUTONOMIA – ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE ESPERANÇAS ESPAÇO DE DIÁLOGOS E PRÁTICAS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...**Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.

TEIXEIRA DE FREITAS. **Plano Diretor de Teixeira de Freitas**. LEI 310/2003

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Plano Diretor de Vitória da Conquista**. LEI 1385/2006.

WEBER, Max. Conceito e categorias de cidades: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, 1967.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume II. São Paulo: UNB, 2004.

V

## DISTÚRBIOS PSICOLÓGICOS DECORRENTES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Ana Caroline Sousa Silva<sup>13</sup>, Marina Rios Santiago<sup>14</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo produzir uma explanação sobre os distúrbios psicológicos adquiridos por mulheres que vivenciaram ou vivenciam violência doméstica, como maior ênfase em violências psicológicas, logo pretende-se esclarecer os meios que levam a chegar a tal consequência e as possíveis intervenções. O qual refere-se à uma revisão bibliográfica, de caráter qualitativo, buscamos através dos bancos de dados artigos científicos do SciELO e PePSIC. Através dos embasamentos teóricos, é notório como tal problema vem sendo cada vez mais presente, e como isso vem desencadeando diversos fatores negativos nas vidas dos sujeitos que convivem em tal situação. Dessa maneira, pode-se concluir que independente das contingências causadoras dessas violências domésticas ou do ambiente que a vítima esteja inserida existe lei e equipamentos capacitados para acolher e orientar as vítimas de violência doméstica, mesmo que não tenham uma rede de apoio familiar funcional, com isso propositalmente foi trazido aqui as etapas de como se manifestam os sinais de violências domésticas e suas variações e consequências, corroborando para que desperte insights a uma possível vivência em uma violência doméstica e/ou psicológica.

**Palavras-chave:** violência doméstica, violência psicológica, distúrbios psicológicos.

### ABSTRACT:

This research project aims to explain the psychological disorders acquired by women who have experienced or are experiencing domestic violence, with greater emphasis on psychological violence, thus clarifying the means that lead to such a consequence and possible interventions. This refers to a bibliographic review, of a qualitative character, we found through the scientific articles databases, from SciELO and PePSIC. Through the theoretical background, it is clear how this problem has been increasingly present, and how this has been triggering several negative factors in the lives of subjects who live in such a situation. Thus, it can be concluded that regardless of the contingencies that cause this domestic violence or the environment in which the victim is inserted, there is a law and equipment capable of welcoming and guiding them, even if there is no functional family support network. With that, the stages of how the signs of domestic violence and their variations and consequences are shown here, corroborating to awaken insights to a possible experience in domestic and/or psychological violence.

**Keywords:** domestic violence, psychological violence, psychological distress.

<sup>13</sup> Bacharel em Psicologia pela Faculdade Riachão do Jacuípe. Email: Anacaroline.soares22@hotmail.com

<sup>14</sup> Bacharel em Psicologia pela Faculdade Riachão do Jacuípe. Email: Marinasantiago0917@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A busca por equidade ocorre há décadas por mulheres que buscam os seus direitos básicos dentro de uma sociedade severa e abusiva, que desde a escravidão objetifica a mulher e a consome como um mero produto descartável, a não ser que a mesma supra as suas necessidades machistas. A mulher tem vivido e/ou sobrevivido em uma redoma patriarcalista de duas esferas meramente simbólicas e ilusórias; Segundo (LEANDRO REZENDE, 2015) existem dois tipos de patriarcado, o privado e público:

No patriarcado privado, por um lado, o homem, como pai ou marido, encontra-se na posição de opressor e de beneficiário da subordinação das mulheres, sendo seu principal mecanismo a exclusão das mulheres da esfera pública.

No patriarcado público, por outro lado, as mulheres têm acesso às esferas pública e privada, ou seja, sua participação política não é impedida formalmente, como no patriarcado privado; entretanto, a subordinação das mulheres persiste em ambas as esferas, havendo apenas a passagem de uma relação de subordinação privada, como a que ocorre no âmbito doméstico, para uma subordinação coletiva, realizada no espaço público e manifestada pelas diferentes formas institucionais assumidas por esses modelos. (citado por REZENDE, 2015, WALBY, 1990, p. 178).

A literatura a cima mencionados modelos patriarcais que soam como uma falsa emancipação que demonstra que a liberdade e direitos das mulheres ainda são limitados e manipulados por uma sociedade machista. O machismo ainda se encontra impregnado nos contextos atuais, dessa forma, surgem questionamentos sobre a independência feminina com ênfase a respeito de suas conquistas de igualdade, as quais foram adquiridas através de muita luta desde a década de 60, primordialmente nos Estados Unidos, havendo uma reprodução e um crescimento mundial apenas nas décadas seguintes em 1980 e 1990 (REZENDE, 2015).

A respectiva luta evidencia a importância de se levantar questionamentos sobre a papel da mulher na sociedade e a diminuição da segregação da mulher em todo e qualquer espaço, por quanto este fator influenciou o surgimento dos feminismos, tais pensamentos serviram de embasamento para as conquistas femininas nos ambientes sociais, políticos e educacionais. Logo houve um crescimento significativo da mulher no mercado de trabalho e na política, entretanto, o patriarcado ratifica uma contradição, pois as conquistas tornam-se desvalorizadas

por existir uma luta constante das mulheres para caber em um espaço que, por vezes, é alterado pelo machismo dentro dos ambientes, diminuindo a voz e o valor da mulher nesses espaços. Portanto, a referente pesquisa se propõe a identificar se essas conquistas das mulheres, estabelecidas por meio político do feminismo, estão ocupando o espaço que foi conquistado ou se as questões patriarcais ainda estão delimitando esse espaço de forma manipuladora novamente. Jane Mansbridge citado por Barreto (2002) define assim o feminismo:

(...) o compromisso de pôr fim à dominação masculina, (...) a essência do feminismo é a redefinição de identidade da mulher (...) uma essência comum subjacente à diversidade do feminismo: o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo (Castells, p 211. P. 1 e 3).

O feminismo vem lutando pela equidade e igualdade das mulheres na sociedade, essa luta incessante pelo fim do domínio patriarcal sobre as mulheres. Nesse sentido, se contrapõe à violência doméstica, que aumenta gradativamente, que ocorre de várias formas contra a mulher, entre eles, a violência psicológica que, conseqüentemente, acontece ao adquirir distúrbios psicológicos decorrentes dessas violências domésticas, que pouco são mencionados. Entretanto quais são esses transtornos psicológicos e suas conseqüências? Oprimordial intuito dessa pesquisa é viabilizar a temática, a qual é de extrema importância, propondo promover conhecimento sobre o empoderamento feminino, impulsionar discussões sobre o impacto da violência doméstica na vida das mulheres, como forma de alerta para as mesmas, trazendo o conhecimento sobre os possíveis transtornos adquiridos por conseqüência de violências domésticas e abusos psicológicos, através da psicoeducação buscar desenvolver e auxiliar as mulheres a combater a violência doméstica em situações de vulnerabilidade (ECHEVERRIA, 2018).

Os estudos sobre violência doméstica trazem que as mulheres que estão convivendo com seus agressores ou que estão em processo de pós relacionamento abusivo tendem a serem mais suscetíveis a manipulação e violências emocionais e psicológicas ocasionado por seus parceiros amorosos que quando chegado ao extremo dos seus limites emocionais podem resultar em um possível distúrbio psicológico tal como transtornos depressivos, ansiosos e alimentares, fatores ambientais, sociais e familiares podem também serem estímulos de alta magnitude para desencadear gatilhos mentais que serão responsáveis por este evento, não há

uma única causa estática sobre o porque ou quando estes distúrbios se apresentam na vida do sujeito (ECHEVERRIA, 2018).

Esses transtornos são adquiridos no decorrer do caos que se estabelece entre o casal se estendendo como consequência quando a relação chega ao fim. Há um esforço contínuo pelo fim do domínio machista sob as mulheres mas que se contradiz quando cada vez mais há um aumento da violência doméstica contra as mulheres que surgem em uma variação de características comportamentais à violência psicológica, a qual ainda é pouco discutida e que influencia diretamente nas manifestações dos distúrbios psicológicos que decorrem das violências e abusos psicológicos dentro dos relacionamentos (GOMES, 2018).

Nesse sentido, tem como justificativa através das pesquisas literárias emparelhar os arquétipos de violência doméstica, esclarecendo a amplitude dos distúrbios psicológicos e as consequências causadas através das violências domésticas e/ou psicológica nas relações afetivas conjugais. Segundo a pesquisa nacional de saúde (PNS) e os dados do IBGE de 2019, atualizado em 2021, diz que um pouco mais de 29 milhões de pessoas (18%) com 18 anos de idade ou mais experienciaram em algum momento da suas vidas qualquer modelo de violência psicológica [...] havendo algum prejuízo em suas rotinas diárias. (IBGE, 2019).

Logo serão apresentados aqui dados estatísticos e literários que evidenciem sinais e sintomas consequentes das violências acometidas em mulheres. O alerta aos sinais das variadas violências tem o propósito de identificar as vítimas, sejam elas já violentadas ou não para um processo de identificação dessas violências.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A violência doméstica está presente de modo direto e indireto na vida das mulheres por séculos, se apresentam por uma variabilidade comportamental pouco percebida, logo essas violências se reproduzem com uma frequência gradativa, havendo uma ausência perceptiva da vítima dentro do ciclo violento e repetitivo destes abusos que podem se apresentar através de sintomas que podem afetar o psicológico, o corpo físico, a vida financeira e patrimonial e as relações sexuais.(MARIANE. M, 2020).

Tudo se inicia com a consolidação do patriarcado desde séculos imensuráveis até a contemporaneidade, Azevedo (2017) define o patriarcado:

A dominação tradicional se constitui em crença na santidade dos poderes senhoriais seu tipo mais puro é a dominação patriarcal. Na dominação patriarcal, a associação dominante é de caráter comunitário com um senhor que ordena, súditos que obedecem e servidores que formam um quadro administrativo. Os súditos obedecem o senhor que tem poder santificado pela tradição, por fidelidade. Sendo assim, é difícil se constroem novos direitos perante a tradição, pois o direito se dá através do reconhecimento de um estatuto vitalício. A dominação patriarcal do pai de família, chefe da parentela ou soberano, é o tipo mais puro de dominação tradicional a fidelidade ao patriarca é perpassada através da educação, hábito na infância em relação a criança com o chefe de família. (AZEVEDO, 2017)

A violência doméstica lamentavelmente faz parte do patriarcado que por infeliz sorte ainda é fortemente inserida na sociedade, Azevedo (2017) defende essa ideia junto a outros autores com intento de propagar a temática como proteção e resguardo às mulheres que ainda sofrem com o medo constante da denúncia.

E seria desmerecido declarar que o patriarcado ainda esta inteiramente sólido como no princípio, muitas conquistas da liberdade feminina foi adquirida nestes milênios, entretanto a sua presença do sistema patriaral ainda se apresenta com grande força. O machismo, fruto primogênito do patriarcado, assola a sociedade promovendo a comportamentos imensuráveis e inaceitáveis dos individuos, como o controle e posse sobre as mulheres como se fossem seus senhores da era medieval (AZEVEDO, 2017).

A violência doméstica era um padrão costumeiro na antiguidade. No princípio, as mulheres ainda enquanto crianças eram dominadas por seus pais, que eram estimados como senhores – donos dos que eram frutos de si – posteriormente ao se casarem – outra violência dada a estas mulheres que casava-se muitas das vezes por negociação e ainda muitíssimo jovens, sem o conhecimento necessário para estarem a frente dos cuidados de uma família (Leite Barreto, 2002).

Dessa forma, uma nova violência com um novo “dono” se iniciava, então começavam as repressões e violências físicas, psicológicas e até sexuais, que tinham início pelo abuso de poder dos seus pais, subseqüente seus agressores tornam-se seus maridos. Esta experiência na vida das mulheres que miseravelmente ainda respinga resíduos machistas e agressivos de uma cultura patriarcal ainda existente na contemporaneidade (AZEVEDO, 2017). A cultura da violência doméstica decorre das desigualdades no exercício do poder, levando assim uma relação de “dominante e dominado”, que apesar de se obteram na equiparação de alguns direitos entre homens e mulheres, a ideologia patriarcal ainda vigora e a desigualdade sociocultural

é uma das principais razões da discriminação feminina (RECIANE. C, 2019).

A violência mais explícita e mais manifestada são as violências físicas, que deixam vestígios pelo corpo, mas também existem as que deixam fragmentos emocionais profundos que perpetuam-se por uma vida na memória da vítima, são as violências psicológicas e/ou simbólicas. Tais violências são pouco divulgadas ou ainda reconhecidas pela vítima ou familiares, um modelo violento manifestado verbalmente ou fisicamente causa enormes conflitos internos emocionais à vítima em singular quando se encontra ou acredita estar desamparada para denunciar o agressor (Luciane, 2019, Lei Maria da Penha 2006).

O amparo à essas mulheres tanto em medidas protetivas legais quanto em medidas trazidas nos projetos de artigos, projetos em redes sociais e em redes televisivas, ambas acreditam que todas essas estratégias e modelos possíveis são um meio de resguardar e alertar a vítima da situação em que se encontra. (LINDNER, [s.d.]).

A violência doméstica ainda é romantizada e reconhecida como parte do contexto conjugal, partindo da ideia de ser um comportamento saudável e uma espécie de demonstração de sentimentos, como o amor (OLIVEIRA. Moana, Ávila. Francisca 2016). A partir disso, acaba sendo ignorado os modelos de violência, que frequentemente ocorrem nas relações familiares ou relacionamentos, os abusos ocorrem independentes dos modelos de relação que o casal julgar ter.

Segundo Luciane (2019) os modelos de violência doméstica surgem em cinco categorias:

- A violência física ocorre quando existe qualquer conduta que insulte sua integridade ou saúde corporal;
- A violência Psicológica, ocorre quando qualquer conduta que lhe cause danos emocionais e/ou diminuição da autoestima ou prejudique, perturbe o pleno desenvolvimento que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação ou independência;
- A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que

a peça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, gravidez, aborto ou prostituição, mediante coação, chantagem;

- A violência patrimonial que é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
- A violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Como na antiguidade, ainda hoje se perpetua os modelos de violência contra a mulher quanto os processos de omissões da sua existência, estes processos de omissão ocorriam e ocorrem para camuflar a dor de permanecer dentro de um contexto abusivo e violento, dá-se o nome a este processo de ciclo da violência doméstica, criado em 1979, pela psicóloga norte-americana Lenore Walker, para identificar padrões abusivos em uma relação afetiva. Mais de 40 anos depois, o termo continua sendo utilizado por psicólogos e defensores públicos especializados na defesa da mulher para identificar a violência doméstica, com isso havendo uma prevenção de comportamentos agressivos futuros (Mariane, 2020).

“Este ciclo é composto por três fases e é constantemente repetido em um contexto conjugal. A primeira fase é chamada de “aumento da tensão”. É o momento em que o agressor demonstra irritação com assuntos irrelevantes, tem excessos de raiva constante, faz ameaças à companheira e a humilha. Na maioria das vezes, a vítima nega os acontecimentos e passa a se culpar pelo comportamento do agressor, mas a tensão continua aumentando (MARIANE, 2020).

A segunda fase é chamada de “ataque violento”. É quando o agressor perde o controle e materializa a tensão da primeira fase, violentando a mulher. Importante lembrar que as agressões não se resumem apenas à violência física ou verbal (Mariane, 2020), como já foi descrito neste estudo. As violações também ocorrem de modo psicológico, moral, sexual ou patrimonial. É nesse momento que muitas mulheres tentam buscar uma rede de apoio com familiares ou denunciando o caso (MARIANE, 2020).

A terceira fase, mais conhecida como “lua de mel”, é o momento em que o companheiro demonstra arrependimento, promete que a agressão não irá se repetir e busca a reconciliação (Mariane, 2020). É nessa fase também que a vítima fica confusa

e decide dar outra chance ao abusador, por acreditar no arrependimento na possibilidade de práticas mais adequadas a partir daquele momento, reiniciando o ciclo abusivo repetitivo.

Em geral, torna-se mais afetuoso modelando alguns comportamentos, o que condiciona as mulheres a permanecerem nos ciclos dos relacionamentos abusivos, em especial, quando o casal tem filhos ou bens materiais a serem partilhados. Por conta desses eventuais empecilhos, pode ocorrer uma inabilidade para a tomada de decisão nesta “quebra de ciclo”. Estas fases são chamadas de ciclo da violência doméstica especificamente devido aos episódios se apresentarem em modelos cíclicos, as tensões entre os casais se repetem mesmo que não haja uma ordem cronológica para tal, mas sempre vai haver indícios de reincidência da violência (MARIANE, 2020).

Para romper esse ciclo, primeiro seria necessário reconhecer os sinais da violência doméstica e suas variações (MARIANE, 2020). Contudo, ainda há muita dificuldade da vítima identificar que está sofrendo um abuso que seja em outro modelo que não-físico. Infelizmente, ainda é fortemente reforçado o comportamento de não existir a emergência da denúncia, junto a cultura patriarcal da aceitação da violência doméstica e/ou psicológica, acredita-se ainda que outros modelos de violência tanto não são dignos de denúncias quanto aquele abuso foi condicionado e aceito pela vítima e, em caso de permanência, dentro do contexto violento/agressivo a vítima é responsabilizada por permanecer “porque quer” estar naquele ambiente tóxico e não satisfatório (BARRETO, 2010).

Quando retratado sobre a aceitação, permanência ou uma ausência de uma denúncia feita por parte da vítima em um ambiente tóxico, abusivo e violento ainda existem grandes retalhações atribuído a vítima, pois ainda existe uma cultura machista patriarcal que insiste em acreditar que a vítima permanece neste contexto por escolha ou sentimentos pelo agressor, ignorando totalmente todos os outros contextos que levam a vítima à realmente permanecer no ambiente abusivo (CASSAB, 2010).

Estes eventos violentos tem por consequência intransigente o feminicídio. Ocorre quando o agressor tira a vida da vítima – mulher – apenas pela despreensão quanto a identidade de gênero da vítima. Em 2020, a agência Brasil publicou que houve um aumento de 22,2% dos casos de feminicídio em 12 estados brasileiros, este aumento foi comparado aos meses de março e abril do ano anterior, o que se torna os dados assustadores em um curto período de tempo (FRANCO E BOND, 2020).

Estudos científicos relatam que quanto a violência doméstica há diversas razões que corroboram para a permanência dessas mulheres nestes ciclos de violência, entre eles a crença da necessidade de ter um parceiro na criação dos filhos, a crença de não conseguir uma estabilidade financeira sólida para sobreviver e/ou amparar os filhos, a insegurança constante, a ideiação de não merecimento - origem singular a cada mulher - e a tolerância a condição daquele momento junto a possível a ausência do apoio familiar ou outros – rede de apoio (BACHENHEIMER, 2021).

Independente do modelo de violência, a vítima ainda sofre por acusações e questionamentos sobre sua declaração e/ou denúncia. Entre essas violências, a psicológica, não muito exteriorizada e eventualmente reconhecida, é um dos modelos de menor visibilidade social e até mesmo pelas mulheres que a sofrem, pois ainda é recebido de forma romantizada pela vítima, pelo agressor e pelo meio que operam. (ECHEVERRIA, 2018).

A violência doméstica é resguardada pela lei Maria da Penha desde 2006, onde asseguroo direito à mulher de ter uma medida protetiva. Embora ainda que haja uma lei protetiva que em teoria corrobore para diminuição dos casos de violência doméstica, esta ainda é recorrente. Um dos modelos de violência doméstica mais comuns e que ocorrem antecedentes a violência física é a violência psicológica que se apresenta com comportamentos verbais, humilhações, manipulações, constrangimentos e outros (ECHEVERRIA, 2018).

A violência e/ou abuso psicológico surgem tão sutilmente na vida da vítima que alguns abusos perpassam despercebidos e, ocasionalmente, são aceitos por terem feito parte do contexto familiar da vítima. As violências e/ou abusos psicológicos surgem com frequência ainda quando a vítima é criança ou adolescente dentro do seu lar, habitualmente pelo pai ou responsável, também configurando-se em um modelo de relação, já que é vivenciado pela vítima este comportamento de seu pai com a sua mãe, resultando por exemplo em uma maior probabilidade de desenvolver essa aceitação e/ou normalização em seus relacionamentos futuros (CASSAB, 2010).

A violência psicológica é conceituada por Brasil (2002) citado por (Coelho, Elza 2014) como “ações ou omissões que causam ou visam causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa que a sofre.” (Mariane. M, 2020) junto a (LINDNER, nd) citam a violência psicológica como “ qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto estima, ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento [...]”

A violência psicológica é citada por inúmeros autores trazendo uma mesma definição, que se destacam e embasam na lei Maria da Penha, a qual defende o direito a proteção e defesa da mulher, não somente em casos de violências físicas, mas também quando há violência psicológica e outras supracitadas. A lei 11.340 reputada Maria da Penha (2016) sobre a violência contra a mulher diz:

Art. 5

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

i – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

ii – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

iii- em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6 o a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.” (Rafaela P. Seidl e Maria Franco, 2011).

A lei 11.340 (2006) conhecida como lei Maria da Penha menciona a violência psicológica como:

Art. 7º ii – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Rafaela P. Seidl e Maria José de Franco, 2011).

A lei Maria da Penha resguarda judicialmente a mulher em todos os modelos de violência doméstica, entretanto ainda há um pequeno número de mulheres que fazem a denúncia por causa da violência psicológica, pois não acreditam que podem ter acesso a este tipo de proteção ou não sabem da existência dessa lei protetiva (Senado federal, 2011).

A violência psicológica não só é pouco denunciada, como é também pouco divulgada, logo os abusos são e tomam grandes proporções, afetando desde a rotina diária da vítima até eventos radicais como o suicídio o feminicídio, que ocorrem

quando o agressor pratica um ato que gera a morte da vítima por razões de gênero, ocasionadas por não mais aceitação das violências e, as vezes, pelo fim do relacionamento. Isso reflete uma relação de posse, praticada desde os primórdios do patriarcado, já descrito neste estudo. A saúde mental da vítima é a primeira a ser atingida, pois há indícios científicos que as agressões físicas antecedem as agressões psicológicas, ocasionando por vezes distúrbios psíquicos a partir desses abusos psicológicos (ECHEVERRIA, 2018).

A saúde mental de uma vítima de violência doméstica torna-se frágil após ou durante a permanência do abuso, a vítima normaliza a internalização da responsabilidade por aquele evento ou comportamento do agressor como unicamente sua, buscando justificativas que expliquem aquele ato. A vítima torna-se vulnerável diante dessa situação, à vista disso pode ocorrer uma diminuição da sua autoestima, surgindo sentimentos de incapacidade e solidão, tornando-se mais exposta aos possíveis sinais de sintomas ansiosos e outros. Echeverria (2018) traz claramente essas sequelas emocionais ao mencionar que

Como consequências para a saúde emocional e mental, causados pela violência psicológica sofrida pela mulher, Ferreira (2012) e Rodrigues (2014) pontuam vários agravos, como: isolamento social, vergonha, culpa, medo de represálias, isolamento emocional, desconfiança, ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, transtornos no sono, na alimentação, baixa autoestima, pensamentos suicidas e tentativas de suicídio, com êxito ou não. Apesar da invisibilidade dos danos sofridos, isto pode deixar sequelas bem visíveis, como processos de somatização e interferência na construção da identidade e subjetividade. Pode-se dizer, contudo, que a violência psicológica contra a mulher é a forma mais cruel delas, porque, além de deixar sequelas irremediáveis, pode durar até mesmo toda a vida, invadindo os limites do bem-estar, causando pânico e provocando danos mentais que podem anular destruir a personalidade de uma pessoa. (ECHEVERRIA, 2018)

Em virtude da recorrência dos variados modelos de violência doméstica a vítima pode vir adquirir danos emocionais de grande magnitude. Adquirindo transtornos tais como transtornos pós traumático (TEPT); que habitualmente são acompanhados de morbidades tal como transtornos ansiosos; transtornos alimentares e transtornos depressivos.

Segundo o DSM-5, Manual diagnóstico e transtornos mentais, (2014) o TEPT - transtorno de estresse pós traumático - “É um conjunto de comportamentos desordenados e desagradáveis que ocorre após um evento traumático”. À vista disso, o TEPT se deriva de alguma fatalidade causadora de prejuízos na vida

cotidiana do indivíduo, sejam elas de forma diretiva ou não (FERREIRA, 2021).

Cada vítima de violência doméstica apresenta um comportamento traumático específico e singular podendo se apresentar através de sintomas ansiosos – calafrios, sudoreses, taquicardia; sintomas depressivos – tristeza constante, choro sem motivos aparente, discursos de desafeto (FERREIRA, 2021).

Ocorre com frequência que a vítima de violência doméstica apresente sinais de dissociação do eventos traumáticos devido ao nível elevado de sofrimento causado a ela, fazendo com que o corpo crie uma espécie de proteção, evitando que a vítima venha sentir aquela dor novamente, logo há lapsos de esquecimentos dos eventos ali ocorridos, fazendo com que a vítima se questione do que de fato ocorreu naquele cenário (FERREIRA, 2021). Essa “proteção” ocorre devido aos gatilhos emocionais que decorrem em razão as memórias incondicionadas a respostas em situações emparelhadas a um evento estressor, insights e/ou ambientes que se assemelhem as memórias de dor ou sofrimento vivenciado pela vítima (FERREIRA, 2021).

A proposta deste artigo trouxe uma conectividade estável e unânime entre os autores e uma concordância sobre a importância da rede de apoio, acolhimento e denúncia das mulheres em todo caso e em qualquer modelo de violência que venha a surgir.

Uma infelicidade neste projeto é a ausência de artigos suficientes com a temática específica – violência psicológica - mas que de modo direto e claro é explanado em outros modelos temáticos – violência doméstica – todos os autores também trabalham a importância de estabelecer um relacionamento saudável para que haja uma conduta preventiva e não seja adquirido tantas sequelas emocionais, as quais podem levar a vítima a nunca mais estar em seu estado “normal” anterior ao relacionamento, causando também futuros empecilhos nos relacionamentos amorosos, pois a vítima torna-se insegura e, por vezes, cioso excessivamente causando conflitos e desentendimentos com o novo parceiro (ECHEVERRIA, 2018 Et al).

### **3 METODOLOGIA**

Buscando analisar e responder aos questionamentos sobre as práticas violentas contra a mulher apresentadas em seu ambiente e as consequências dessa prática, neste contexto o presente artigo falar-se-á dos possíveis Distúrbios

Psicológicos decorrentes de violência doméstica e, para assim construí-lo, foram selecionados temas relacionados ao campo psíquico, dos quais após a escolha da temática, foi formulada a hipótese a discorrer. As pesquisas de artigos científicos, correlacionados ao tema, foram feitas nos bancos de dados Scientific Electronic Library Online- SCIELO, PubMed e Google Acadêmico, publicados nos últimos vinte anos, sendo escolhido o tipo de pesquisa bibliográfica:

[...] podemos dizer que a pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse. Esse esforço em discutir ideias e pressupostos tem como lugar privilegiado de levantamento as bibliotecas, os centros especializados e arquivos. Nesse caso, trata-se de um confronto de natureza teórica que não ocorre diretamente entre pesquisador e atores sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico-social (MINAYO, 2001).

Nesta perspectiva, os aspectos que correspondem a possibilidade de desencadear distúrbios psicológicos decorrentes da violência, o método a ser utilizado que comporta o presente estudo é a abordagem qualitativa a qual visa mensurar as relações cognoscíveis da sociedade.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001).

Os resultados da presente pesquisa dão-se pela revisão de âmbito integrativo das categorias de maior relevância no desenvolvimento dos distúrbios psicológicos, aspectos identificados a partir da coleta de vinte e três (23) artigos científicos com base nas palavras chaves: violência doméstica, violência psicológica, distúrbios psicológicos, destes foram selecionados dez (10) destes artigos como base referencial.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo trouxe desde os primórdios à contemporaneidade conceitos sobre a importância da atenção aos sinais comportamentais dos sujeitos que praticam a violência doméstica contra mulheres, tendo neste projeto como proposta intencional

de compreender a trajetória de comportamentos internos e externos das vítimas de violência doméstica e as consequências emocionais que decorrem dessas violências.

Logo foram apresentados os modelos de violência doméstica e suas variações dando ênfase no modelo de violência psicológica, conseqüentemente, trazendo orientação aos leitores das possibilidades de transtornos mentais que podem ser adquiridos através das violências domésticas causadas por parceiros afetivos amorosos, trazendo de forma clara e precisa a importância da busca por proteção e as medidas protetivas e os direitos da mulher em casos de violências domésticas de qualquer modelo.

Contudo, é notório que as violências domésticas podem decorrer de outros ambientes do qual o sujeito esteve inserido anteriormente, podendo assim ser adquirido todo e qualquer transtorno conseqüente ao ambiente anterior, ao vivenciar a violência doméstica com o parceiro afetivo-amoroso ou, também, apenas adquirido após a violência doméstica, quanto a isso, não há um estudo que concretize este evento.

Desta maneira, a intervenção psicológica é dotada de primordial importância da melhora durante o processo, o psicólogo como profissional especializado para realização do atendimento, sendo uma das primeiras medidas de intervir a construção e desenvolvimento do vínculo terapêutico, visto que em decorrência dos transtornos, sinais e sintomas podem deixar a mulher em situação de vulnerabilidade e dificultar o compartilhamento das situações aversivas, as quais experienciou. É necessário buscar desenvolver técnicas as quais possam facilitar e compreender o modo como a linguagem se apresenta, de modo a criar estratégias para o resgate das características que se tornaram anuladas durante a imersão no ambiente violento, de maneira que sejam ressignificados pensamentos e comportamentos que são propiciatórios de recaídas ou de culpabilização dos eventos ocorridos, as intervenções podem ser modificadas para que seja adaptada a cada pessoa (GUEDES JÚNIOR, 2017).

Conclui-se que independente das contingências causadoras dessas violências domésticas ou do ambiente que a vítima esteja inserida existe uma lei e equipamentos capacitados para acolher e orientar esta vítima mesmo que esta não tenha uma rede de apoio familiar funcional, com isso propositalmente foi trazido aqui as etapas de como se manifestam os sinais de violências domésticas e suas variações e

consequências, corroborando para que desperte insights a uma possível vivência em uma violência doméstica e/ou psicológica.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO. **O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista.** Três (...), 1, 09, 2017.

ECHEVERRIA. **A Violência Psicológica Contra a Mulher Reconhecimento e Visibilidade.** Centro Universitário Tiradentes, 04,15, 2018.

FRANCISCA. **Romantização do relacionamento abusivo, uma violência silenciosa:** a ineficácia da lei maria da penha. ANAIS Do IX de Pesquisa e Extensão Da Faculdade Luciano Feijão, 1, 14, 2016.

GOMES & Sheyla C. S. **A permanência de mulheres em Relacionamentos Abusivos à luz da teoria da ação planejada.** Boletim Academia Paulista de Psicologia, 12. Fernandes Universidade Federal de Alagoas – Maceio, 2018.

GUEDES JÚNIOR, Ercedilio; RIBEIRO, Jaqueline Valéria. **Atendimento psicológico as mulheres vítimas de violência doméstica.** Faculdade de Pimenta Bueno - FAP. P.20, 2017.

2021.

MARIANE. M. **Ciclo de violência doméstica:** saiba como identificar as fases de um relacionamento abusivo . CPI Da Mulher, 1, 20. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social, 2020.

PERPÉTUO, Socorro Leite Barreto, M. **Patriarcalismo e o feminismo:** Uma retrospectiva histórica. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RAFAELA P. seidl e Maria José de Lima Franco, & Maria José de Lima Franco, 2011.

## VI

# RACISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: TECENDO ALGUMAS DISCUSSÕES

*Ana Claudia Valverde Santos<sup>15</sup>, Carolina Araújo Santos de Queiroz<sup>16</sup>, Tiago Alves Barbosa<sup>17</sup>*

### RESUMO

O presente artigo discorre sobre artigos científicos que tratam do tema racismo e Educação Básica, e propõe-se a contribuir com a disseminação e discussão a respeito desse objeto de estudo. O interesse e justificativa pela temática surgiu através de discussões realizadas nas aulas e seminários da disciplina Educação Científica, Diversidade e Práxis Pedagógica do Programa de Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade – PPGEICID – UFRB. Durante as discussões, evidenciou-se a importância da abordagem das questões étnico-raciais para a educação e principalmente para Educação Básica. Portanto, objetivou-se neste estudo identificar e analisar no meio acadêmico, o que se tem produzido acerca do racismo na Educação Básica no portal de periódicos da CAPES, entre os anos de 2014 a 2018. De acordo com a natureza e delineamento desta pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa do tipo descritiva, empregou-se como método a pesquisa bibliográfica a partir de uma revisão sistemática de literatura que permeou toda a pesquisa. O procedimento de busca deu-se utilizando os descritores 'racismo e Educação Básica', buscados por critério de relevância. Além de alguns critérios para escolha dos artigos, tal como, artigos que apontem o racismo como temática central. Após essa etapa construiu-se um quadro, no qual os artigos foram distribuídos por categorias, cujo intuito é facilitar a análise das produções a luz das teorias abordadas neste estudo. Assim, considerou-se que, os estudos até aqui analisados constitui-se como importantes fontes de resistência e enfrentamento do racismo na Educação Básica. Além de evidenciar a necessidade de ampliação das discussões acerca da Lei 10.639/03.

**Palavras-chave:** Racismo. Educação Básica. Relações Étnico-raciais.

### ABSTRACT

This article discusses scientific articles that deal with racism and Basic Education, and proposes to contribute to the dissemination and discussion about this object of study. The interest and justification for the theme emerged through discussions held in classes and seminars of the Scientific Education, Diversity and Pedagogical Praxis discipline of the Professional Master's Program in Scientific Education, Inclusion and Diversity - PPGEICID - UFRB. During the discussions, the importance of addressing ethnic-racial issues for education and especially for Basic Education was highlighted. Therefore, the objective of this study was to identify and analyze in the academic environment, what has been produced about racism in Basic Education on the CAPES journal portal, between the years 2014 to 2018. According to the nature and design of this research, the qualitative approach of the descriptive type was used, the bibliographic research was used as a method from a systematic literature review that permeated the entire research. The search procedure was carried out using the descriptors 'racism and Basic Education', searched for relevance criteria. In addition to some criteria for choosing articles, such as articles that point to racism as a central theme. After this stage, a table was built, in which the articles were distributed by categories, whose purpose is to facilitate the analysis of productions in the light of the theories addressed in this study. Thus, it was considered that the studies analyzed so far constitute important sources of resistance and confrontation of racism in Basic Education. In addition to highlighting the need to expand discussions about Law 10,639/03.

**Keywords:** Racism. Basic education. Ethnic-Racial Relations.

<sup>15</sup> Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade – PPGEICID – UFRB. [claudiatapuio@gmail.com](mailto:claudiatapuio@gmail.com).

<sup>16</sup> Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade – PPGEICID – UFRB. [carolina.araujos@gmail.com](mailto:carolina.araujos@gmail.com).

<sup>17</sup> Licenciado em Ciências biológicas; Professor da educação básica; Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade – PPGEICID – UFRB. [tiagobarbosa.ufrb@yahoo.com.br](mailto:tiagobarbosa.ufrb@yahoo.com.br).

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo realiza um estudo da arte sobre o tema racismo e educação básica. Estruturado a partir de resultados do levantamento de artigos sobre a referida temática no portal de periódicos do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), propõe-se contribuir com a disseminação e discussão a respeito desse objeto de estudo.

Diante da emergência do tema, este artigo assume relevância, pois busca trazer uma reflexão sobre como a questão do racismo na Educação Básica vem sendo abordada, e quais estratégias de enfrentamento vêm sendo adotadas pelos alunos, professores e gestão escolar. Longe de apontar soluções simplistas, pretende-se com os resultados encontrados contribuir com as discussões e divulgação acerca desta temática.

O interesse e justificativa pela escolha da temática surgiu com as discussões realizadas nas aulas e seminários da disciplina Educação Científica, Diversidade e Práxis Pedagógica, componente pertencente ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade – PPGCID da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Considerou-se necessário estender os estudos relacionados com a temática, e logo, evidenciou-se a importância da abordagem das questões étnico-raciais para a educação e principalmente para Educação Básica.

Portanto, objetivou-se neste estudo identificar e analisar, o que se tem produzido no meio acadêmico, acerca do racismo na Educação Básica, por meio de levantamento dos artigos publicados no portal de periódicos da CAPES no período de 2014 a 2018.

A fim de atingir ao objetivo proposto, fez-se uma pesquisa de cunho bibliográfico através do levantamento de produções disponíveis na plataforma de periódicos da CAPES nos últimos cinco anos, utilizando os descritores 'racismo e Educação Básica'. Além de alguns critérios que foram estabelecidos para a escolha dos artigos, após esta etapa, construiu-se um quadro, no qual os artigos selecionados foram distribuídos por categorias.

Desta forma, foi possível observar que as discussões acerca das relações étnico-raciais, sobretudo do racismo na Educação Básica, no Brasil, ainda aparecem de forma muito tímida tendo em vista o recorte temporal (2014 a 2018), a abrangência da plataforma ora pesquisada e o número de trabalhos encontrados. Entretanto,

considerou-se os estudos até aqui analisados como importantes fontes de resistência e enfrentamento do racismo na Educação Básica. Além de evidenciar a necessidade de ampliação das discussões acerca da Lei 10.639/03, visando o esclarecimento, bem como, uma abordagem de forma interdisciplinar e continuada que observe o debate das relações étnico-raciais como uma temática transversal, passível de ser evidenciada em todas as áreas do currículo escolar.

## 2 ASPECTOS CONCEITUAIS E LEGAIS

No cenário brasileiro as discussões sobre as relações étnico-raciais permeiam diferentes setores, no entanto, é no campo da educação que a emergência do tema assume grande relevância, tendo em vista o seu papel de formar e transformar sujeitos críticos e reflexivos tornando-os protagonistas das suas construções socioculturais. Pois, como afirma Freire (2000) “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Na escola, está o ambiente propício para abordagem das questões étnico-raciais e da convivência com o diferente e da não negação do outro, tendo em vista seu aspecto diverso.

A escola é a principal responsável por construir e validar representações sociais historicamente constituídas, assim os grupos que lutam diretamente pela superação do racismo dentro da sociedade, tem no chão da escola um dos seus principais campos de batalha, conforme afirma Gomes (2011, p. 41):

[...] Esses grupos partilham da concepção de que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos(as) afro-brasileiros e por uma educação que tenha o respeito a diversidade como parte de uma formação cidadã. Acreditam que a escola sobretudo a pública, exerce papel fundamental na construção de uma educação para a diversidade.

Dessa forma, a exigência de uma educação para as relações étnico-raciais é fruto do protagonismo histórico de grupos, como o Movimento Negro brasileiro, que ao longo dos anos pressionam o Estado para a confluência de um aparato legal que abarque a população negra e sua diversidade, muitas vezes negada na história do país, principalmente, no que tange ao direito de estudar.

O Brasil foi historicamente marcado pela negação e segregação das diferenças, assim, quem não estivesse dentro de um padrão de igualdade e ou normalidade estabelecido pela sociedade era excluído e posto à margem nas relações sociais, o que assegurou por muito tempo que os negros fossem excluídos e invisibilizados dos

diferentes espaços sociais. Tomando por base o período pós abolição, o que se vê é a introdução das chamadas teorias raciais evolucionistas para justificar a subalternidade a que foram submetidos os negros recém libertos. Logo, Santos (2016, p. 21) afirma, “A discriminação racial que estava subsumida na escravidão emerge, após a abolição, transpondo-se ao primeiro plano de opressão contra os negros”.

Para entender tal contexto, faz-se necessário debruçar-se sobre as definições de raça, racismo, etnia, democracia racial, preconceito e discriminação e racismo institucional, as quais são essenciais no debate das relações étnico-raciais na educação, assim como os aspectos legais que permeiam o tema.

O conceito de raça utilizado inicialmente nas ciências naturais para classificar diferentes espécies vegetais e animais, em meados do século XVII, passa a designar também as relações entre classes sociais. A partir de então, diversos estudos científicos tentaram separar os grupos humanos em raças hierarquicamente organizadas. Essa hierarquização ficou conhecida como teoria racial e foi utilizada para justificar a subalternização das raças consideradas inferiores (MUNANGA, 2003).

Sobre a definição de raça, pode haver diversos sentidos no uso do termo, principalmente em um contexto complexo das relações estabelecidas entre negros e brancos no Brasil. Sendo assim, seguindo as ideias de Gomes (2005), ao se referir ao termo é prudente ficar atento ao sentido a ele atribuído, e principalmente em qual contexto ele surge. Por exemplo, numa piada racista, num sentido político, numa identidade de luta e reivindicações, ou seja, diversos significados que ultrapassam a dimensão física e biológica.

Para descrever o conceito de etnia, autores como Munanga (2003), Gomes (2005) trazem definições que se complementam. Munanga define etnia como um grupo de pessoas que possui em comum uma cultura, ancestralidade, história, língua, território, ou seja, pessoas que se identificam a partir de sua construção histórico-social. Gomes (2005, p. 50) por sua vez, aponta que seus integrantes precisam ter o sentimento de pertencimento ao grupo, quando afirma que o termo trata de um “conceito usado para se referir ao pertencimento ancestral e étnico/racial dos negros e outros grupos em nossa sociedade”.

Quanto aos termos raça e etnia, faz-se necessário enfatizar que se diferem nos seus sentidos, uma vez que o termo raça está voltado para os aspectos biológicos, morfológicos, ou seja, aspectos fenotípicos que podem ser visualmente observados.

Enquanto, etnia refere-se as constituições socioculturais historicamente construídas, isto é, os aspectos sociais e culturais que caracterizam os indivíduos.

A partir dessas colocações, vale salientar que o foco de investigação deste estudo é o racismo, sobretudo na Educação Básica. Este termo e ou concepção parte do pressuposto de que há uma hierarquização entre os seres humanos, a partir de suas origens, da cor da pele e de suas características socioculturais, em que há grupos considerados melhores e ou superiores que outros, simplesmente pela consideração das características descritas. Para Munanga (2003, p.7), racismo consiste em uma:

Ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pelas relações intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o cultural.

Nessa concepção, o termo racismo pode ser compreendido pela inferiorização de determinados grupos por seus aspectos físicos e biológicos. No entanto, para o autor, uma nova forma de racismo tem surgido, aquele constituído com base nas diferenças culturais e de identidade, no estabelecimento de que uma determinada cultura pode ser considerada superior ou inferior a outra.

Entretanto, a manifestação do racismo no Brasil se dá de um modo diferenciado e contraditório em relação ao que historicamente foi observado em outros países (GOMES, 2005; MUNANGA, 2010). Diversas opiniões e posturas racistas têm a concepção de que a cor é suficiente para identificar pessoas boas ou ruins, inteligentes ou limitadas, competentes ou não. Além disso, na realidade brasileira ainda há a questão da negação, pois, a sociedade nega insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mesmo com diversas pesquisas sociais e econômicas atestando a discriminação no mercado de trabalho, nos espaços públicos e até mesmo no local no qual ela não deveria existir, na escola.

Desse modo, observa-se que o racismo instaurado e institucionalizado historicamente no Brasil, majoritariamente apresenta-se de forma velada nas relações étnico-raciais interpessoais e institucionais, na Educação Básica. Assim, percebe-se que o sistema de ensino brasileiro ainda possui dificuldades em tratar as questões e situações de preconceito, discriminação racial e ou racismo na escola.

Para Munanga (2003, p. 07) os preconceitos “são apenas atitudes, às vezes afetivas, ou culturais que existem na cabeça das pessoas ou grupos de pessoas, [...] traduzidas em opiniões verbalizadas.” Desse modo, quando essas opiniões são transformadas em ações, passam a ser compreendidas por discriminação, e a racial, em específico, geralmente baseia-se no critério da cor da pele, podendo ser expressa de várias formas, “evitação, rejeição verbal (piadas, brincadeiras e injúrias), agressão ou violência física, segregação espacial ou tratamento desigual”, (MUNANGA, 2003, p. 7).

Portanto, muitas dessas práticas no contexto educacional, não recebem o direcionamento ideal para intervenção, discussão e ou mediação. Resultando em uma normalização dessas atitudes, pois não são observadas como preconceituosas e, conseqüentemente, possibilitam a ocorrência de novas práticas discriminatórias.

Deste modo, discutir a educação étnico-racial é também desconstruir uma produção histórico-social eurocêntrica, que atrela maior juízo de valor a cultura, as expressões, as características físicas (cor da pele, dos olhos, textura dos cabelos) das pessoas brancas, e o que foge a esse padrão de igualdade, como os aspectos e as características ligados à cultura e diferentes expressões das pessoas negras, são negativados e considerados ruins.

Tal concepção impõe ao negro o processo de embranquecimento, que pode ser observado historicamente nas proposições de miscigenação populacional, uma tentativa de apagar do cenário nacional a presença e a contribuição da população negra, através da imposição dos padrões estéticos, corporais e manifestações culturais da pessoa branca.

Na educação, isso se perpetua na medida em que não se discute e não se valoriza a história e a cultura africana e afro-brasileira, ou apenas são feitas discussões pontuais, reduzidas a datas comemorativas a exemplo do Dia da Consciência Negra, fazendo com que o aluno negro não se sinta representado.

Nestas circunstâncias, torna-se evidente, a importância das discussões étnico-raciais na Educação Básica, na busca da valorização das diferenças e da desconstrução das práticas do racismo na educação. Nesse sentido, podemos citar a Lei 10.369/03 que regulamenta e traz a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica, legitimando as produções antirracistas desenvolvidas historicamente, principalmente pelo movimento negro. Que traz para o contexto escolar a abordagem e valorização das múltiplas culturas e

da diversidade humana, de modo que o aluno negro sintasse-se pertencente à sociedade, possuidor de uma história, outrora negada, passando a ser valorizado como negro.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

De acordo com a natureza e delineamento desta pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa do tipo descritiva para embasar a análise das informações levantadas. Uma vez que, de acordo com Gil (2008), esse tipo de pesquisa visa descrever e ou explicar conceitos e ideias possibilitando desenvolver um olhar amplo acerca de um fato.

Portanto, este estudo tem como objetivo identificar e analisar no meio acadêmico, o que se tem produzido acerca do racismo na Educação Básica, por meio de levantamento dos artigos publicados no período de 2014 a 2018 no portal de periódicos do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Desse modo, para responder aos objetivos propostos, empregou-se como método a pesquisa bibliográfica, a partir de uma revisão sistemática de literatura que permeou toda a pesquisa, pois precisou-se lançar mão de um referencial teórico produzido por estudiosos como Munanga (2003), Gomes (2005), que embasaram o trabalho com a temática.

Compreende-se também nesse contexto as buscas no portal de periódicos da CAPES, visando elucidar como os teóricos discutem as relações étnico raciais e sobretudo as nuances do racismo na Educação Básica. Estudos dessa natureza buscam mapear e discutir produções acadêmicas, tentando descrever os aspectos e as dimensões postas em destaque em diferentes lugares e recortes temporais. Para Ferreira (2002), além de elucidar as condições em que certos estudos são desenvolvidos, podem assumir um caráter catalográfico e descritivo sobre o tema a que se propõe investigar.

Assim, o procedimento de busca deu-se utilizando os descritores, racismo e Educação Básica, sinalizados como critério de relevância. Além dos descritores mencionados, foram utilizados alguns critérios para escolha dos artigos, tais como os que fossem revisados por pares (de forma paritária), que tratem da discussão na Educação Básica e que apontem o racismo como temática central.

No entanto, tais critérios levaram a percepção de que, embora as relações étnico-raciais na Educação Básica apresentem grande relevância, tendo em vista o caráter transformador da mesma e sua importância na sociedade, nos últimos cinco anos no portal de periódicos da CAPES, poucos trabalhos responderam aos nossos critérios de busca.

Diante desse contexto, considerou-se válido trabalhar tanto com os artigos revisados por pares, como com aqueles que não passaram por esse processo de revisão, desde que estivessem dentro dos descritores selecionados e tenham sido produzidos no período estipulado. Desse modo, inicialmente foram apontados quarenta e nove artigos que possivelmente adequavam-se aos critérios de busca utilizados, entretanto, após análise dos títulos, bem como resumos das produções em questão foram selecionados nove artigos.

Após leitura e análise dos artigos ora mencionados, foram selecionados cinco artigos que se adequavam aos critérios de busca, uma vez que traziam uma discussão sobre o racismo na Educação Básica, no Brasil. É importante salientar que para atingir o objetivo da pesquisa, as análises das discussões dos artigos selecionados foram feitas à luz de teóricos como Munanga (2003, 2004), Gomes (2002, 2005, 2011) e Gonçalves (2011).

Após a seleção dos trabalhos, foi construído um quadro no qual foram agrupadas as seguintes categorias: artigos, objetivos, metodologia e resultados. A construção do quadro visa facilitar a análise sobre como os artigos abordam a temática e a compreensão dos resultados/considerações encontradas. O quadro possibilitou também uma análise comparativa entre a discussão tecida nos trabalhos e aquela proposta pelos autores que embasaram essa pesquisa.

#### 4 RACISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, O QUE SE VEM DISCUTINDO NO BRASIL

Esta seção apresenta um quadro sinóptico das produções encontradas no portal de periódicos da Capes, que se enquadraram nos critérios estabelecidos nessa pesquisa. A intenção de tal levantamento é refletir de que maneira o tema racismo na Educação Básica vem sendo abordado no âmbito acadêmico nos últimos cinco anos, bem como colaborar para as discussões e disseminação dessa temática.

#### QUADRO 1 – ARTIGOS PUBLICADOS NO PORTAL DE PERIODICOS DA CAPES SOBRE TEMA RACISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, NO BRASIL, 2014 - 2018

ARTIGO	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS /CONSIDERAÇÕES
MOREIRA, A.J. & SILVA, M.P.C. <b>Possibilidades Didático- Metodológicas para o trato com a lei nº 10.639/2003 no ensino da Educação Física: a importância da educação étnico-racial.</b> Revista HOLOS, ano 34, vol.01 p.193-200, 2018	<b>Compreender as possibilidades</b> didático-metodológicas da Educação Física na aplicação da Lei nº 10.639/03;  <b>Compreender as tensões</b> entre as propostas da Lei 10.639/03 e a prática da Educação Física.	<b>Análise de dados e argumentos</b> fornecidos por alunos e professores de educação física e coordenadores pedagógicos entrevistados em pesquisa de campo.  <b>Análise do percurso epistemológico</b> da Educação física e <b>abordagem dialética.</b>	É preciso avançar na discussão sobre a lei 10.639/03.  Suscitar corpo e movimento como criadores de sentidos e significados.  É preciso considerar corpo no contexto social dotado de identificações culturais e étnico-raciais.  Estudo da cultura corporal na escola se torne significativo e contribua para fazer avançar a lei 10.639/03.

ARTIGO	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS /CONSIDERAÇÕES
			Sugere observar o estado de interculturalidade crítica na prática da Educação Física como forma de enfrentar os desafios da resistência da lei 10.639/03.
<p>BONILHA, Tamyris Proença; SOLIGO, Ângela Fátima. <b>O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira.</b></p> <p>Revista Iberoamericana de Educación, 2015, Vol.68(2), p.31-47</p>	<p><b>Analisar os dados</b> estatísticos educacionais acerca da trajetória do sujeito negro, na educação básica, de modo a identificar as regiões do Brasil que apresentam os maiores índices de exclusão escolar.</p>	<p><b>Análise crítica sobre os dados quantificados;</b></p> <p>Utilizou como fonte de dados os indicadores do Censo Escolar dos anos de 2007 e 2009.</p> <p>Análise dos indicadores de exclusão escolar.</p>	<p>O alto índice de alunos com cor/raça “não declarados” camufla a persistência do racismo no Brasil, através da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial.</p> <p>A exclusão do negro é um problema nacional, não estando circunscrita a uma região específica.</p> <p>A maior exclusão dos alunos negros ocorre na passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental e também na transição destes para o Ensino Médio.</p> <p>As regiões Norte e Nordeste configuram as regiões com maior exclusão do aluno negro.</p> <p>A exclusão do aluno negro da escola deve ser compreendida como um fenômeno social complexo, que está fortemente marcado pelo racismo, e não somente, por questões socioeconômicas ou regionais.</p>
<p>CARVALHO, Isabela Bastos de. &amp; CASTRO, Alexandre de Carvalho. <b>Currículo,</b></p>	<p><b>Analisar a contribuição</b> de prescrições curriculares para o enfretoamento do</p>	<p><b>Análise discursiva de documentos e</b></p>	<p>Embora existam currículos comprometidos com relações étnico-raciais, a manutenção das práticas tradicionais deixa claro que normas curriculares, por</p>

ARTIGO	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS /CONSIDERAÇÕES
<p><b>racismo e o ensino de Língua Portuguesa: as relações étnico-raciais na educação...</b> Revista Educ. Soc., Campinas, v38, nº 138, p. 133-151, jan.-mar.,2017</p>	<p>racismo, por meio do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio.</p>	<p><b>currículos, mediante relações dialógicas.</b></p>	<p>si só, são incapazes de promover igualdade racial no Brasil.</p>
<p>SANTIAGO, Flávio. <b>Creche e racismo.</b> Revista Eletrônica de Educação, 01 August 2015, Vol.9(2), p.441-460</p>	<p><b>Debater</b> a presença de mecanismos racistas na educação infantil, primeira etapa da educação básica.</p>	<p>Pesquisa etnográfica realizada em uma creche da região metropolitana de Campinas, Brasil, envolvendo crianças pequenininhas de três anos e suas/seus docentes.</p>	<p>As características fenotípicas brancas eram exaltadas como padrões de civilidade e respeito, enquanto os elementos de origem cultural africano e afro-brasileiro eram descartados em prol da manutenção de uma ordem racial pré-estabelecida.</p> <p>Há uma construção de elementos para a fixação de uma pedagogia da infância branqueadora, que procurava apagar o pertencimento étnico-racial e legitimar enquanto única fonte de cultura os saberes eurocêntricos.</p> <p>Há a criação de uma visão negativa da ancestralidade, bem como um processo de subjetivação marcado pela racionalização dos corpos negros e pela legitimação das desigualdades sociais.</p>

ARTIGO	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS /CONSIDERAÇÕES
<p>BACKES, José Licínio; <b>O currículo e a produção de sujeitos afrodescendentes em uma escola pública estadual de Campo Grande (MS) com alto IDEB.</b> Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Maringá, v. 38, n. 1, p. 49-56, Jan-Jun 2016.</p>	<p>Refletir sobre o processo de construção dos sujeitos, mais especificamente sobre o processo de construção dos sujeitos afrodescendentes por meio do currículo escolar.</p>	<p>Análise, com base nos estudos étnico-raciais, de entrevistas realizadas com seis professores de uma escola pública estadual do Município de Campo Grande (MS) com alto IDEB, nos anos finais do ensino fundamental, em 2011.</p>	<p>Foi observado que há uma forma ambivalente dos professores referir-se à presença de afrodescendentes na escola.</p> <p>Para os professores, tratar com igualdade parece sugerir que a diferença não deve ser vista nem contemplada na educação. Ela precisa ficar fora da escola.</p> <p>O que mais chama atenção nas falas dos professores é que, na própria argumentação de que não há práticas racistas, há referências a práticas camufladas e veladas de racismo, recorrentemente apontadas pelos estudos étnico-raciais.</p> <p>A dificuldade maior parece continuar sendo identificar as formas veladas e sutis de racismo que persistem nos currículos escolares.</p> <p>Apesar dos professores saberem da existência da Lei e a verem como positiva, raros são os momentos em que ela é utilizada para problematizar o currículo.</p>

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES (2019).

Elaboração própria, 2019.

## 5 ANÁLISES E RESULTADOS

Analisando os artigos selecionados, quanto aos seus objetivos, nota-se os mais variados percursos teóricos e metodológicos. Bonilha e Soligo (2015), partem do viés da exclusão do negro na escola; e Santiago (2015) aborda o debate sobre racismo na Educação Infantil. Backes (2016) destaca a construção dos sujeitos afrodescendentes por meio do currículo escolar. Carvalho e Castro (2017), trazem uma proposta de enfrentamento do racismo; Moreira e Silva (2018), partem da análise do currículo e da ótica da Lei 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

Quanto a análise dos caminhos percorridos por Bonilha e Soligo (2015) e Santiago (2015) na construção de suas pesquisas, verifica-se que utilizaram de meios diferentes, mas que não se excluem, muito pelo contrário, até se complementam. Bonilha e Santiago (2015) fixaram suas análises na avaliação de um arcabouço metodológico baseado nos indicadores do Censo Escolar dos anos de 2007 e 2009, e daí produziram um conjunto de tabelas que os permitiram debater sobre a presença de mecanismos racistas na educação, foi um estudo estruturado em análises quantitativas.

Por outro lado, com um viés qualitativo, Santiago (2015) se valeu de uma pesquisa etnográfica. Por ter uma relação histórica com o objeto de pesquisa, o autor realizou seus estudos em uma creche, por meio de entrevistas e observação, envolvendo crianças de três anos e seus docentes. E mesmo dentro de universo tão infantil, percebeu que as características fenotípicas brancas eram exaltadas, enquanto os elementos de origem cultural afro-brasileiro descartados.

Ainda em relação aos caminhos escolhidos no delineamento das pesquisas, Backes (2016) ao estudar sobre as construções dos sujeitos por meio do currículo escolar utilizando análise de entrevistas, optou pela análise qualitativa discursiva, assim como Moreira e Silva (2018), que optaram pela análise qualitativa dos dados e argumentos obtidos por meio de entrevistas, e partindo das respostas perceberam a necessidade de uma análise do percurso epistemológico da Educação Física no que tange a cultura corporal e as questões étnico-raciais. Os autores através de uma abordagem dialética



buscaram estabelecer relações entre a Educação física e as políticas e ideologias de embranquecimento ao longo da história

Observa-se que no estudo de Carvalho e Castro (2017) escolheu-se trabalhar com documentos que versaram sobre as relações étnico-raciais no ensino de Língua Portuguesa, embora seja uma análise documental, assemelha-se ao estudo de Moreira e Silva (2018), pois ambos partem da análise discursiva e tentam estabelecer relações dialógicas entre a abordagem das questões étnico-raciais e percurso histórico das respectivas disciplinas.

Em relação as considerações e resultados das pesquisas realizadas, Bonilha e Soligo (2015) abordam que o alto índice de alunos que não declaram a sua cor/raça camufla o fenômeno do racismo, e também “da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial” no Brasil, (BONILHA e SOLIGO, 2015, p. 14). Corroborando nesse sentido, Munanga (2004, p.52) aborda que:

“Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso.”

Santiago (2015) trata com similaridade quanto a ideologia do branqueamento, quando identifica que há uma construção de elementos para a fixação de uma pedagogia da infância branqueadora, que procurava apagar o pertencimento étnico-racial. Tais concepções tem por objetivo legitimar a cultura e os saberes eurocêntricos dos brancos.

Através de entrevistas, Santiago (2015) pode concluir que há evidências da existência do preconceito racial no cotidiano da creche, expondo que existia um tratamento diferenciado e mais afetivo às crianças brancas. No entanto, tal conclusão da existência de preconceito racial difere da definição abordada por Munanga (2003), quando aponta que apenas atitudes, opiniões negativas baseadas no critério da cor da pele não se caracterizam como racismo, mas no momento em que essas são transformadas em ações no sentido de evitar, rejeitar, agredir, segregar ou tratar desigual são compreendidos como discriminação racial.



Quanto a exclusão do aluno negro da escola, Bonilha e Soligo (2015) afirmam que deve ser compreendida como um fenômeno social complexo, que está fortemente marcado pelo racismo, e não somente, por questões socioeconômicas ou regionais, mas também ideológicas.

Foi observado nos estudos de Bonilha e Soligo (2015) que a exclusão do negro é um problema nacional, não estando circunscrita a uma região específica, apesar das regiões Norte e Nordeste se configurarem com maior exclusão do aluno negro. Ainda afirma que a maior exclusão ocorre na passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental e se acentua na transição para o Ensino Médio.

Em relação aos resultados encontrados e considerações feitas pelos pesquisadores, percebe-se no estudo de Backes (2016) que o autor identifica no discurso dos entrevistados o paradigma do enfrentamento da diferença, o que muitas vezes culmina no racismo velado. Percebe-se nos resultados encontrados uma confluência com o debate proposto por Gomes (2011) quando a autora propõe e aponta a necessidade de uma “pedagogia das emergências”.

A pedagogia das emergências tem como norte a investigação das alternativas pedagógicas já existentes nas práticas sociais e políticas dos movimentos sociais das diversas ações coletivas e sua articulação com o espaço escolar. Aqui está o seu caráter emancipatório. (GOMES, 2011, p.46-47)

A proposta da autora supracitada também abarca os resultados encontrados por Carvalho e Castro (2017), pois o estudo de ambas mostrou que embora existam contribuições curriculares comprometidas com o trabalho das relações étnico-raciais, ainda existem práticas tradicionais incapazes de superar questões como o racismo.

Os resultados encontrados e as considerações feitas por Moreira e Silva (2018), estão na mesma linha dos estudos anteriormente citados, pois os autores demonstram a necessidade de avançar nas discussões sobre a lei 10.639/03, corroborando com as ideias de Gomes (2011, p. 46-47) quando defende:

A pedagogia das emergências poderá nos ajudar a lançar indagações mais profundas sobre a tensão presente entre os estudos e discursos críticos realizados no campo da formação de professores (as) e a



persistência de currículos lineares e conservadores dos cursos de formação inicial. [...] É nesse campo que encontramos as práticas significativas voltadas para a diversidade étnico racial e a Lei nº 10.639/03.

De acordo com as ideias de Gomes, nota-se que os resultados encontrados pelos autores, demonstram uma grande complexidade no trato das relações étnico-raciais no ambiente escolar, percebe-se que práticas e currículos precisam ser ressignificados e que os movimentos sociais como o Movimento Negro com suas práticas afirmativas precisam ser considerados nessa ressignificação. Como afirma Gomes (2011, p.48) “[..] o Movimento Negro apresenta, historicamente, um projeto educativo, construído à luz de uma realidade de luta”.

Assim, é evidente que as considerações dos estudos até aqui analisados, trazem um horizonte importante no debate da temática das relações étnico-raciais, sem perder de vista as importantes conquistas feitas no percurso histórico da luta contra o racismo e superação da democracia racial. Os estudos mostram que ainda há muito por fazer, principalmente na aplicação da Lei 10.639/03.

## 6 CONSIDERAÇÕES

De acordo com os resultados e as discussões estabelecidas, considerou-se que foram alcançados os objetivos ora propostos neste estudo. Desta forma, foi possível observar que as discussões acerca das relações étnico-raciais, sobretudo do racismo na Educação Básica, no Brasil, ainda aparecem de forma muito tímida tendo em vista o recorte temporal, bem como a importância da plataforma ora pesquisada e o número de trabalhos encontrados.

Por outro lado, analisando os textos selecionados, notou-se que as discussões realizadas nos mesmos, apontam para novas perspectivas de abordagem e de enfrentamento do racismo na Educação Básica, que surgem desde a educação infantil, perpassam pelo currículo, formação e valorização da representatividade sociocultural do estudante negro.



Evidenciando desta forma a importância da realização de estudos desta natureza, uma vez que, os textos apontam para a existência de uma forma velada de racismo que se estabelece desde a creche (Educação Infantil) e se perpetua ao longo de toda Educação Básica. Constituindo-se assim, como um horizonte para novos questionamentos e fonte de novos estudos, tomando como referência a importância e urgência da discussão desta temática.

Assim, conclui-se por hora que, os estudos até aqui analisados constituíram-se como importantes fontes de resistência e enfrentamento do racismo na educação básica, uma vez que apresentam novas perspectivas e propostas para sua superação, sem desconsiderar as conquistas históricas fruto dos movimentos negro de resistência, como, a Lei 10.639/03. Além de evidenciar a necessidade de ampliação das discussões acerca da referida lei, visando o seu esclarecimento e aplicação de forma interdisciplinar e ou transversal.

## REFERÊNCIAS

- BACKES, José Licínio. **O currículo e a produção de sujeitos afrodescendentes em uma escola pública estadual de Campo Grande (MS) com alto IDEB**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences. Maringá, v. 38, n. 1, p. 49-56, Jan-Jun 2016.
- BONILHA, Tamyris Proença; SOLIGO, Ângela Fátima. **O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira**. Revista Iberoamericana de Educación, 2015, Vol.68(2), pp.31-47.
- CARVALHO, Isabela Bastos de. & CASTRO, Alexandre de Carvalho. **Currículo, racismo e o ensino de Língua Portuguesa: as relações étnico-raciais na educação e na sociedade**. Revista Educ. Soc., Campinas, v38, nº 138, p. 133-151, jan.-mar., 2017.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação e Sociedade, ano, XXIII, n. 78, p. 257-272, ago. 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 – 62.



GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório.** In: FONSECA; SILVA & FERNANDES (org). Relações étnico-raciais e educação no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

MOREIRA, A.J. & SILVA, M.P.C. **Possibilidades Didático-Methodológicas para o trato com a lei nº 10.639/2003 no ensino da Educação Física: a importância da educação étnico-racial.** Revista HOLOS, ano 34, vol.01 p.193-200,2018.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. Rio de Janeiro, 2003. *Anais...* Rio de Janeiro, 2003.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. Revista Estudos Avançados, 2004. São Paulo, V. 18, no 50, p. 51-66.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. Cadernos Penesb, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro.** In: BRASIL. **Educação Anti-racista:** caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005.

SANTIAGO, Flávio. **Creche e racismo.** Revista Eletrônica de Educação, 01 August 2015, Vol.9(2), pp.441-460



